

# PISEAGRAMA

04

VIZINHANÇA

---

ESPAÇO PÚBLICO PERIÓDICO

Número 04 | [www.piseagrama.org](http://www.piseagrama.org)

---



R\$0,0

# TERRENOS

EM ANDARAHY

"VILLA AMERICA"

A 15\$000, 18\$000 e 20\$000 o metro quadrado

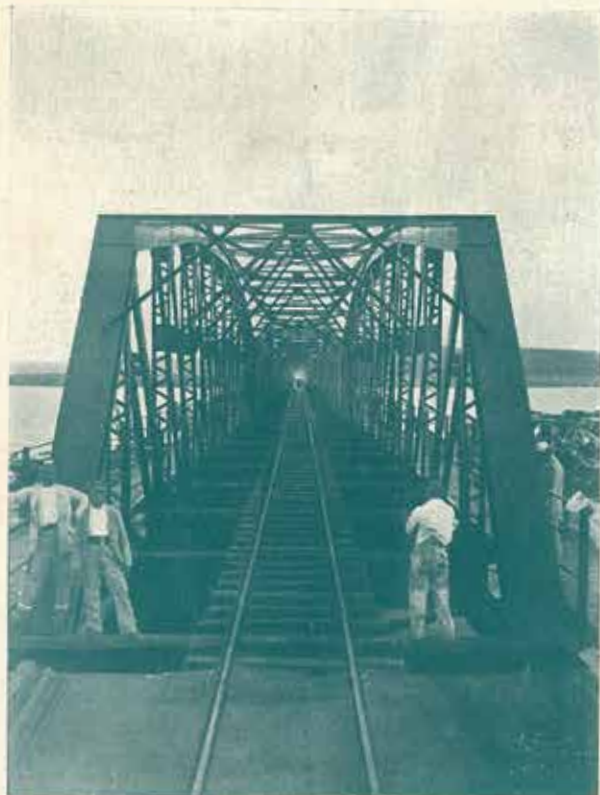
Dinheiro à vista, com 10 % de abatimento

ou em 60 prestações mensaes

NOTA

*Para ver os terrenos, sallar á rua Barão de Mesquita, esquina da rua José Vicente e, a poucos passos, uma grande taboleta indicará o escriptorio, á rua Barão do Bom Retiro n. 826 — A, onde serão dadas todas as informações.*

BONDES DO URUGUAY E ENGENHO NOVO



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE — ESTRADA DE FERRO CENTRAL — ENTRADA DA PONTE DE IGAPÓ

ANUNCIE AQUI



*Edison Vieira*

5º TABELLÃO INTERINO

*Rua Wencesláu Braz, 4*

Telephone Central, 1032

São Paulo

Esta publicação foi selecionada entre os projetos que se inscreveram no Programa Cultura e Pensamento – Seleção Pública e Distribuição de Revistas Culturais. Foram escolhidos quatro projetos, e desta forma contemplamos quatro revistas culturais bimestrais cujas tiragens, somadas, chegam a 240 mil exemplares.

O objetivo desta iniciativa é estimular a criação de publicações culturais permanentes, e de alcance nacional – não apenas em sua distribuição, mas também em seu conteúdo.

Ao patrocinar este projeto, a Petrobras reafirma, uma vez mais, seu profundo e sólido compromisso com as artes e a cultura em nosso país – confirmando, ao mesmo tempo, seu decisivo papel de maior patrocinadora cultural do Brasil.

Desde a sua criação, há pouco mais de meio século, a Petrobras mantém uma trajetória de crescente importância para o país. Foi decisiva no aprimoramento da nossa indústria pesada, no desenvolvimento de tecnologia de ponta para prospecção, exploração e produção de petróleo em águas ultra-profundas, no esforço para alcançar a auto-suficiência. Maior empresa brasileira e uma das líderes no setor em todo o mundo, a cada passo dado, a cada desafio superado, a Petrobras não fez mais do que reafirmar seu compromisso primordial, que é o de contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

Patrocinar as artes e a cultura, através de um programa sólido e transparente, é parte desse compromisso.

CULTURA E PENSAMENTO é um programa nacional de estímulo à reflexão e à crítica cultural. Desde sua primeira edição em 2005, seleciona e apoia projetos de debates presenciais e publicações. O objetivo do programa é dar suporte institucional e financeiro a iniciativas que fortaleçam a esfera pública e proponham questões e alternativas para as dinâmicas culturais do país.

Em 2009, o Programa abriu a terceira edição dos editais para financiamento de debates e de periódicos impressos de alcance nacional. Os editais são abertos a propostas de intelectuais, pensadores da cultura, artistas, instituições e grupos culturais, pesquisadores, organizações da sociedade civil e outros agentes, visando à promoção do diálogo sobre temas da agenda contemporânea.

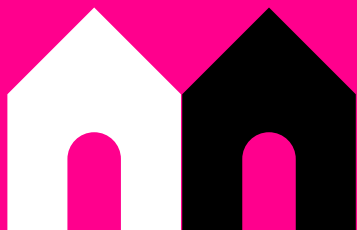
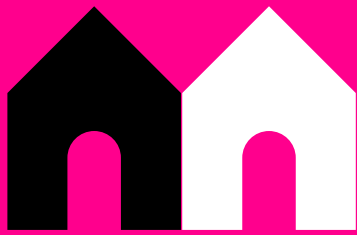
O projeto de revistas do Programa Cultura e Pensamento busca ofertar gratuitamente conteúdos de elevada qualidade a um público amplo e diversificado de leitores, através de uma rede de circulação formada por 200 pontos de distribuição em todo território nacional, entre eles instituições culturais, universidades e pontos de cultura. Ao longo dos 24 meses o projeto prevê o lançamento de 20 títulos, cada um com 6 edições bimestrais, totalizando a circulação gratuita de 1.200.000 exemplares de revistas com discussões sobre arte e cultura, oriundas de diversos estados do país. A rede abrangerá mais de 200 colaboradores editoriais de cinco regiões e 19 estados brasileiros.

A edição 2009-2010 do Edital de Revistas do PROGRAMA CULTURA E PENSAMENTO tem patrocínio da Petrobras e é realizada pela Associação dos Amigos da Casa de Rui Barbosa.

Este projeto foi contemplado pela seleção pública de revistas culturais do programa CULTURA E PENSAMENTO 2009/2010.



- 03** **VIZINHANÇA**  
*Guto Lacaz*
- 04** **POR ELISE**  
*Grace Passô*
- 06** **DIREITO DE VIZINHANÇA**  
*Zoraide Sabaini dos Santos Amaro*
- 09** **RÉQUIEM**  
*Sara Lambranhó*
- 12** **CONDOMÍNIO FAVELA**  
*João H. Costa Vargas*
- 14** **VILA VIVA: DESENTENDIMENTOS**  
*Izabel Dias de Oliveira Melo*
- 17** **CASA POTENCIAL**  
*Ernesto Oroza*
- 19** **A COMUNA URBANA**  
*Usina*
- 23** **AQUI TEM GENTE**  
*Fugitive Images*
- 27** **PACTO DE VIZINHANÇA**  
*Janete Viccari Barbosa e Maria Ivone dos Santos*
- 30** **BAIRROCASTELO.ORG**  
*Luiz Felipe Quintão e Silke Kapp*
- 32** **TRAVESSÃO**  
*Elisa Marques e Nian Pissolati*
- 34** **VIZINHANÇA PUZZLE**  
*Renata Marquez*
- 39** **JANE JACOBS REVISITADA**  
*Michael Bourne*
- 42** **SUBÚRBIOS IMAGINÁRIOS**  
*Ross Racine*
- 45** **DAS TUPPERWARE PARTIES ÀS CIDADES RECIPIENTES**  
*Ana Paula Assis*
- 48** **VARAIS**  
*Adriana Galuppo*
- 50** **EXÍLIO E CRIATIVIDADE**  
*Vilém Flusser*
- 53** **MINHA CASA, ONDE NÃO POSSO ESTAR**  
*Baha Boukari*
- 54** **EXTRACOMUNITÁRIOS**  
*Fernanda Regaldo*
- 57** **A RELIGIÃO QUE NÃO TOLERA VIZINHOS**  
*Antônio Risério*
- 59** **EBÓS**  
*Francisco Magalhães*



## POR ELISE

Grace Passô

Atriz, diretora e dramaturga do grupo Espanca!

O texto é parte da peça teatral Por Elise.

www.espanca.com



**H**istorinhas eu tenho mil. Poderia contar várias aqui para vocês. Tem a da senhora que brotou uma alface no meio do corpo dela. E ela se abriu para a vida. Essa é ótima. Uma das melhores que já ouvi por aqui. Tem a daquela mulher que estava triste andando na rua e caiu no bueiro: só que lá dentro ela encontrou homem na mesma situação. E então eles ficaram alegres. Olha que loucura. Tem a da família japonesa que a mãe colocou botox nos olhos. E ficou cega. É claro! Mas, sabe, esses orientais são imprevisíveis! Dizem que eles inventaram samambaias azuis! Você liga na tomada e elas ficam verdes. E há outras histórias sobre moradores daqui... como dizia o Valico: "histórias vitalícias!" Oh! Valico...

*Ela se lembra de Valico.*

Ele teve um enfarte no coração e durante o enfarte começou a me dizer uma porção de palavras bonitas e espontâneas. A vida dele se enfartou e ele teve um ataque de lirismo. Eu juro. Muitas das que eu falo aqui são dele, que gravei daquele momento.

E há outras histórias sobre moradores daqui. E em volta daqui, é claro, existem várias outras pessoas: moradores, passantes... No entanto a vida aqui é curta e nós poderemos mostrar só algumas dessas pessoas e dos encontros que eu já presenciei entre elas: encontros delicados. Bem, quanto a mim, muito prazer...

*Cai um abacate próximo a ela. Ela sente medo.*

Eu sou a mulher que há alguns anos plantou um simples pé de abacate no quintal de sua

casa. E ele cresceu. E então eu vivo assim. Assim! (ela sente medo!) Cuidado com o que planta no mundo! Mas por aqui, como eu, existem outros moradores desprotegidos, mesmo com cães dentro de casa. Companheiros de muros: muros de tijolos, muros de pele.

Sabe, “Proteção” é mesmo bem importante. Eu, por exemplo, sempre quis colocar colchões largos em volta do pé de abacate de minha casa. Sim, colchões. Já passei muito tempo imaginando essa cena: de abacates caindo sem medo do alto dos ramos das árvores. Sem medo. Em colchões. Lá do alto eles talvez pensassem a dureza que seria o fim da queda, mas não seria. Eu queria a natureza mais doce.

Ainda a respeito de “Proteção”, gostaria de dizer que os cães latem o que escutam nas casas de seus donos, de seus vizinhos. Dizem. Por aqui eu sempre os ouço. Ouço o cão. Na casa ao lado? Na rua? Na minha própria casa? Eu ainda não conheci quem não escuta um cão no seu silêncio tão particular. Cão é o que não é oco. É o que não está oco. Dizem. Dizem que os cães ouvem muito melhor que nós. O coração, por exemplo, eles não escutam “tum tum tum!” como nós ouvimos, e sim “quem, quem, quem”. Dizem que é porque o coração é aquele que ouve uma voz desesperada loooonge, gritando: “EU TE AMO! EU TE AMO!”, e então bate desesperado respondendo:

“Quem! Quem! Quem, Quem, Quem, Quem, Quem, Quem?”. E “gente” é quem, também no desespero, manda essa voz se calar. Dizem. Mas dizem também por aqui que

eu sei de muita coisa. Mentira! É claro que eu sei de algumas coisinhas; a vida também não é assim tão imprevisível. O carro de lixo, por exemplo, passa todas as terças pela manhã.

*Cai outro abacate. Dona de Casa sente medo.*

Está vendo? É que tem coisa que espanca, mas espanca doce. É por isso que eu peço: cuidado com o que planta no mundo. Cuidado com o que toca; com a capacidade que gente tem de se envolver com as coisas. Não adianta fingir que não sente. Gente sente tudo, se envolve com tudo! Sou eu que estou pedindo isso. Façam isso por mim.

**D**ona: Bonitas essas cercas elétricas coloridas que eles inventaram agora, não? E os novos alarmes, com barulhos de cigarras, de pássaros... (*Percebe a mulher, que não parece bem*) O que foi?

*Mulher*: Eu estou cansada.

*Dona*: Você se protege pouco, não é? Qualquer sopro que passa, você vai atrás. E olha, eu sei do que eu estou falando, não estou falando porque há pessoas olhando para nós. Você precisa cuidar de você.

*Mulher*: Eu não sei!

*Dona*: O que disse?

*Mulher*: Eu estou querendo dizer que cuidado demais também sufoca.

*Dona*: Mas olha para você!

*Mulher*: Olha para você!

*Dona*: Está falando de quê?

*Mulher (vira um cão!)*: Eu estou falando que você fala, fala, fala, fala, e se envolve do mesmo jeito. Eu estou falando de gente. De mim, de você. Você tem suas galinhas, não tem?

*Dona*: O que minhas galinhas têm com isso?

*Mulher*: Você vive de vender galinhas abatidas. Você compra suas galinhas, e, primeiro, o que faz?

*Dona*: Dou nome a elas.

*Mulher*: Dá nome a elas, depois dá apelidos. E quando vê, você não consegue mais matar as galinhas. Você não consegue deixar de se envolver. Você não consegue deixar de se envolver com nada! Você não consegue deixar de se envolver nem com suas galinhas!

*Silêncio.*

*Dona (perde a razão, vira um cão!)*: Para com isso, não faz isso comigo. Você não me conhece. Quem você pensa que é? Não toca em mim. Não chega perto. O alarme da minha casa dispara. Me deixa aqui, no meu canto. Se o telefone tocar eu não estou. Cuidado pra não pular o meu muro porque ele está cheio de cacos. Cheio. Para mim também não é doce. Cuidado comigo! Cuidado comigo! Cuidado comigo!

*Mulher*: A senhora está cansada. Quer um chá? Um café?

*Dona*: ...

*Mulher*: Olha para essa posição. Quem nos tira daqui?

*Dona*: Eu não sei. Eu sei contar histórias dos outros. As minhas eu não sei. Por que numa hora dessas não cai nada lá de cima? (olha para a árvore) Porque numa hora dessas não cai nada lá de cima? Por que não cai? ■

## DIREITO DE VIZINHANÇA

Zoraide Sabaini dos Santos Amaro

---

Especialista em Direito do Estado e Mestre em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina-PR.

---

O problema é muito mais antigo do que se poderia pensar à primeira vista. Em sua *Teoria delle Obbligazioni*, de 1900, Giorgio Giorgi lembra que os juristas romanos – em obediência ao preceito de justiça natural segundo o qual cada um pode usar livremente das próprias coisas sem invadir ou desprezar a propriedade alheia – ensinaram, a partir do caso em que um fabricante de queijo pretendia secar a sua mercadoria fumigando o vizinho, que a fumaça, assim como a água, poderia constituir uma intromissão indevida.

Mais tarde, os intérpretes e tratadistas deram um passo adiante e proibiram também o tremor, o barulho e os maus cheiros, sempre que fossem tão intensos ou contínuos que os vizinhos não conseguissem suportar. Até era permitida a expulsão daqueles que exercessem artes ou misteres não só perigosos como simplesmente incômodos aos limítrofes.

Sob o império do direito comum e do antigo direito francês, a prática forense elevou ao grau de observância judicial essa teoria quase que por toda parte. Assim, os titulares de indústrias incômodas ou insalubres foram submetidos à expulsão ou à cessação da atividade – se a importunação produzida decorria de causa permanente e absoluta – ou a modificações do seu exercício e à obrigação de ressarcir os prejuízos.

O Código Napoleônico de 1804 foi, sem dúvida, o diploma legislativo de maior repercussão no Direito ocidental contem-

porâneo. Ainda que a esse Código seja atribuída a renovação da propriedade individualista romana, também havia limitações.

Hoje em dia, todavia, a responsabilidade do proprietário pelos danos ou prejuízos causados aos vizinhos está claramente definida em face da existência de artigo de lei. Segundo doutrinadores, haverá indenização sempre que o proprietário provoque um incômodo que resulte, realmente, na ilegal diminuição do direito do seu vizinho. Os julgados dos tribunais confirmam a responsabilidade do proprietário, independentemente de o ato ser praticado por negligência, por imprudência ou com a intenção de prejudicar.

O direito do proprietário é limitado pelo direito do proprietário vizinho: cabe ao sistema jurídico determinar o quê cada um pode fazer e o quê cada um pode impedir. A esse respeito, a técnica legislativa incorpora um preceito de alguns séculos, influenciado pelos costumes.

Sempre que o exercício do direito de propriedade do imóvel se conecta e se choca com o exercício do direito de outrem – motivo pelo qual pode ser proibida a incursão por aquele –, surge para os legisladores o problema de técnica jurídica fundamentado na existência de interesses agregados. A solução deve ser no sentido de se limitarem, por um lado, a faculdade de exercício e, por outro, a de exclusão. Daí nascerem direitos e deveres de vizinhança.

### Função Social da Propriedade

A Constituição Brasileira de 1988 expressa, como um dos direitos fundamentais, a inviolabilidade do direito à propriedade. Também diz, como desdobramento, que “é garantido o direito de propriedade”, mas ressalva que “a propriedade atenderá a sua função social”.

Reconhecendo a função social da propriedade, a Constituição não nega o direito exclusivo do dono sobre a coisa, mas exige que seu uso seja condicionado ao bem-estar geral. Nessas condições, o imóvel urbano sofre as restrições impostas pelo plano diretor, zoneamento, normas sobre uso e ocupação, meio ambiente, entre outros. O Estatuto da Cidade regulamentou as diretrizes gerais e os instrumentos de política urbana – um plexo de normas decorrente dos princípios encampados em todo o mundo que permite aproveitar racionalmente o solo urbano, planificar a vida em comunidade, dar à propriedade sua função social, com objetivo de melhorar a qualidade de vida, em todas as suas dimensões.

Está claro que a propriedade absoluta do passado deu lugar à propriedade social, passível de perda pela desapropriação por interesse ou necessidade pública, além das restrições que podem ser impostas pelo poder de polícia. É um direito individual, mas um direito individual condicionado ao bem-estar da comunidade. É uma projeção da personalidade humana e seu complemento necessário, mas, nem por isso, a propriedade privada é intocável. Ela admite limitações no seu uso e no seu conteúdo em benefício da comunidade.



O Código Civil Brasileiro de 1916 outorgava: “O proprietário ou inquilino de um prédio tem o direito de impedir que o mau uso da propriedade vizinha possa prejudicar a segurança, o sossego e a saúde dos que o habitam.” Esse direito foi mantido no novo Código Civil Brasileiro: “O proprietário, ou o possuidor de um prédio tem o direito de fazer cessar as interferências prejudiciais à segurança, ao sossego e à saúde dos que o habitam, provocadas pela utilização de propriedade vizinha”.

Os direitos de vizinhança podem aparecer tão ligados à propriedade que parecem emanar do domínio, de modo que seu exercício é condizente com a posse. Assim, se o proprietário vizinho abre a janela a menos de metro e meio do terreno vizinho (Código Civil Brasileiro art. 1301), o que se deduz em juízo é o próprio direito de propriedade: o direito de vizinhança se diz então incorporado ao domínio. Em outras vezes, os direitos de vizinhança aparecem com inteira autonomia – assim, quando o prédio de determinado proprietário se acha encravado entre os prédios dos vizinhos, a lei impõe a estes o dever de dar passagem (CC art. 1285), que não é servidão, mas um direito de vizinhança. Portanto, há direitos de vizinhança que são meras projeções do domínio, a ponto de parecerem confundidos com os poderes que o proprietário tem sobre a coisa, e os que, visivelmente, são acréscimos, faculdades alheias ao direito de propriedade.

### Conflitos de vizinhança

Segundo a teoria clássica, o conflito de vizinhança seria uma ruptura do equilíbrio, uma vez que entre dois vizinhos deve haver um uso harmonioso. Sempre que um dos proprietários rompe com esse equilíbrio, iniciando uma atividade que não se ajusta à atividade normal, o dano deve recair sobre o autor da ruptura. Podem ser causas de conflito de vizinhança o mau uso da propriedade, isto é, aquele uso que caracteriza ofensa ao sossego, à saúde e a segurança dos vizinhos, tais como: excesso de barulho produzido por manifestações religiosas no interior de templo causando perturbações aos moradores de prédios vizinhos; ruídos excessivos, algazarras, gritarias, diversões espalhafatosas altas horas da noite; comportamentos que atentem contra a moral e os bons costumes; manutenção de animais em local impróprio ou inadequado; construções perigosas ou perniciosas à vizinhança e à coletividade; atividades inconvenientes ou insalubres na região; odores insuportáveis, fumaça ou fuligem, poluição de águas, emissão de gases tóxicos, estâbulos, dentre outras.

Algumas vezes esses incômodos são exacerbados, tornando nocivo para o vizinho o uso do imóvel praticado pelo proprietário mediante a ameaça da segurança e do direito daquele. Dessa maneira, a teoria da propriedade fica em crise, ou seja, impotente para resolver os conflitos de vizinhança.

### Relações de vizinhança

Os deveres jurídicos mais comuns que podem dar origem às relações de vizinhança são os de tolerância, isto é, obrigações impostas a um proprietário para que consinta que outros interfiram na sua esfera jurídica, realizando atos que ele estava na condição de repelir. Os demais são deveres de abstinência – privações de atos compreendidos no poder de uso que o proprietário se impõe – ou deveres positivos, vale dizer, prestações que o proprietário deve fazer ao vizinho.

Interessante observar que o prejuízo e o incômodo podem resultar de elementos ou forças que, por terem natureza corpórea – como emanar de calor, trepidação e estrépitos –, atingem ou penetram o vizinho. Para corrigir a estreiteza do conceito, alguns admitem que a imissão também possa ser incorpórea. A fórmula, porém, mais geral das relações de vizinhança é o uso nocivo.

Mas como determinar o uso normal da propriedade? O simples uso que um proprietário faz de seu imóvel pode incomodar o sossego do vizinho, mas, se o Direito fosse proibir todos esses incômodos, a propriedade estaria economicamente aniquilada. Além disso, ficaria ferido o outro aspecto do direito de propriedade que resguarda a faculdade de dispor da coisa como queira a condição principal da plenitude do domínio e dos direitos de propriedade.

## Limites

Toda a matéria de limites atende às dimensões da propriedade e às relações entre vizinhos. A fixação dos limites consiste em direitos de vizinhança e, estabelecidos os limites, surgem direitos e deveres para essas propriedades contíguas. Mas as limitações não se editam somente no âmbito dos particulares. É importante, do ponto de vista social, que os interesses particulares dos proprietários vizinhos sejam harmonizados, pois, assim, as normas restritas ao exercício do direito de propriedade podem ser justificadas. Para o Direito, a vizinhança é um fato que possui significado mais amplo do que na linguagem. Consideram-se vizinhos os que podem sofrer repercussão de atos propagados por pessoas próximas ou os que podem ter vínculos jurídicos resultantes desses atos.

O direito de cercar, murar, valar ou tapar de qualquer modo é privativo do proprietário. Para os efeitos legais, os tapumes divisórios, as sebes vivas, as cercas de arame ou de madeira, as valas ou banquetas – enfim, tudo quanto sirva para separar dois terrenos – pertencem, até que se prove o contrário, a ambos os proprietários, que devem concorrer, em partes iguais, para as despesas da construção e conservação das divisórias.

A lei ainda ampara o direito de se constranger o confinante a proceder à demarcação, a aviventar rumos apagados e a renovar marcos destruídos ou arruinados, com a repartição proporcional das despesas entre os interessados. Mas, além do direito de vedar, o proprietário pode também exigir que o vizinho lhe permita a entrada, sempre que o tapume comportar reparos. No entanto, deve ficar entendido que, se causar prejuízo, o proprietário deverá custear a reparação integralmente.

## Águas

Os direitos e obrigações concernentes às águas também devem ser discutidos. O regime das águas é legalmente estabelecido pelo Código de Águas de 1934: esse Código é composto por normas que criam direitos e deveres para seus proprietários sob a inspiração de uma política de harmonização de interesses, dignos de proteção em função do lugar onde as águas

nascem e passam. Ainda sobre o assunto, a Constituição de 1988 alterou o regime anterior, fazendo com que o domínio das águas passasse a ser público – da União ou dos Estados –, sem deixar de mencionar o importante papel desempenhado pelos municípios na proteção e uso das águas. Há todo um aparato jurídico que deve ser levado em conta no exame do direito das águas, não só no tocante do direito privado, como também no do administrativo e penal.

## Árvores limítrofes

Outro direito de vizinhança é o relacionado com as árvores plantadas no limite de dois prédios ou tão próximas que seus frutos ou galhos atingem o prédio contíguo àquele em que estão as raízes. Há presunção de condomínio da árvore cujo tronco estiver na linha divisória de vizinhança. Já em relação aos frutos que caem em solo vizinho o direito romano dizia que eram do dono da árvore, mas o Código Civil neste particular segue o direito germânico, que os concede ao dono do prédio em que caíram. Se o terreno em que darão os frutos for público, continuam a pertencer ao dono da árvore, porque nesse caso desaparece o risco de entreveros. A queda dos frutos deve ser natural, para permitir a aquisição pelo dono do terreno confinante. Se provocada, o agente pratica ato ilícito e se apossa do que não lhe pertence. Enquanto ligados à árvore, os frutos pertencem a seu dono, que pode colhê-los. Somente poderá ingressar no terreno vizinho para tal, no entanto, se houver autorização.

A lei autoriza o proprietário que tenha imóvel invadido por raízes e ramos de árvores a cortá-los até o plano divisório. Trata-se de hipótese excepcional de defesa direta de direitos. Esse corte, contudo, só é permitido se a invasão de raízes e ramos ocasionar moléstia ao vizinho, embora essa não seja uma posição jurídica pacífica.

## Passagem forçada

Em direito comum, a concepção das *servitutes necessariae* revela a insuficiência do pensamento daqueles séculos para distin-

guirem *restrições e limitações* no conteúdo do direito de propriedade, bem como as servidões e o lado passivo dos direitos de vizinhança. O direito à passagem não aparece hoje mais como direito à concessão forçada de servidão – há, na construção jurídica, a limitação ao conteúdo do direito de propriedade. A verdadeira concepção é a que está no Código Civil Brasileiro, orientada pelo pensamento germânico: não se pode pensar a constituição de servidão por equidade, estado de necessidade ou expropriação. Trata-se de direito do proprietário ao qual o vizinho não se pode opor. Tem legitimidade para pedir passagem não apenas o proprietário, mas também o usufrutuário, usuário, habitador ou possuidor.

## Direito de construir

Nessa linha de raciocínio, pode-se dizer que o direito de construir e o direito de vizinhança são de ordem privada e dizem respeito à construção e a seus efeitos nas relações com terceiros, especialmente com os *confrontantes*. Já o *direito urbanístico* ordena o espaço urbano e as áreas rurais que interferem nele através da imposição de *ordem pública*, expressa em normas de uso e ocupação do solo urbano – ou *urbanizável* – ou de proteção ambiental. Os direitos de construir também nascem da limitação ao direito de propriedade – são direitos dependentes, contidos no direito de propriedade. Quase sempre os direitos de construir sofrem limitação bilateral: cada propriedade vizinha sofre limitação. “O proprietário”, diz o Código Civil, “pode levantar em seu terreno as construções que lhe aprouver, salvo o direito dos vizinhos e os regulamentos administrativos”. Na regra logo ressaltam tese e antítese: cada um constrói no seu terreno o que entende, como entende e onde entende (tese); o interesse dos proprietários – e não só o de cada proprietário, mas também o interesse público – tem de ser atendido (antítese). Na prática, direitos de vizinhança e legislação urbana limitam o direito de propriedade na busca da função social da propriedade e do equacionamento do direito individual com o direito social. ■

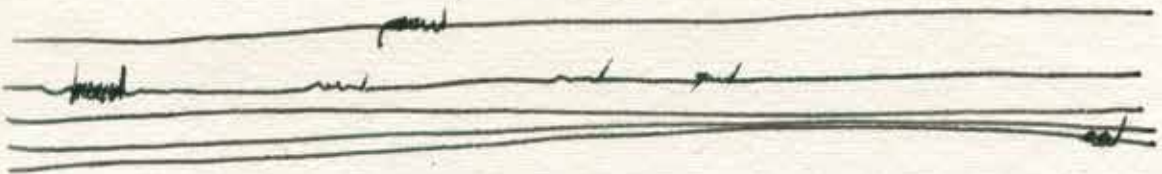
# RÉQUIEM

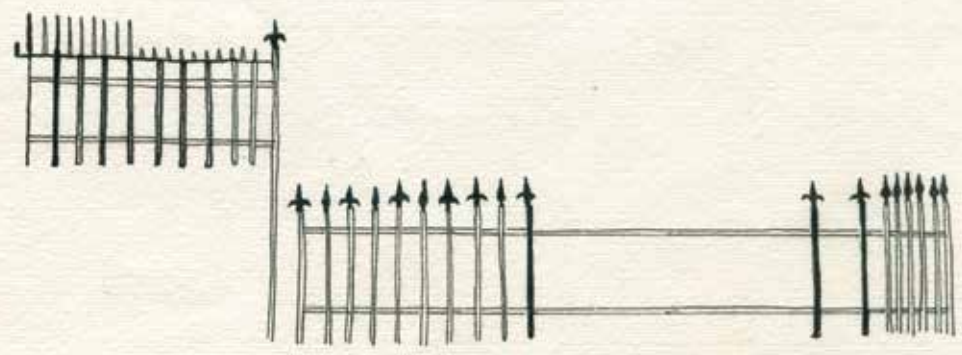
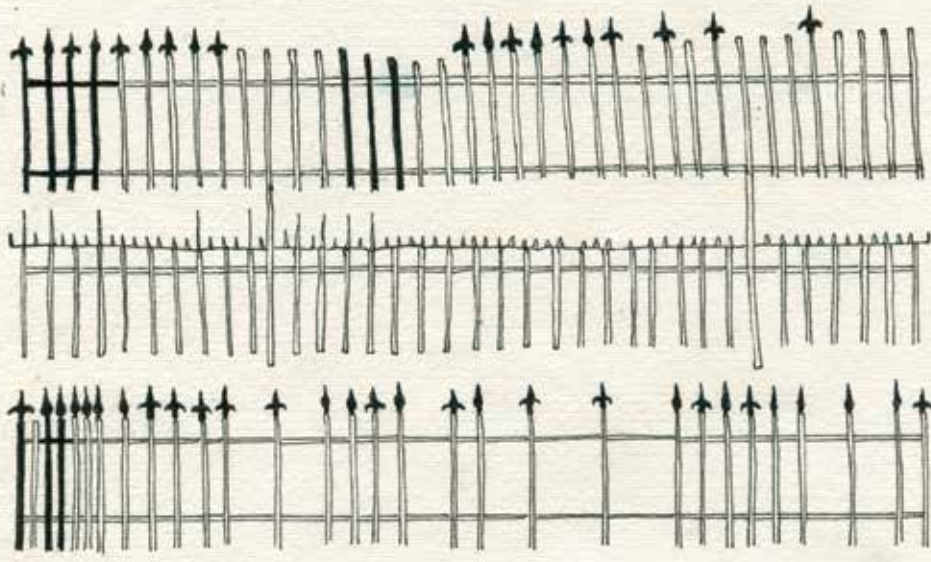
Sara Lambranh



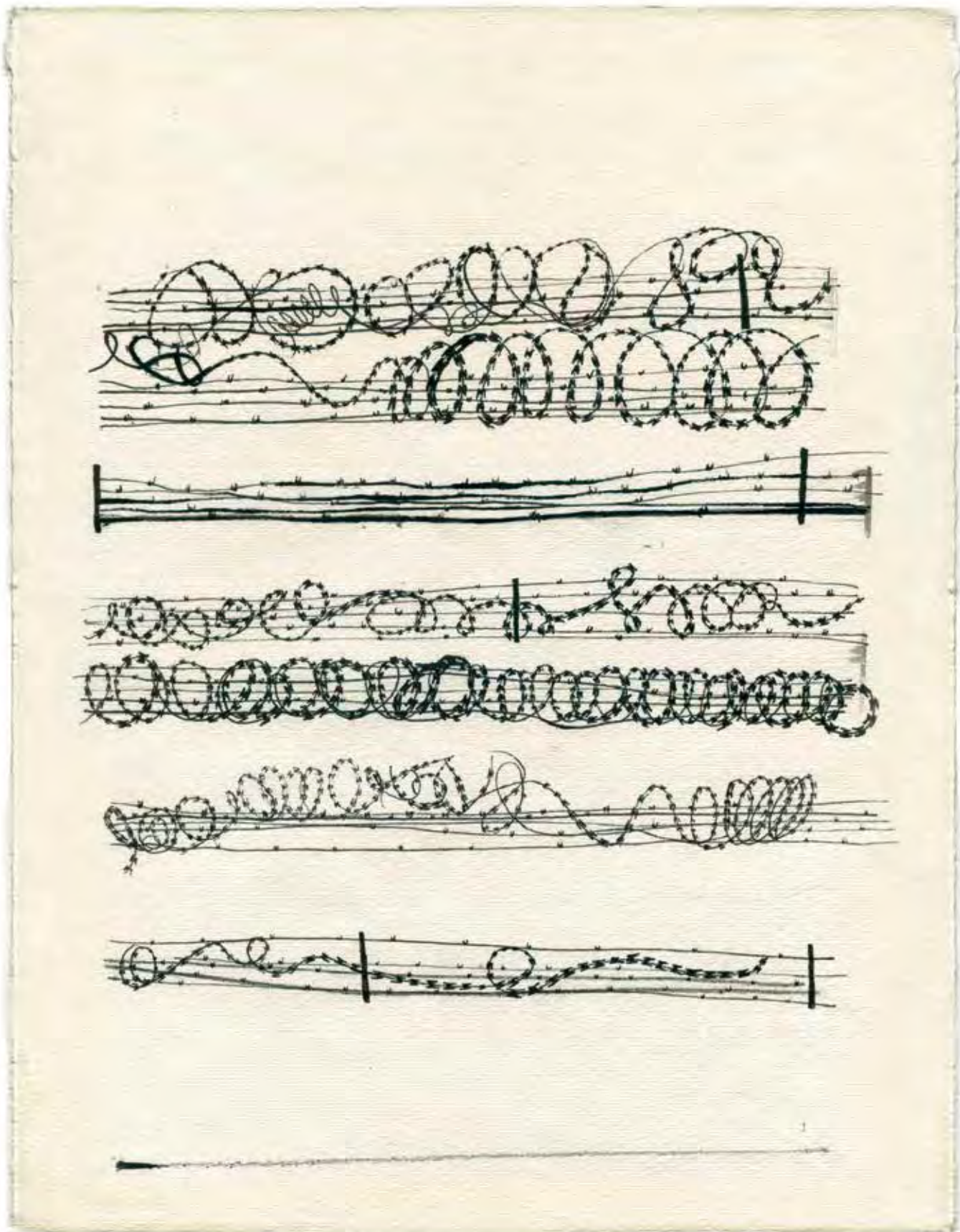
OUÇA NO SITE

Artista, trafega entre o desenho, a instalação, o vídeo e a intervenção urbana.  
[www.saralambranh.com.br](http://www.saralambranh.com.br)





↓ partituras criadas a partir do desenho de cercas e portões são tocadas numa performance. Na apresentação, os músicos recriam a composição que na liturgia cristã é executada em missas fúnebres.



## CONDOMÍNIO FAVELA

*João H. Costa Vargas*

---

Professor de Antropologia na Universidade do Texas.

---

Tudo começou com uma ideia inusitada: e se a favela fosse fechada com portões e câmeras de segurança? Condomínios das classes média e alta em todo o Rio de Janeiro – assim como nos grandes centros urbanos no País – são definidos com base em tais medidas de proteção. Por que então não adotar as mesmas estratégias em uma tentativa de limitar o abuso policial e o tráfico de drogas?

Os ativistas que pensaram nessa ideia nem sequer se preocuparam em consultar o resto da comunidade, pois estavam certos de que os portões e as câmeras seriam aprovados por unanimidade. Assim, foram em frente e instalaram os equipamentos de segurança em pontos-chave da favela do Jacarezinho. As câmeras, disse-me um dos membros da Associação dos Moradores, foram doadas por um “cigano que tinha ouvido falar de nosso trabalho”.

O experimento ousado teve vida curta. Os ativistas locais anteciparam as reações negativas contra o condomínio-favela, e pôr a ideia em prática foi uma medida calculada para criar um fato público-político revelador das condições péssimas existentes naquela comunidade pobre e marginalizada. A notícia correu rápido não apenas na cidade e no estado do Rio de Janeiro, mas também em São Paulo, onde, a despeito da violência urbana crescente, a fascinação histórica com as favelas cariocas gerou um artigo de página inteira em um dos principais jornais do país, a Folha de São Paulo.

Ainda assim, os ativistas na favela ficaram surpresos com a forma visceral com que a polícia, o público que não vive em favelas e os políticos, incluindo os de esquerda, reagiram contra a ideia, que viam como lunática. Nos dois maiores centros urbanos

brasileiros, as questões essenciais por detrás das reações ao que ocorria no Jacarezinho revelavam um profundo desconforto: como um bairro pobre, majoritariamente negro, poderia ter a ousadia de monitorar e restringir o trabalho da polícia? Como a diretoria de uma associação de moradores, que muitos acreditavam ser controlada por traficantes de drogas, poderia desafiar aqueles que a haviam colocado no poder? Como uma favela poderia se comparar aos condomínios cercados da elite?

No dia 28 de julho de 2001, O Dia, o jornal de maior circulação no Rio de Janeiro, relatou em sua primeira página que portões instalados recentemente isolavam o Jacarezinho do resto da cidade. Uma grande fotografia colorida ilustrava a notícia: nela havia um homem jovem, de costas, segurando a mão de uma menina ao atravessar um portão de folhas de metal cor de cobre com cerca de 3,5 metros de altura. A passagem semiaberta do portão revelava uma das vielas estreitas da comunidade onde quatro crianças brincavam no chão acimentado, entre casas e prédios baixos. A legenda da foto, curta e em negrito, dava o tom do artigo que aparece nas páginas internas do jornal:

“Jacarezinho fechado a cadeado. Inspirada nos condomínios da Zona Sul, segunda maior favela do Rio instala portões nas vielas e câmeras de vídeo em pontos estratégicos. Só que o inimigo é outro: os abusos da polícia, segundo as lideranças. Iniciativa é polêmica por deixar os traficantes ainda mais protegidos em seus guetos.”

O artigo de página inteira, ainda que não criticando abertamente o trabalho dos ativistas do Jacarezinho, iniciou e alimentou a controvérsia ao dar detalhes extensos

sobre a história dos portões e de seu impacto sobre a polícia e os traficantes de drogas.

A nova liderança local, eleita em janeiro de 2000, prometia começar um novo capítulo na forma como as favelas se organizam e se relacionam com a sociedade em geral. Antônio Carlos Rumba Gabriel, também conhecido como Rumba, presidente eleito da Associação de Moradores, garantiu que iria colocar o Jacarezinho de volta no cenário político da cidade, recuperando dessa forma uma longa história de mobilização. A comunidade era conhecida, durante a ditadura militar dos anos 60, como “Moscouzinho”. O nome refletia o grande número de esquerdistas e organizações políticas clandestinas que operavam na área, protegidas pela vantagem geográfica advinda da topografia ondulada – a qual proporcionava fácil vigilância dos pontos mais altos da comunidade – e pelo labirinto de ruas estreitas que tornava o acesso difícil aos carros da polícia.

A gestão de Rumba começou com impacto na mídia e no cenário político local. O jornal eletrônico Notícia e Opinião, um fórum conhecido em que questões políticas contemporâneas eram debatidas por políticos, artistas, intelectuais e ativistas, deu ampla cobertura à agenda da nova gestão. Ameaçando “descer o morro e tomar o que é nosso”, os ativistas demandavam o fim da brutalidade policial, mais e melhores programas sociais com foco em saúde, educação e capacitação para o trabalho, e transporte público. Em suma, demandavam cidadania plena. Rumba e seus colaboradores queriam para a favela aquilo que era tido como seu direito e faziam alusões à ajuda que conseguiriam dos traficantes armados para alcançar seus objetivos, caso suas demandas não fossem atendidas.

Embora alguma atenção tenha sido dada às demandas de cidadania daquelas novas vozes políticas vindas do Jacarezinho, a maior parte do noticiário da imprensa, dos intelectuais e dos políticos focalizaram sua atenção na sugestão de que o movimento da comunidade teria a ajuda dos traficantes de droga e de suas armas.

O Dia insistia no tema. Embora o artigo de página inteira incluísse a declaração de Rumba afirmando sua independência dos traficantes de drogas, e que isso era também verdadeiro em relação às câmeras e aos portões, a conclusão trazia uma descreção do evento com as seguintes frases:

“O problema é que até uma criança que acredita em Papai Noel sabe que nada acontece em uma favela sem o consentimento dos traficantes. As câmeras foram liberadas após seis meses de uma longa negociação. Os traficantes de droga estavam preocupados que isto os afetaria negativamente. É assim que funciona em uma comunidade localizada em meio ao fogo cruzado.”

Tornou-se claro, assim, que, até prova em contrário, ativistas da favela estavam ligados ao tráfico de drogas de quem, por um lado, recebiam contribuições monetárias e proteção armada e, por outro, cumpriam ordens e regras sob a ameaça constante e autoritária de achacamento e morte. Nesse sentido, a matéria de O Dia forneceu o modelo segundo o qual o jornal de maior circulação no Brasil, a Folha de São Paulo, escreveria sobre o ousado experimento. A matéria de página inteira da Folha trazia a manchete “Morro carioca cria o condomínio-favela”. Outra manchete em letras menores dizia “Violência: Associação de Moradores do Jacarezinho coloca portões e câmeras para controlar a polícia”. De maneira significativa, entretanto, o primeiro artigo, no canto superior esquerdo da página, tinha o título “Lider nega laços com o tráfico de drogas”. O foco era em Rumba, que declarou:

“Eu nunca tive laços com os traficantes. Nós, presidentes de associações de moradores, vivemos em comunidades onde existe o tráfico de drogas e temos de conviver com isto. Mas nós não interferimos nas atividades deles e eles nos deixam em paz.”

A despeito de Rumba negar continuamente o envolvimento com o tráfico de drogas, esse veículo da mídia de São Paulo, assim como a polícia do Rio, prontamente formaram suas opiniões sobre o ativista político e seu grupo. Enquanto a Folha de São Paulo deu voz a Rumba em suas páginas para que ele contasse a sua versão, o tom geral da matéria contextualizava a perspectiva do ativista de tal maneira que seus laços com os traficantes de drogas tornavam-se praticamente inevitáveis.

O artigo que se seguiu ao analisado acima começava com a frase: “Não é incomum líderes comunitários serem acusados de envolvimento, ao menos indireto, com o tráfico”. Para apoiar essa afirmação, a matéria citava Michel Misse, professor de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e fundador do Instituto de Segurança Pública. Misse argumentou que:

“A convivência é inevitável. Estas pessoas vivem onde o tráfico vive. Líderes comunitários têm que tolerá-los, senão eles são expulsos de suas comunidades. Há também o risco de assassinatos. E existem presidentes de associações de moradores que trabalham com os traficantes.”

Os comentários desse “especialista” forneciam suposta validade científica à suspeita expressa por políticos e pela mídia. Uma vez confirmada, a relação de Rumba com o tráfico pôde ser reconstruída a partir de eventos ocorridos muito antes dos portões e das câmeras terem sido instalados. Essa matéria em particular concluía lembrando aos leitores que, em maio de 2000, Rumba fora acusado de trabalhar para os traficantes. O contexto da acusação foi o seguinte: após a morte desnecessária e inexplicável de um jovem no Jacarezinho, a qual vizinhos disseram ter sido causada pela polícia, dois ônibus e um carro foram incendiados como sinal de protesto. Informantes da polícia revelaram posteriormente que a manifestação foi organizada pelos traficantes de drogas, e Rumba foi uma das pessoas acusadas de ajudá-los. É sugestivo que, enquanto o foco da reportagem era Rumba e suas ligações – não comprovadas – com o tráfico, perguntas sobre a polícia e sua participação na morte do jovem nunca foram feitas.

Deve-se enfatizar que o abuso policial contra moradores de favelas, em sua maioria pobres e negros, faz parte de um padrão histórico ainda em curso. No Rio de Janeiro, a polícia matou 900 pessoas entre janeiro e agosto de 2003, sendo que 75% dessas mortes ocorreram em favelas. Contrário à percepção pública e aos pedidos por uma maior militarização na “guerra contra o crime”, feitos frequentemente por funcionários públicos e setores organizados da sociedade civil, os índices de criminalidade violenta no Rio de Janeiro vinham diminuindo.

No clima de pânico moral, entretanto, os números de execuções por policiais cresciam de maneira alarmante. Enquanto 427 “suspeitos” foram mortos pela polícia em 2000, esse número subiu para 900 em 2002. É de conhecimento geral que os “suspeitos” são jovens negros mortos nas operações militares de rotina conduzidas pelas polícias nas favelas. Paul Amar lembrava que “tal tendência, caso continuasse, faria o número total de execuções policiais chegar a mais de 1.500 em 2003 só no estado do Rio de Janeiro, alcançando paridade com Bagdá ... [que] sofreu cerca de 1.700 mortes de civis naquele ano da guerra de ocupação.”

Os casos constantes de abuso policial são parte de um padrão persistente e emblemático do racismo que permeia a sociedade brasileira. Se os jornais e os especialistas tivessem prestado atenção a tais padrões de abuso policial racializado, a justificativa dos ativistas da favela para os portões e as câmeras teria sido mais bem compreendida. De fato, restringir o uso da força pela polícia foi o objetivo principal do condomínio favela. Além do mais, as câmeras permitiriam a gravação de casos de má conduta policial, tais como extorsão, espancamentos e tiroteios – todos amplamente registrados por organizações nacionais e internacionais de direitos humanos e alguns órgãos de imprensa, mas raramente discutidos por “especialistas”, comentaristas e o público em geral fora das favelas. Esse material gravado constituiria evidência inegável em apoio às denúncias dos ativistas, as quais, segundo Rumba declarou, “não são normalmente levadas a sério.” ■

## VILA VIVA: DESENTENDIMENTOS

*Izabel Dias de Oliveira Melo*

---

Arquiteta-urbanista, trabalha na Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano da Prefeitura de Belo Horizonte.

---

Lembro-me da primeira vez que entrei na favela, menina criada no bairro Serra, pertinho da favela, mas tão distante dela. Senti cheiro de feijão cozinhando logo cedo. Inusitadamente para mim aquilo soava estranho, como uma vida normal, como a minha, que acontecia num lugar, naquele momento, ainda irreconhecível. Aquela vida que permeava um lugar estranho, diferente da cidade em que eu circulava, intrigava pela diversidade do cotidiano que abraçava.

Em um final de tarde de um sábado de fevereiro de 2009, fomos, eu e Reinaldo, morador do Aglomerado, à casa da Dona Maria, que mora no mesmo lugar desde quando tinha 16 anos (hoje ela tem aproximadamente 85). Nunca se casou, não teve filhos e “herdou” a casa dos pais. Todos foram saindo e ela ficou. A casa é pequena, uma sala, com vasos de plantas e uma janela pequenina, branca, que

abre para o quintal da frente, por onde se entra pela rua. Na lateral tem um jardim bem cuidado, verde e com flores. O café que ela serve é bem docinho; café que ela faz questão de ter para as visitas. D. Maria contou que quando era pequena, “descia aquele rio de canoa, chegando perto de onde agora é aquele hospital”, o LifeCenter. O rio hoje é uma rua. Ali não morava ninguém. “Agora a cidade está chegando”. Dona Maria vai sair; para uma rua passar.

Se na discussão com os moradores das propostas de intervenção do Programa Vila Viva da Prefeitura de Belo Horizonte houve a construção de um consenso quanto à questão “queremos casa”, existe ainda uma incompreensão sobre o que significa essa “casa”. Esta é a situação de desentendimento onde um dos interlocutores – o Estado – ao mesmo tempo entende e não entende o que diz o outro

– o morador da favela. Se para a Prefeitura garantir a habitação está relacionado à construção de apartamentos seguindo o padrão mínimo adotado em outras áreas da cidade, em região dotada de infraestrutura e próxima da moradia de origem dos moradores, para as pessoas deslocadas isso pode ser ainda inadequado.

Um menino na rua, morador da favela e que voltava do apartamento do primo que tinha sido deslocado pelo Programa, percebe poeticamente como a intervenção interfere em seu cotidiano ao comparar as habitações na favela e os “predinhos da Prefeitura”: “Porque aqui nos apartamentos é tudo coladinho por baixo e por cima. Um em cima do outro. Lá na favela é igual, mas é de ladinho, um colado no outro só que do lado. Acho que fica melhor, cada um tem o seu céu em cima.”

Aparente sutil diferença que tem relação direta com as possibilidades de uso





→ **neste ensaio:** registro fotográfico realizado pelas Brigadas Populares das casas marcadas e numeradas com tinta *spray* vermelha para serem demolidas pelo programa Vila Viva.

destes espaços. Nas casas na favela, coladas “de ladinho”, “cada um tem seu céu em cima”! Destoando desta percepção, na definição dos apartamentos para onde serão relocadas as famílias é como se houvesse um consenso quanto a uma forma única de habitar a cidade. É como se a experiência na favela não interferisse nos hábitos e necessidades destas famílias. “Aqui não pode dar festa, fazer barulho, som ligado até de noite. No morro pode fazer o que quiser. Ninguém reclama, todo mundo faz. E são os mesmos vizinhos que estão aqui e lá! Acho que é porque aqui é apartamento, e tem lei. Lá não, a gente combina com o vizinho o que quer. Lá os vizinhos ficam acordados até tarde da noite.” (Gleice, moradora de um apartamento).

Não é uma questão semântica: casa é casa. É uma questão conceitual e formal: como é esta casa que se deseja? Como o exemplo de Rancière sobre o conflito en-

tre aquele que diz branco e aquele que diz branco, sem entenderem a mesma coisa pelo conceito de brancura. Trata-se de uma situação de desentendimento em relação ao que significa esta “casa” que se deseja. “Agora eu faço churrasco na grama do prédio. Uso o corredor e a área do prédio. Aos poucos estamos trazendo a favela para cá.” (Cineide, relocada para apartamento). O desentendimento, neste sentido, diz respeito a diferentes formas de habitar a cidade.

A transposição de um padrão, de uma maneira de morar da “cidade”, para a favela, desconsidera a voz que se expressa na multiplicidade de formas construídas por seus moradores, pondo em jogo a validade dos enunciados que se apresentam na concretização da forma de ocupação e apropriação dos espaços da favela. “Eu tinha quintal com cachorro, galinha. Tinha minhas plantas medicinais. O melhor xampu da casa era para as cachorras.

Tinha a casinha delas. Agora só tô com passarinho.” (D. Zelita, relocada para um apartamento). Esta forma singular de cidade parece ainda não ser admitida no sistema normativo que supostamente representa os anseios da sociedade.

Diferente disso, nos caminhos de Rancière, pensar a especificidade da política implica em retorcendo a lógica da racionalidade relacionada às estruturas sistêmicas, consolidadas em regras e leis, para reconhecer uma experiência intersubjetiva relacionada ao desentendimento, uma racionalidade do conflito que separa modos diversos de “estar-junto no mundo”.

A política, além dos espaços instituídos nas estruturas de governo, se configura no campo da experiência, como a introdução de um visível que não era antes considerado, modificando ou reconfigurando a própria realidade ou o que é percebido como realidade, como



é o caso da diferença e da presença do espaço da favela. “Onde estende roupa? Dia que fritar frango não pode lavar roupa não. (...) Nós estamos fazendo uma coisa que eles falaram que não podia fazer. Um varal lá fora. Está tudo colorido lá trás.” (Gleice, moradora de um apartamento). Na própria experiência, relacionada às vivências práticas cotidianas das favelas, desabrocham mundos singulares irreconhecíveis na estrutura sistêmica e nos padrões de urbanização.

O espaço do cotidiano, diferente do espaço das regras e da disciplina, é o espaço da espontaneidade, da abertura, de ações fragmentárias e incontrolláveis. É o lugar que se refaz a cada instante, que, subversivo, não se institucionaliza. É o espaço da revolução, diária e silenciosa, processual.

Para que haja compreensão entre experiências distintas, é necessário que haja o reconhecimento da configuração estética cotidiana a partir da qual se inscreve a voz do habitante da favela. A inversão da perspectiva da exclusão, do estereótipo de *espaço de ausência* – “sem ordem”, “sem lei”, “sem moral” – é o reconhecimento da favela como um ato de manifestação política, como a enunciação de um sujeito que não estava previsto.

Por esta perspectiva, o *direito à cidade*, que em tese permeia a proposta do Programa Vila Viva, não seria uma inserção cidadã nos direitos e deveres constituídos pelas regras. Mais do que isto seria o direito a uma prática diferencial da cidade, o direito de revisitar as regras pela prática e vivência cotidiana. Segundo Lefebvre, “o direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do

direito de propriedade) estão implicados no direito à cidade.”

Se estamos falando do reconhecimento do *direito à cidade* para estas pessoas, não há como pensar em uma habitação sem possibilidades de ampliação e que desconsidera as condições socioculturais e o uso das moradias e espaços públicos nas favelas. O “direito à obra” como direito à prática e construção da cidade por seu habitante não pode se limitar à reprodução pelo Estado do modelo mínimo, inadequado, definido pelo mercado. Deve, diferente disso, abarcar o direito a uma cidade que não seja higienizada, amorfa, a qual só fazem parte as regras, a planificação. Ou, mais do que isso, conceber a cidade por sua diferença e diversidade, para garanti-la e incorporá-la. Lembrando, nas palavras de Michel de Certeau, que “é sempre bom recordar que não se deve tomar os outros por idiotas”. ■



## CASA POTENCIAL

*Ernesto Oroza*

---

Artista, vive e trabalha em Aventura, Flórida.  
[www.ernestooroza.com](http://www.ernestooroza.com)

---

Cuba é um dos países da América Latina com maiores índices de população vivendo em áreas urbanas. Havana abriga, de forma crescente, uma porcentagem elevada dessa população, mas, paradoxalmente, há um baixo índice de produção de novas moradias em relação ao crescimento demográfico. Onde e como a cidade abriga seus mais de dois milhões de habitantes?

Por mais de três décadas, os habitantes de Havana vêm intervindo, com seus próprios recursos, nos espaços públicos e privados para adaptá-los às novas necessidades individuais e familiares. As transformações mais comuns incluem a criação de novos pavimentos, fechamentos, divisórias, acréscimos e a invasão e ocupação de áreas comuns e de todo e qualquer espaço vazio. Com essas intervenções, aparecem novos acessos, janelas, aberturas, varandas, instalações de água e eletricidade, além de um repertório infinito de alterações, como a colocação de cercas que definam e protejam os novos limites de propriedade ou a conversão de espaços domésticos em bicicletários, cafeterias ou currais para animais.

Dois aspectos fundamentais têm radicalizado esse processo. Por um lado, a casa é praticamente a única fonte de recursos para sua própria transformação. O teorema arquitetônico: casa mais matéria-prima converteu a família numa célula produtiva no centro de um processo contínuo de transformação da cidade que tem sua origem no próprio lar. As intervenções têm estendido consideravelmente a superfície habitável de Havana e isso ocorre sem um

significativo transbordamento do perímetro urbano, de forma que se pode dizer que a cidade cresce “para dentro”.

O segundo fato distintivo desse processo é a necessidade, com sua função estrutural na geração e regulação das transformações. Associa essas mudanças às produções naturais conhecidas como estalactites e estalagmites, cujas formas são resultado do movimento fluído dos materiais atraídos pela força da gravidade. Nessa arquitetura, o movimento irreprimível dos materiais compõe também um tecido de linhas e vazios, uma superposição de capas e estruturas, que se apoiam umas sobre as outras, como nos processos naturais. Esse movimento fluído responde a uma força tão poderosa e inevitável quanto à gravidade: a força da necessidade.

A urgência dá um alibi fundamental ao indivíduo. Cada impulso sexual ou fisiológico, cada nascimento e morte provocam o aparecimento de muros, pilares, escadas, novas janelas ou instalações. As casas modificadas em Havana expressam essa relação numa arquitetura da necessidade.

Esforço próprio é o termo utilizado pelos órgãos oficiais cubanos para nomearem as construções e transformações realizadas pelos cidadãos que buscam resolver as necessidades crescentes. Na última década, esses “esforços” se tornaram um fenômeno massivo com ampla repercussão demográfica, econômica, social e expressiva.

Com o programa das Microbrigadas, organizações voluntárias com o objetivo de construir, conservar e reformar habitações ou

qualquer outra construção, o Estado transferiu à população a responsabilidade pela criação de seu *habitat*. Entretanto, como o modelo participativo direcionava energias pessoais em benefício da coletividade, o programa fracassou, transformando-se num processo silencioso e escorregadio que impulsiona cada indivíduo e sua família a buscarem benefícios próprios, com seus próprios recursos e responsabilidades.

Chamo de “casa potencial” um estado latente de consciência. Quando a urgência persiste, a casa potencial surge como uma maneira permanente de se ver o mundo, como uma perspectiva radical e pragmática: tudo será casa. E não se trata unicamente de um ideal, é astúcia, quase paranoica, para imaginar e coletar pela cidade tijolos usados, um tanto de cimento, possíveis janelas ou escadas potenciais. É preciso lucidez para entender quando é o momento econômico ou jurídico exato para construir a laje, ainda que a intuição diga que as paredes só virão dois anos depois.

A habitação potencial existe desde sempre e, por isso, há tantas casas acumulando tijolos debaixo das camas e atrás do sofá. Há também as que, antes de tudo – e talvez por muito tempo –, somente existiam como uma parede ou, com sorte, como um banheiro.

A casa potencial sobrevive no contínuo de pequenos esforços construtivos que, ao longo da vida, engendram relações entre as necessidades e as acumulações, de materiais, tecnologias e ideias.

Havana se regenera a cada dia num processo que responde a gestos pessoais cotidia-



nos múltiplos e abarca a cidade toda. A soma dos esforços das famílias para melhorarem suas condições de vida a partir de seus próprios recursos constitui uma forma especial de reurbanização e adaptação da cidade às cambiantes necessidades e possibilidades econômicas de seus moradores.

**O** urbanismo é uma das formas pelas quais o poder imagina, projeta e transforma a cidade. Em Havana, da forma como os habitantes, em família ou individualmente, imaginam, transformam e usam a cidade, prevalece a capacidade dos habitantes de reconhecer demandas e encontrar soluções imediatas que as satisfaçam, sem esperar e nem aceitar os ritmos ou pressupostos do urbanismo profissional. O urbanismo aqui é uma tarefa doméstica da família, como lavar a roupa ou procriar, e a cidade se produz de acordo com os ritmos biológicos e econômicos do lar. O resultado é uma cidade construída sobre as múltiplas – ainda que individuais – interpretações que os habitantes fazem de sua realidade e, posteriormente, pelo conjunto das ações cotidianas.

Se nesta arquitetura a casa é um diagrama da história e da vida presente familiar, a cidade emerge, conseqüentemente, como tradu-

ção do acontecimento coletivo da sociedade, fato que rechaça o papel figurativo e alienado da arquitetura profissional. No lugar dessa arquitetura, predominam práticas descentralizadas, desobedientes e pragmáticas.

A consciência de que há necessidade de água hoje e pelo resto da vida determina soluções com diversas temporalidades: uma imediata, quiçá provisória, e outra progressiva, possivelmente permanente. As mentalidades do imediato/provisório e o progressivo/permanente se combinam, criando sistemas paralelos, instalações acabadas e inacabadas, invisíveis e visíveis, legais e ilegais, caras e baratas.

Assim, os indivíduos convertem suas casas num sistemático meio de expressão e sobrevivência. O pragmatismo, a astúcia para que se evitem a pobreza e a picardia no trato com o espaço e os materiais convertem a casa numa declaração da necessidade manifesta.

**V**ivia com a mãe num espaço tão pequeno que não poderia ser considerado, legalmente, uma casa. Ampliou, construiu uma cozinha e melhorou o banheiro. Modificou a categoria do espaço e obteve um título de propriedade. Conseguiu uma licença para ampliar ainda mais a casa no

terraço pensando na independência. Ao fazê-lo, teve que construir uma escada interior e começar os trâmites para o desmembramento da propriedade. A aparição de uma escada exterior antes do tempo seria considerada uma infração grave e poderia ser multado ou até mesmo perder o direito de propriedade que havia conseguido. Interpretou que a descrição da habitação e de suas partes depende do código cultural que compartilhamos e que a aplicação da lei depende desse código.

Então, o que é uma escada? Como descrevê-la? Seria possível construir diante da porta um objeto diverso do que se convencionou reconhecer como uma escada, mas que seja capaz de funcionar como tal? Algo como... materiais guardados de tal maneira que daria para subir e descer por eles? Um objeto de Ettore Sottsass, todos os livros de Samuel Feijóo, uma escultura de Franz West ou qualquer outra coisa?

Decidiu por um atalho conceitual: começou a construir a escada e esperou ser multado, ganhou tempo, a lei lhe exigiu parar imediatamente a construção do objeto até que formalizado o desmembramento. Passarão anos. Enquanto isso, usará a escada inacabada. Afinal, o que é uma escada acabada? ■

## A COMUNA URBANA

*Usina*

Originada de famílias que sofreram uma ação de despejo e foram, a partir de então, organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Comuna Urbana Dom Helder Câmara, na cidade de Jandira, é a primeira iniciativa para um assentamento urbano da organização historicamente ligada à luta pela reforma agrária. Mas o que o maior movimento de massas da América Latina iria propor de novo em sua “entrada” nas cidades? O que estavam entendendo por uma “comuna”? Qual seria o resultado de aproximação dos militantes do movimento com as populações fragilizadas das periferias urbanas das grandes metrópoles?

Jandira é uma cidade-dormitório de 110 mil habitantes, próxima do maior complexo de condomínios de luxo da região metropolitana de São Paulo, como o Alphaville, e é conectada por uma linha de trem de subúrbio que leva ao centro da cidade. Nas margens dessa linha, numa área de várzea, formou-se no ano 2000 uma favela com 250 famílias, denominada Vila Esperança. Não apenas os moradores sofriam com as cheias do rio Barueri Mirim, como no ano seguinte começaram a ser ameaçados com a ação de reintegração

de posse por parte da companhia de trens. Foram quatro anos de resistência. Um braço progressista da Igreja logo chegou ao local, por meio da Pastoral da Moradia e do Padre João Carlos, colaborando para que as famílias se organizassem e se defendessem.

Na iminência do despejo, a Pastoral da Moradia entrou em contato com a Pastoral da Terra e o MST, que passaram a procurar alternativas para as famílias. Ao perceberem que o interesse daquela comunidade não era reivindicar um assentamento de reforma agrária, os militantes da frente de massas do MST avaliaram que os conflitos urbanos, enfim, deveriam ser enfrentados na própria cidade e não fora dela.

Entretanto, em novembro de 2005 ocorreu o despejo, com a presença da Polícia Militar e a imediata derrubada dos barracos. Metade das famílias aceitou fazer uma nova ocupação, agora não mais espontânea, mas com caráter político e organizada junto ao MST. Foi assim ocupado um enorme edifício há 30 anos abandonado, uma estrutura de concreto projetada para ser o Seminário dos Padres Salesianos, vendida antes da conclusão por falta de recursos. O último proprietário, um

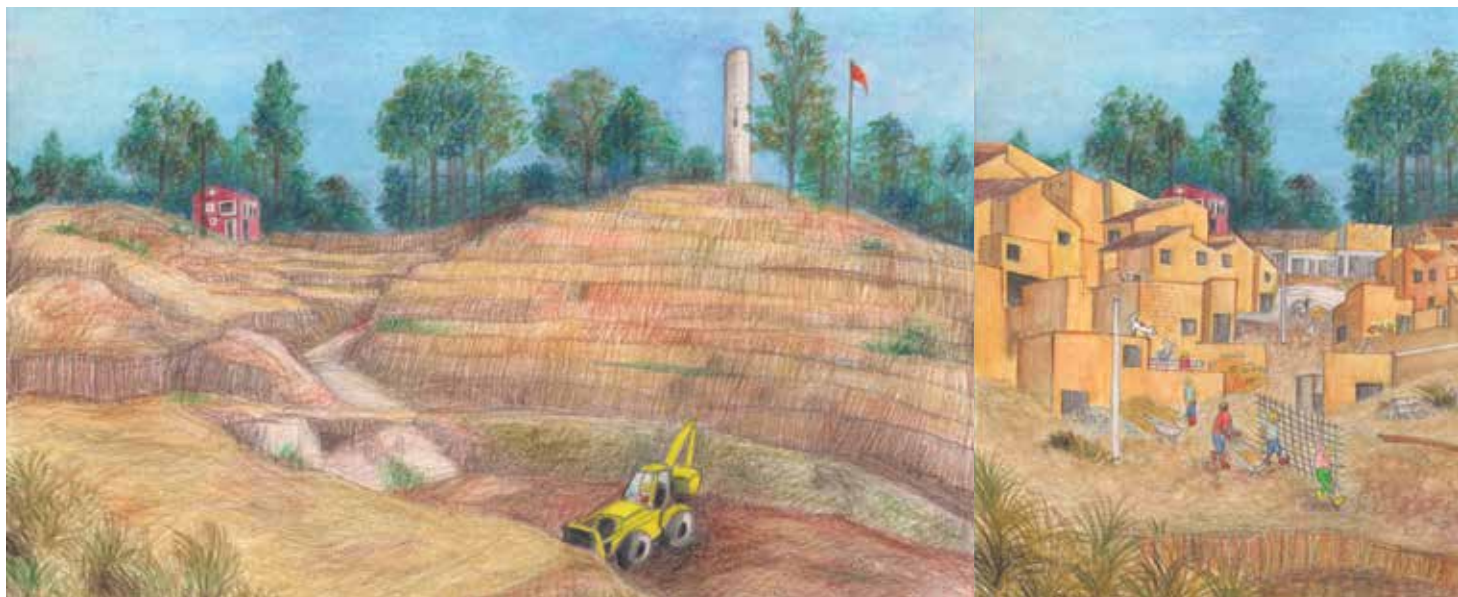
---

Coletivo de arquitetura que há 20 anos atua junto a movimentos sociais na construção de novas experiências territoriais.  
<http://usinactah.org.br>

---

industrial, afirmava pretender utilizá-la como fábrica de chocolates, mas nada foi feito e os impostos se acumulavam, totalizando naquele momento uma dívida de 300 mil reais em IPTU.

O grupo de 120 famílias que foi para o Seminário passou a se denominar Comuna Urbana Dom Helder Câmara. A homenagem a um dos principais bispos brasileiros, que fez oposição à ditadura, não era casual – a influência da Igreja progressista em comunidades como essa no Brasil ainda é significativa, apesar do avanço dos grupos evangélicos. Uma das máximas de Dom Helder que passou a ser reproduzida nas assembleias e que ilustra o progressismo a que nos referimos era a seguinte: “Quando dou pão aos pobres me chamam de santo, quando pergunto pelas causas da pobreza, me chamam de comunista”. A ocupação do Seminário reforçava o nexo religioso que movia a unidade das famílias. Mas o claustro era “profanado” com atividades mundanas, festas e futebol. Esse sincretismo entre a vida cotidiana da comunidade, a mística religiosa e a organização política esteve sempre presente em todo o processo e na definição que cada um dos agentes dava ao significado de



“Comuna”: para uns, sinônimo de comunidade; para outros, de comunhão; e, para alguns, de comunismo.

Já instalados na ocupação, o padre João Carlos e o MST, com o apoio da prefeitura local gerida então pelo PT, conseguiram obter um repasse de recursos do Ministério das Cidades para a compra de um terreno que permitisse um projeto habitacional para as famílias. Para obter o recurso foi realizado um projeto preliminar pela prefeitura, com prédios iguais, carimbados no terreno de forma burocrática. Aquele desenho não correspondia, evidentemente, às ambições que a Comuna tinha para si. Foi nesse momento, quando parte dos recursos e a aquisição do terreno já estavam encaminhados, que o MST resolveu convidar o nosso coletivo de arquitetura a colaborar nesse processo. Já havíamos trabalhado juntos em outros projetos, sobretudo construindo casas em assentamentos de reforma agrária.

A reação imediata dos arquitetos ao visitarem o terreno e verem o projeto preliminar da prefeitura foi apoiar o movimento para que reivindicassem um projeto arquitetônico que correspondesse a seus objetivos políticos. A defesa do projeto próprio foi imediatamente encampada, novamente por motivos diferentes, mas não conflitantes: para o padre era a possibilidade de construir uma comunidade (no sentido religio-

so), cujo imaginário simbólico ele remetia a pequenas vilas italianas; para o MST, a possibilidade de indicar uma forma coletivista de organizar os trabalhadores nas cidades; e para as próprias famílias, o desejo concreto de morar em casas dignas e não em apartamentos exíguos projetados por burocratas e construídos por empreiteiras. A Usina teve que perceber essas diferentes demandas para articulá-las como um “tema-gerador” (no sentido sugerido pela pedagogia de Paulo Freire) para iniciar o processo participativo do projeto.

Em novembro de 2006 iniciamos as atividades de projeto coletivo. A pressão era enorme, sobretudo por dois motivos. Os técnicos da prefeitura e do governo federal não queriam abandonar o projeto por eles realizado e acusavam a Usina e o MST de colocar em risco o financiamento já contratado. Contudo, o argumento de que as famílias nunca haviam sido consultadas e que rejeitariam os apartamentos, associado ao fato de que a Usina tinha larga experiência em projetos habitacionais participativos, fazia com que os técnicos recusassem e aceitassem o projeto próprio, desde que obedecidos os prazos exíguos por eles solicitados. O fiel da balança foi o prefeito petista de Jandira, Paulo Barjud, que apoiou, ao fim, a iniciativa do movimento e a capacidade técnica da Usina, mas não sem fazer sua chan-

tagem emocional, ao afirmar que “se vocês perderem esse recurso, eu renuncio!”. O segundo motivo de pressão era a iminência de novo despejo, movido pelo industrial do chocolate e proprietário das ruínas Salesianas – fato que se consumou em dezembro de 2006, quando as famílias foram relocadas para outro terreno, graças novamente à intermediação do movimento e do padre, e as atividades de projeto puderam seguir até serem completadas, em janeiro de 2007.

O processo de projeto participativo foi assim parcialmente condicionado por uma situação de emergência, mas as primeiras atividades de discussão do projeto que se deram na ocupação do Seminário já nos apresentaram diversas novidades interessantes. As habitações improvisadas foram feitas pelos ocupantes nas próprias celas destinadas aos seminaristas, ainda incompletas, e fechadas por tapumes de todos os tipos – inclusive propagandas imobiliárias de apartamentos de luxo. O enorme vazio central do pátio do claustro também propiciou uma relação das moradias com o espaço coletivo que se diferenciava da experiência vivida na favela. E as famílias logo perceberam que o novo projeto poderia ter espaços vazios, abertos para a sociabilidade, como aquele. O espaço de meditação dos seminaristas, contudo, estava ali transformado pelos gritos de crianças, brincadei-



ras, futebol (inclusive feminino), rodas de samba, mesas de dominó, churrasquinho e festas. O “terreiro” central profanado era o lugar da mística religiosa, do movimento e da vida cotidiana. Era o ponto focal que permitia igualmente àquelas famílias terem uma unidade na luta e na tessitura da vida – a começar pelo fato de que estavam há um ano no local sem nenhum assassinato ou ocorrência grave, comuns na antiga favela.

A experiência espacial vivida no claustro e a organização da Comuna (já “nucleada” pelo método do MST) foram percebidas pelos arquitetos como novo tema-gerador e iniciamos os debates a partir dos espaços coletivos e não dos ambientes privados, invertendo nossa prática habitual que parte da mais imediata moradia individual. Contudo, os espaços coletivos deveriam respeitar a limitante autoimposta pelas famílias, a urbanização baseada em casas unifamiliares, o que contraditoriamente reduzia as áreas livres – mas o acordo era importante para a defesa do projeto próprio, contra os prédios do governo. A primeira ação foi listar as atividades que eles realizavam na ocupação e que eles gostariam que continuassem existindo no novo projeto, com destaque para algumas questões de gênero: cozinha comunitária, mulheres participando de palestras e atividades de formação, homens também cozinhando,

futebol, festas, espaço para as crianças, união, amizade, respeito etc. Assim foram reivindicados espaços específicos e edificações complementares à moradia. As principais delas, que acabaram contempladas no projeto, foram: creche e escola infantil, quadra esportiva, oficinas de trabalho, lugar de festas, padaria comunitária, praça, horta comunitária, espaço para atividades de formação, assembleias e celebrações.

O estímulo à imaginação (e à indignação) é fundamental. Para quem está acampado num barraco, qualquer alternativa parece aceitável, mesmo os apartamentos-padrão mais indignos construídos pelo governo. Para superar essa carência e conformismo, é preciso realizar ações e provocações que agucem a disposição para indagar, conhecer e propor alternativas. No início das atividades, fizemos um movimento retrospectivo/prospectivo (termo de Henri Lefebvre), isto é, reativamos o imaginário das experiências vividas do grupo para que delas pudéssemos procurar caminhos futuros. Muitas das famílias tiveram outras situações de moradia significativamente melhores do que na favela. No Nordeste, em Minas Gerais ou no interior de São Paulo, viveram em casas maiores, com quintais, varandas, pomares, cozinhas amplas e agradáveis, com forno a lenha, daqueles que perfumam a casa toda com os odores e vapores

da comida. A vivência do morar para eles nem sempre foi a do barraco apertado num centro urbano, desprovido de infraestrutura e o mínimo de dignidade.

O tema da migração e as condições de vida nas metrópoles foram então discutidos: por que saímos de uma casa boa no interior e viemos parar em um barraco na capital? Por que o acesso à terra e à moradia regulares nas grandes cidades são negados à maioria da população? O movimento migratório na direção do assalariamento, em geral, corresponde a uma perda na qualidade de vida e nas condições de moradia.

Algumas famílias ainda não conheciam o terreno e outras apenas o haviam visto rapidamente. Fizemos então uma incursão de reconhecimento na qual descobrimos que do seu ponto mais alto é possível avistar os arranha-céus do centro financeiro de São Paulo, e a Avenida Paulista, a cerca de 40 quilômetros de distância, como uma miragem no horizonte.

Trata-se de um terreno complexo mas que, ao mesmo tempo, é uma pequena síntese dos tipos de territórios à disposição dos trabalhadores nas cidades brasileiras – altas declividades, várzeas alagáveis e zonas ambientalmente frágeis. Há, por isso, algum “saber-ocupar” estas situações limites de assentamento tanto por parte das populações empobrecidas quanto de uma parcela minoritária dos projetistas.

No próprio terreno fizemos uma atividade na qual se discutiu a relação entre a área de moradia e todos os demais usos que o grupo da Comuna solicitava. Visualizando melhor o terreno após percorrê-lo, os moradores começaram a indicar onde deveria ser o acesso, a rua interna, onde ficaria o campo de futebol, a praça, a escola, a padaria e os renques de casas.

Nas atividades seguintes finalmente começamos a investigar a unidade habitacional propriamente dita. Na primeira delas dividimos a assembleia em quatro grupos. Cada um dos grupos, ora dividido por idade, ora por gênero, tinha ideias e práticas diferenciadas a respeito do morar. Em cada um dos grupos, um arquiteto-mediador da Usina introduziu temas para debate e reflexão a partir de grandes cartões que indicavam cada um dos ambientes e funções da casa. “Como vocês acham que deve ser tal ambiente? Quais são os móveis? Como são os usos? Quem faz o quê?” Perguntas desse tipo iam motivando reações diversas que foram anotadas e discutidas. E, evidentemente, surgiram situações de dissenso, dentro dos grupos e entre eles. Na animada assembleia em que cada um expôs o que havia sido debatido em seu grupo, era comum surgirem vaias e aplausos, sobretudo em afirmações polêmicas que evidenciam as diferenças de gênero, o peso do trabalho doméstico e da opressão sofrida pela mulher. Os homens não tinham vergonha, por exemplo, de afirmar que sobre a cozinha e a lavanderia “é a mulherada que deveria opinar”, pois eles não teriam nada a dizer – o que foi seguido por uma vaia indignada das mulheres. Algumas delas, nas semanas seguintes, vieram comentar que deixaram os maridos lavando roupa e cozinhando para verem como deveria ser a casa nova.

O próximo encontro dos arquitetos com as famílias já se daria com algumas plantas desenhadas dos sobrados, que foram impressas em transparências e projetadas. Ao lado, sobre uma mesa, foi disposta a

planta dos móveis da casa em papel na mesma escala, que podiam ser aderidas na parede com fitas adesivas, de modo a povoar os ambientes e verificar se eles contemplavam as demandas discutidas. O método é investigar o projeto pelos móveis, pois são eles que indicam e organizam os usos. Vamos reconhecendo como a linguagem de projeto é muito facilmente apropriável, pois, no limite, trata-se de uma brincadeira de “casa de boneca”. Não havia, assim, distância entre o discurso técnico e a experimentação levada a cabo, pois se estabelecia uma unidade de ação entre arquitetos e sem teto decorrente do entendimento lúdico daquela ação criadora com elementos simples e ao alcance de todos.

Durante a semana, entre uma assembleia e outra, os arquitetos trabalhavam incessantemente no material recolhido, procurando adequar as solicitações coletivas, as condições do terreno, a legislação ambiental e de uso do solo, os valores do financiamento público para a construção das casas, as alternativas tecnológicas e estruturais etc.

**A**s casas teriam 68m<sup>2</sup>, 50% maiores do que os apartamentos previstos anteriormente, e três dormitórios. A discussão de projeto também favoreceu a que se chegasse ao desenho de três tipologias diferenciadas, que se encaixavam umas nas outras. Cada grupo de aproximadamente 10 casas formava uma pracinha interna, permitindo que o sistema de organização por “núcleos” de 10 famílias, adotado pelo MST, encontrasse no projeto uma espacialidade correspondente.

Enquanto os debates de projeto ocorriam, a viabilidade financeira da obra foi sendo costurada pela Usina, MST e Prefeitura junto aos órgãos federais e estaduais. Para poder alcançar a qualidade almejada, foi necessário combinar diversos recursos, todos eles altamente subsidiados, mas que até então nunca tinham sido articulados entre si. Os valores somados por unidade

habitacional, incluindo terreno, infraestrutura e equipamentos comunitários, totalizam 47 mil reais. Na engenharia financeira que foi montada, as famílias não se tornavam mutuárias (pagando por 30 anos o financiamento habitacional, como em geral ocorre), mas beneficiárias de um repasse que significa uma operação de transferência de renda, ao invés de endividamento dos trabalhadores (com o risco de despejo após três parcelas em atraso!). A contrapartida das famílias foi de apenas 2 mil reais e mais o equivalente a 4 mil reais em trabalho voluntário na obra, na forma de mutirão. O total por unidade habitacional resultou, em 2008, em 53 mil reais, um dos valores mais altos já obtidos pelo movimento popular na produção habitacional por autogestão até aquele momento.

Do ponto de vista da propriedade fundiária, também procuramos questionar a apropriação privada de um processo de luta e organização que é coletivo. Isto é, o MST e a Comuna, com o apoio da Usina, se posicionaram a favor da propriedade coletiva e da prevalência do valor de uso. Como restringir a mercantilização das unidades habitacionais e garantir o coletivismo? Inicialmente pensamos que o empreendimento habitacional poderia ser caracterizado como uma cooperativa na qual todas as famílias estariam representadas. Contudo, no Brasil a propriedade residencial não pode ser transformada em capital cooperativo no qual cada morador teria uma cota-parte, como se faz no Uruguai, por exemplo. Nós estávamos sendo forçados a transformar o projeto em um condomínio residencial em que a propriedade da terra seria fragmentada, individualizada e privatizada. Como forma de resistir a isso, a Comuna propôs que a terra continuasse pública e que os moradores tivessem a cessão coletiva de uso, como forma de inibir a mercantilização da conquista coletiva. Os desfechos desse embate contra as regras do jogo ainda estão em aberto. ■



# AQUI TEM GENTE

*Fugitive Images*

---

Formado por Andrea Luka Zimmerman e Lasse Johansson. Colaboração de Tristan Fennell.  
[www.fugitiveimages.org.uk](http://www.fugitiveimages.org.uk)

---





Conjuntos habitacionais populares semiabandonados, com tapumes de madeira colorida cobrindo as janelas de apartamentos vazios, se tornaram uma imagem costumeira na paisagem urbana do Reino Unido. Os tapumes são o símbolo máximo do abandono, e as fachadas dos edifícios passam a funcionar como projeções de medos e fantasias coletivos sobre os ambientes supostamente problemáticos e perigosos que se escondem por trás das paredes e janelas. Essas percepções são ainda mais enfáticas quando projetos de “revitalização” vão surgindo nas vizinhanças, com novos apartamentos de luxo, *lofts*, e sofisticados espaços combinados de uso residencial e comercial.

Enquanto essas “revitalizações” vêm ocorrendo na última década na região leste de Londres, quase nada mudou no conjunto habitacional Haggerston & Kingsland, construído na década de 30. Seus edifícios, pelo contrário, experimentaram uma trajetória contínua de decadência devido à falta de uma política de conservação e a seu esvaziamento gradual.

A partir de 2004, os órgãos públicos responsáveis cortaram trabalhos de manutenção e pararam de aceitar novos residentes nos edifícios, dando início a uma fase de abandono evidente. Os tapumes foram colocados sobre as janelas de apartamentos vazios e, em setembro de 2007, 71% dos residentes do conjunto Haggerston & Kingsland votaram a favor da demolição e

reconstrução dos edifícios, que deixarão de pertencer à Prefeitura e passarão à iniciativa privada.

As obras acontecerão sem que haja uma diminuição no número de habitações sociais, graças à mobilização dos residentes, que durante 12 anos vêm fazendo campanhas para não perderem suas casas e que por mais de 30 anos haviam lutado, sem sucesso, por reformas. O projeto de revitalização prevê um aumento de densidade considerável: os 480 apartamentos originais serão, em breve, 761 novos apartamentos. O acréscimo será de apartamentos privados. Todos os residentes atuais terão direito a continuar alugando um apartamento nas novas edificações e serão temporariamente relocados durante as obras.



Os tapumes laranja foram instalados sem nenhuma notificação ou aviso em abril de 2007, cinco meses antes da votação sobre o destino da propriedade. Sua mensagem visual, bastante explícita, enfatizava a decadência do conjunto habitacional. Os quarteirões do conjunto, agora pontilhados de laranja, se tornaram rapidamente objeto de curiosidade daqueles que passavam pelo Regents Canal a caminho do trabalho ou do Victoria Park e do Broadway Market.

O projeto *I am here* foi concebido por alguns artistas que moravam em um dos edifícios do conjunto. De suas janelas sobre o canal, eles escutavam com frequência os comentários e especulações de passantes sobre o estado dos prédios e sobre seu

destino inevitável. A instalação tem como objetivo desestabilizar esse tipo de pensamento de mão única, substituindo os painéis alaranjados por enormes fotografias de pessoas que moram ou moraram no conjunto. De repente, aquele bloco arquitetônico com os dias contados se humanizou através do encontro entre os olhares dos passantes curiosos e a multiplicidade de rostos anônimos estampados na fachada.

Desejávamos abrir um espaço de reflexão sobre questões relativas à visibilidade e à ideia de “revitalização”. Como artistas, queríamos poder fazer parte dos processos que vêm produzindo o ambiente visual de nosso bairro, cada dia mais “renovado”. Nos perguntávamos quem e

o que ganha visibilidade e quem e o que é rapidamente esquecido ou apagado em um ambiente urbano que vem mudando de forma tão drástica. *I am here* mostra os rostos daquelas pessoas comuns que são rapidamente excluídas do imaginário produzido pela indústria imobiliária.

Não se trata de lutar contra um processo de demolição e reconstrução em favor do qual os residentes já votaram, mas de provocar questionamentos acerca de “o que, quem, que políticas, interesses e percepções” estão por trás da decadência e da negligência. Tais questões dizem respeito a todos nós, mas tendem a ficar esquecidas, em segundo plano - inclusive quando se fala de preservação e patrimônio. Afinal, onde, nesses processos, estão as pessoas? ■



## PACTO DE VIZINHANÇA

*Janete Viccari Barbosa e Maria Ivone dos Santos*

---

Vizinhas no Bairro Petrópolis em Porto Alegre.

---

**F**indava o ano de 2002 e a paisagem do Bairro Petrópolis mostrava inúmeras mudanças, instaladas rapidamente nos três anos anteriores. Um cenário de casas destruídas e a chegada de novos e altos edifícios a toda velocidade. Era o novo Plano Diretor posto em prática. Os moradores surpreendiam-se e progressivamente se alarmavam.

O abaixo-assinado dirigido ao prefeito apresentava as consequências da nova lei: “Casas com jardins arborizados, ruas tranquilas e prazerosas, vêm cedendo lugar à verticalização acentuada. Estes grandes edifícios destoam da paisagem do bairro pois vizinham com residências, que vêm sendo irremediavelmente privadas de sol e luz e inegavelmente desvalorizadas no mercado imobiliário. (...)”

E pontuava as incoerências: “Por ironia, estes empreendimentos oferecem aos novos moradores exatamente tudo aquilo que tiram: ‘tranquilidade, muitas árvores, pássaros, sol batendo na janela (só deles) e muito silêncio’”. As queixas: “Não podemos deixar de manifestar nosso profundo descontentamento pela perda irreparável da qualidade de vida do bairro que tanto prezamos e que vem se transformando num canteiro de obras. (...) Nossos jardins, outrora pequenos oásis, perdem sua tranquilidade e privacidade.”

Finalmente, a esperança e a proposta: “Consideramos que ainda é tempo de discutirmos sobre o destino de nosso bairro...”

Ao lado do texto, a filha pequena de uma das duas vizinhas que escreveram o abaixo-assinado e o colocaram a circular no bairro desenhou algumas folhinhas verdes.

Estávamos longe de imaginar que, nos anos seguintes, constituiríamos um grupo de vizinhos paulatinamente ampliado que se envolveria com reuniões na Prefeitura, na Câmara de Vereadores, em outros bairros da cidade, e faríamos uma verdadeira militância para divulgar informações entre os moradores, ampliar a convivência dos vizinhos, aprender as instâncias legais e processuais relacionadas e tentar viabilizar mudanças no Plano Diretor.

**A** menina que desenhou folhinhas verdes na margem do abaixo-assinado foi crescendo e se tornou uma mocinha. Seu crescimento aparece nas fotografias dos eventos que inventamos: as reuniões nas praças, os passeios culturais a pé pelo bairro, as reuniões nas escolas e os comparecimentos nas palestras, fóruns, Câmara Municipal, Prefeitura, Ministério Público.

Nosso entusiasmo e nossa convicção da justeza das reivindicações eram tantos que pensamos que assim que fosse cumprida a primeira conferência de revisão do Plano Diretor, as regras retornariam a índices mais corretos e condizentes com o pequeno crescimento populacional da cidade e a realidade até de redução de população em alguns bairros.

Não foi nada disso. Nossas propostas foram torpedeadas pelos votos dos vários setores da construção civil associados aos votos dos próprios funcionários da Prefeitura. Isso apesar de, a essas alturas, nosso modesto aglomerado de vizinhos já se articular com associações de moradores de outros bairros e com ONGs ambientalistas e fazermos uma frente independente na Conferência de Revisão do Plano.

Uma das poucas coisas que conseguimos nessa revisão do Plano foi a decisão de um monitoramento das consequências do novo Plano, para servir de base à próxima revisão (três anos depois). Na verdade, esse monitoramento já estava previsto na Lei, mas não era feito. De outro lado, porém, as regras pioraram. Aumentou a permissividade dos índices construtivos e criaram-se novas regras para casos especiais: era um banho de “flexibilização”. Como se as construções estivessem muito cerceadas.

Foi aí que a nossa pequena desenhista das folhinhas verdes teve oportunidade de observar como os adultos enfrentam suas dificuldades, como fazem para reagir a frustrações, como lidam com as preocupações, como desanimam, como se recompõem, em que medida colocam em sua vida a vida de todos. Um aprendizado importante para nós, e talvez para ela, foi o da condução da convivência num cenário de frustração, de perdas ambientais, de ausências na paisagem, de desconfor-

↓ Caixa d'água de Petrópolis, anos 1920.



to, de estranhamento e da sensação cotidiana de ter o seu espaço invadido por máquinas, roncões potentes, serras, marretadas – durante anos, pois as novas construções se sucediam uma à outra.

**A** pesar de nossa derrota quase completa na primeira revisão, não esmorecemos. Ao contrário, um sentimento de urgência nos mobilizava. Era preciso que mais gente soubesse o que estava acontecendo e o que estava em jogo. Mas como? Nosso bairro, com seus trinta e cinco mil habitantes, mais cerca de dez mil visitantes no seu dia a dia, é uma pequena cidade. Porém, replica a vida das grandes cidades, onde não existe uma comunidade identificada com a região. Os vínculos interpessoais ficam restritos aos vizinhos contíguos. Como chegar às pessoas?

Quase ao mesmo tempo do surgimento do nosso grupo uma jovem jornalista criou o jornal do bairro, o *Mais Petrópolis*, com edição mensal, circulação restrita ao bairro e com uma proposta de integração comunitária. O jornal foi inteiramente aberto para veicular nossos convites, informações, relatos, opiniões, cartas, até quadrinhos foram publicados.

Compreendemos que precisávamos cultivar as relações com as pessoas da vizinhança, levando informações, divulgando o que fazíamos e favorecendo o surgimento da convivência, da identidade e, com o passar do tempo, da confiança mútua.

O que sabíamos de nosso bairro? Buscamos saber sobre sua formação, suas raízes. Que gente o tinha procurado para se estabelecer, lá nas décadas de 20, 30 e 40, em busca do verde, da “brisa de

Petrópolis”, da convivência à frente dos jardins?

Livros, documentos, fotografias antigas, histórias pessoais foram sendo trocadas e vieram se misturar ao estudo da legislação atual, de questões urbanísticas e ambientais. Muitas reuniões ocorreram sob a copa das árvores das praças. Um cartaz num cavalete nos identificava e por ali ficávamos conversando, tomando um chimarrão, trocando histórias.

Conforme as questões surgiam, precisávamos criar respostas e propostas. Aos poucos, fortalecemos nossos contatos, inicialmente um tanto hesitantes, como planta que lança uma haste e não sabe aonde ela vai se enroscar. As dúvidas eram muitas e, à medida que crescia nossa lista de contatos na internet, mais e mais textos circulavam divulgando estudos, estatísticas, experiências e opiniões.

À medida que conhecíamos melhor os vizinhos, o bairro foi tomando para nós nova feição. E fomos fazendo uma nova geografia. No lugar de dizer “do outro lado da Avenida Protásio”, nos ocorre dizer: “Lá pra cima, perto da casa da Beth”, ou “Cá mais pra baixo, onde mora a Ender”. E mesmo pra referir os “invasores” agora encravados no velho ambiente, nos escapam as expressões: “Logo abaixo da esquina onde era a casa do Dr. Diefenthaler” ou “ali onde ficava aquela magnífica área verde, a maior do bairro”. Custava-nos, e nos custa ainda, incorporar esses novos habitantes recobertos de pastilha e vidros, como se magicamente nossa vida e ambiente tivessem sido dissolvidos e a nova paisagem quisesse se impor.

Nossa vida mudou. Os laços de vizinhança se ramificaram e se entrelaçaram na camaradagem dos nossos passeios culturais. Palmilhando o bairro, compartilhávamos de seu respirar, suas dores, seu calor no verão, suas ramadas refrescantes, as surpresas dos seus jardins. De certa forma, num desses passeios em que traçamos no chão o contorno das duas áreas de interesse cultural do bairro, conforme um estudo técnico da Secretaria da Cultura nunca aprovado, era como se inscrevêssemos no nosso solo imaginário o gesto de identidade e pertencimento. Na manhã de domingo, pessoas vinham para a rua ensolarada nos perguntar o que significava aquela linha de farinha branca circunscrevendo as ruas.

Mas, para enfrentar a dureza da nova cidade, era preciso entendê-la. E assim, convidamos funcionários do Planejamento para palestrar sobre a história da cidade e seu Plano Diretor. Trouxemos também a presidente do IPHAN para nos esclarecer sobre a legislação patrimonial e nos contar sobre a história da preservação no Brasil, no nosso Estado e na nossa cidade. E, em várias ocasiões, recebemos técnicos da Secretaria do Meio Ambiente palestrando sobre as características da vegetação do bairro, as regras de arborização da cidade, os cuidados com as mudas plantadas nas calçadas, o relacionamento com os setores da Secretaria.

Era preciso, também, ir um pouco além da atuação local e dirigida aos órgãos públicos. Assim, promovemos uma manhã no Fórum Social Mundial de 2005. Participamos de Seminários, Jornadas, Fóruns e de outras iniciativas, onde fomos fortalecendo a convivência e o mútuo apoio com associações de outros bairros e movimentos ambientalistas.

Chegou então a hora da segunda avaliação do Plano Diretor. Veio atrasada, mal divulgada e com o público totalmente controlado por setores da construção civil, que traziam ônibus cheios de operários e moradores de áreas precárias, atraídos pelos rumores de que essa reunião lhes possibilitaria algum benefício para suas penosas condições de vida. Talvez a regularização de áreas invadidas, a água encanada, o saneamento. Houve, além do transporte, distribuição de vales-refeição e bônus. Bastava votar conforme a orientação de um “líder de torcida”, postado nas primeiras filas. Tudo muito organizado e às claras.

O anfiteatro era grande e regurgitava. Da metade para os fundos, impossível ler as propostas no telão, que, pela distância, virava telinha. Não houve distribuição de material impresso. Para viabilizar a “participação democrática”, as alternativas em votação para cada item do Plano foram sendo lidas e votadas. É difícil descrever a sensação de irrealidade. Será que alguém em sã consciência acredita possível votar algo ouvido como: “É vedado o parcelamento do solo sob a forma de desmembramento na Área de Ocupação Intensiva, em imóveis com testada e área superiores às previstas no Anexo 8.2, ressaltado o disposto no art. 140”?

Como poderíamos participar dessa farsa cruel e estúpida? Entreolhamo-nos e decidimos: estamos fora! Com largos gestos, nos reunimos e nos retiramos. Viramos notícia e, de fora, ficamos sabendo da inevitável aprovação de novas medidas para tornar ainda mais folgada a aprovação dos projetos construtivos e a proliferação das famigeradas mitigações

e compensações. A política se mostrou para nós, naquele momento, como a mais maleável das ciências práticas. Os habitantes da cidade estavam sendo manipulados e sofreriam as consequências das transformações urbanas. Como era possível, diante deste cenário, se esquivar de uma reação crítica?

Uma vez mais, não tínhamos logrado influenciar o Plano Diretor de Porto Alegre. De nossa convivência, dos passeios, dos encontros, das palestras, dos debates, dos telefonemas, dos textos para escrever, das entrevistas para dar, até da Terapia da Cidadania, onde exercitamos nos ouvir melhor, falar sem repetir, refletir antes de falar, de tudo isso, o que ficou?

A convivência, uma nova percepção do bairro, da cidade e da dinâmica oculta de nossa vida na cidade. E quando quase não esperávamos mais nada, obtivemos a preservação da Casa da Estrela, agora já com destinação de uso e projeto de restauração e adaptação. Depois, alcançamos a preservação da querida Caixa d'Água de Petrópolis, ilustre “habitante” que viabilizou a chegada dos primeiros moradores, no final dos anos 20, início dos 30. E de forma surpreendente e puramente administrativa, conseguimos o adequado cercamento de áreas de preservação em torno de nascentes numa área verde de 16 hectares que se encontra em processo de loteamento. Conseguimos a contenção de processos erosivos e o impedimento ao descarte de calça e lixo sufocando a vegetação, o projeto da Praça e a recomposição parcial de áreas de vegetação muito atingidas.

Hoje contamos com novos amigos em bairros distantes, com os quais podemos falar ao telefone em horas socialmente desaconselháveis, mas justificadas pela urgência de um texto, de uma convocação, de um comparecimento, de um apoio. Pensamos que a cidade é muito mais do que o valor imobiliário, que ela é uma tessitura feita de lembranças e de vivências. O nosso bairro resiste e se redesenha a cada dia de forma peculiar. ■

## BAIROCASTELO.ORG

Luiz Felipe Quintão e Silke Kapp

---

Arquitetos, pesquisador e coordenadora do grupo MOM (Morar de Outras Maneiras).  
[www.bairrocastelo.org](http://www.bairrocastelo.org)  
[www.mom.arq.ufmg.br](http://www.mom.arq.ufmg.br)

---

Intervenções em espaços públicos nas cidades brasileiras, quando não informais, são tradicionalmente monopolizadas pelo Estado. A partir de uma demanda diagnosticada – ou forçada por um interesse particular com influência suficiente –, o poder executivo providencia o desenvolvimento de projetos técnicos bem como a sua realização. Eventualmente isso se dá em parceria com a iniciativa privada, mas raramente com a população local. Um corpo técnico e a própria administração pública detêm o poder de decisão, enquanto a participação das pessoas supostamente beneficiadas se dá, no máximo, sob a forma de referendo, como é o caso do Orçamento Participativo. Dificilmente há um compartilhamento efetivo das decisões sobre a conformação e o uso dos espaços públicos.

Resultam desse processo espaços que atendem mal às demandas locais, são pouco apropriados pela população e cuja manutenção e transformação dependem inteiramente do próprio poder público. Estabelece-se um ciclo vicioso: por um lado, o Estado parte do pressuposto de que os cidadãos devam utilizar o espaço público segundo o roteiro prescrito por projetistas e planejadores, interditando a apropriação criativa como se fosse sempre vandalismo ou perturbação da ordem; e os cidadãos, por outro lado, não se identificam com o espaço público nem se sentem co-responsáveis pelo seu desenvolvimento futuro, restringindo-se a esperar

pela próxima intervenção realizada na mesma lógica da anterior.

Em contraposição a essa prática, foi criado o experimento *bairrocastelo.org*, uma interface digital acessível via *web* que propõe formas efetivas de estimular a discussão sobre o entorno imediato dos usuários e incorporar a participação da população na produção dos espaços públicos.

A interface oferece um ambiente de troca de ideias e informações que, além de ser atualizado pelos participantes continuamente, também é reprogramado e ampliado em suas funcionalidades conforme as demandas que a própria participação gera. A escolha do bairro se deu pela disponibilidade de acesso à internet para boa parte dos moradores, e pela existência de uma demanda real de melhoria do espaço.

O bairro Castelo, em Belo Horizonte, foi urbanizado na década de 1970 e, inicialmente, ocupado apenas por residências unifamiliares de classe média. Nos últimos anos, embora não tenha sofrido alteração nos parâmetros urbanísticos, tornou-se alvo de empreendimentos imobiliários de pequeno e médio porte, com a construção de dezenas de edifícios multifamiliares e consequente incremento populacional. Esse processo trouxe a valorização das áreas de lazer no interior dos condomínios em detrimento da deterioração das áreas públicas, da diminuição da socialização no bairro e do

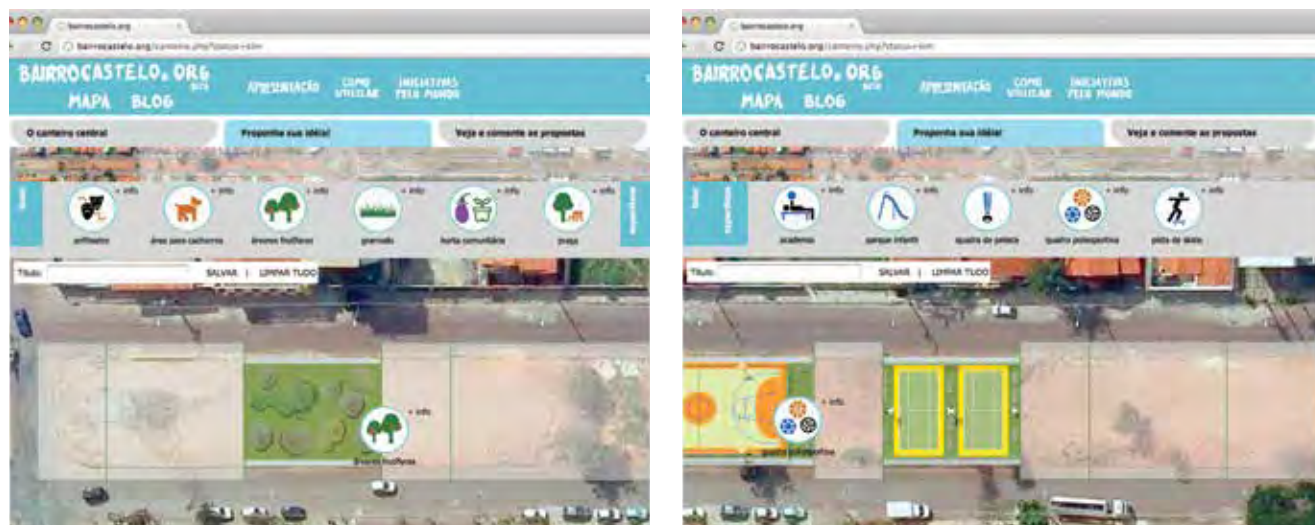
esvaziamento das ruas, contribuindo para a sensação de insegurança dos moradores. Apesar da disponibilidade de espaço – lotes vagos, praças, largos canteiros centrais e até um grande parque de preservação ambiental – não há efetivamente bancos, jardins, abrigos, brinquedos ou outros equipamentos e oportunidades de uso público.

Baseado em alguns projetos e iniciativas similares tais como os *websites Cidade Democrática* e *Criticar Belo Horizonte*, ambos plataformas de discussão, e os *websites Voice of Kibera* e *PortoAlegre.cc*, que utilizam tópicos de discussão georreferenciados, criou-se um *website* estruturado em um banco de dados relacional exibido sobre a plataforma de mapas da Google.

A primeira versão da interface inclui textos, tutoriais em vídeo, cadastro e o mapa propriamente dito. Os usuários podem criar novos pontos em locais do bairro que consideram pertinentes ao tema atribuindo-lhes títulos, imagens e textos. Podem também inserir comentários em pontos já cadastrados, similares aos comentários em *postagens de blogs*. Os pontos não se restringem a espaços formalmente considerados públicos, mas são caracterizados a partir de quatro opções: residencial, comercial, espaço vazio e outros. Dessa forma, os usuários podem, se quiserem, apresentar-se como moradores ou lojistas, chamar a atenção para lotes vagos, etc.

Como forma de divulgação dessa interface, 6000 panfletos informativos foram dis-





tribuídos nas caixas de correio em mais de 80% das residências do bairro. Considera-se, normalmente, que essa modalidade de divulgação tem um retorno de 2 a 5%, o que equivaleria a uma quantidade de visitas no *website* entre 120 a 300. De fato, houve 200 visitas na primeira semana após a distribuição dos panfletos e foram inseridos 6 novos pontos, acompanhados de cerca de 40 comentários. Os comentários demonstraram a insatisfação referente à falta de espaços públicos tanto para a prática de esportes quanto para recreação e descanso. Alguns moradores propuseram melhorias concretas: pista para caminhada, ajardinamento, faixas de pedestres, pista de skate e aparelhos para ginástica, sugerindo parcerias com os lojistas para viabilizar tais iniciativas.

No entanto, o comportamento predominante tende a ser o de reclamação, sugestão ou reivindicação, sem o salto para algum engajamento concreto. Esse fator se dá em grande parte devido à concepção generalizada de que o Estado seria o único responsável pela configuração do espaço público, cabendo aos cidadãos apenas a participação compulsória nas eleições e o pagamento de impostos. A outra instância que se imagina ser capaz de interferir no processo são empresas com interesses comerciais. A ação dos cidadãos ou de uma coletividade auto-organizada não parece estar no horizonte de possibilidades. Ao mesmo tempo, o repertório de sugestões levantadas é bastante restrito a

equipamentos e usos já existentes na cidade e notoriamente pobres em relação a uma apropriação mais criativa. O desconhecimento e a falta de experiência de outras formas de uso do espaço limitam a imaginação coletiva e individual.

A interface foi então aprimorada, gerando uma segunda versão, com o intuito de facilitar a navegação e estimular as discussões para além das reclamações. Criou-se a opção em formato de *blog*, alternativa à visualização baseada no mapa, e inseriram-se exemplos de ações independentes, realizadas por cidadãos em outros locais no Brasil e no mundo. Ampliaram-se as funcionalidades para a elaboração de propostas de uso e desenho dos espaços a partir de opções sugeridas, inicialmente, pelos próprios moradores.

A proposta inicial do *bairocastelo.org*, com sua escala de vizinhança, era estimular a articulação para o uso e apropriação dos espaços urbanos reais, além de incentivar discussões críticas e moradores mais atuantes. Isso, no entanto, significa também a imprevisibilidade. Não se sabe, de antemão, o grau de adesão que será alcançado, quais os dispositivos e o tempo necessários, nem o momento de conclusão efetiva. A comunicação, aqui, não é um instrumento subordinado a prazos e etapas com a função de coleta de dados ou informação de resultados, mas sim a essência de um processo que deveria, no melhor dos casos, continuar a existir sem

estímulos externos, capaz de produzir ações contínuas no espaço urbano.

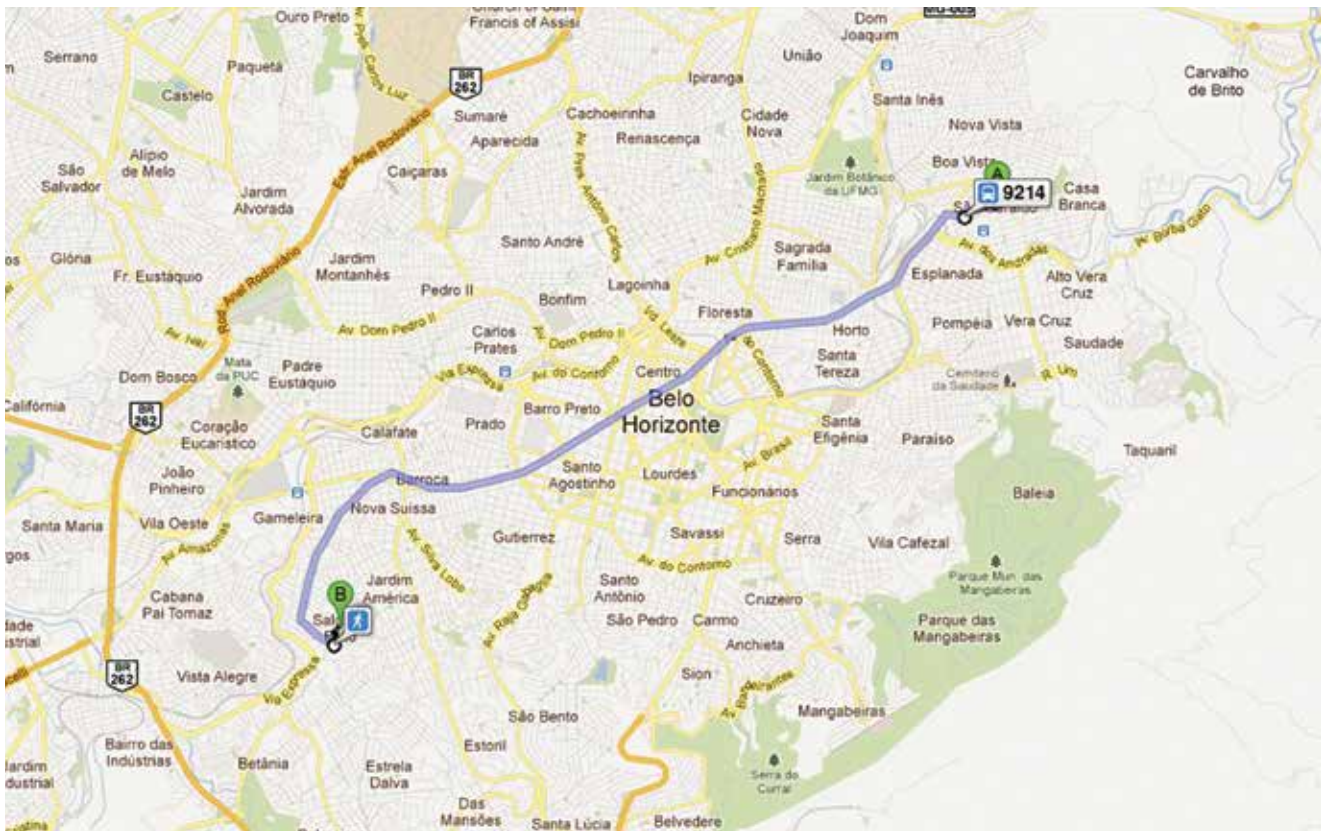
O papel do arquiteto é questionado nesse processo. Em vez de autor e criador de resultados espaciais e construtivos, ele passa a figurar como projetista da própria interface que apoia o processo e disponibiliza o conhecimento técnico. Cabe ao arquiteto encontrar, para cada caso, a medida suficiente de instrumentos, informação técnica e apresentação de possibilidades para estimular o engajamento sem predeterminar os resultados.

Sobre o papel do Estado, todas as nossas estruturas burocrático-administrativas são organizadas para processos de resultados e prazos determinados (embora eles quase nunca sejam cumpridos de fato) enquanto processos abertos e contínuos estão restritos à chamada “informalidade”. No entanto, os espaços urbanos, sobretudo os predominantemente residenciais, poderiam ser abordados pelo planejamento urbano de uma maneira menos determinista. Assim, por exemplo, a Prefeitura poderia definir os limites – espaciais, funcionais, orçamentários – para a ação das coletividades locais, sem definir os conteúdos dessa ação. Ao mesmo tempo, o fortalecimento de instâncias locais, tais como as associações de moradores e redes de vizinhança possibilitaria uma gestão mais flexível dos recursos públicos e uma descentralização das responsabilidades e decisões espaciais. ■

# TRAVESSÃO

*Elisa Marques e Nian Pissolati*

Artistas, vivem e trabalham em Belo Horizonte.  
www.travessao.net



Ao longo do ano de 2010, em Belo Horizonte, criamos o Travessão: uma proposta de conversa na rua, construída por aqueles que estão nela no dia a dia e que têm o ônibus como espaço de convívio. Durante alguns meses, nos deslocamos e nos colocamos em dois lugares com os quais até então tínhamos pouca familiaridade: os bairros São Geraldo e Salgado Filho, situados nos extremos de um eixo leste-oeste da cidade.

A ideia era achar no ritmo diário destes dois espaços uma interseção.

Exercício primeiro: criar uma constância no leste, uma constância no oeste. Exercício segundo: conversar com quem lá vive. Conversa de bairro. Andar na rua, desenhar mapa, ouvir história, andar na trilha do trem, ler dezenas de nomes pichados num muro. Exercício terceiro: conversa entre bairros. As linhas de ônibus 9211 e 9214 ligam os dois lugares. Entre eles está a cidade e no meio do caminho, o centro. Ônibus são ocupados por pessoas que nem sempre se encontram. Onde uns sobem, outros descem. Mas a linha é contínua.

E se, então, valendo-se dos ônibus, os moradores do Salgado Filho e do São Geraldo iniciassem uma conversa? Que mensagens passariam, que vizinhança poderiam construir, tendo a cidade como meio, a rua como superfície de ação?

O Travessão tornou-se então essa conversa, unindo duas pontas da cidade com mensagens coladas nas traseiras dos ônibus. Poesias, fotografias, desenhos, montagens, trocados na cidade, em plena ambulância. ■



# VIZINHANÇA PUZZLE

*Renata Marquez*

Editora de PISEAGRAMA.







O escritor francês Georges Perec, com o intuito de fazer um romance a partir do inventário das ocupações do edifício de número onze da rua Simon-Crubellier, no XVII *arrondissement*, em Paris, fala da arte do *puzzle*. Perec salienta que, no quebra-cabeças, é o conjunto que determina os elementos, uma vez que a existência isolada deles não faz nenhum sentido. Somente a situação de vizinhança pode justificar a sua razão de ser. Segundo Perec, apesar de ser aparentemente uma atividade solitária e inaugural, o quebra-cabeças é um enigma planejado, ou seja, ele já foi desenhado, testado e resolvido por outros artífices antes de tornar-se um produto de série.

A tensão entre a singularidade e sua inevitável condição de vizinhança é posta em exercício no texto de Perec. Como bom jogador que era, ele descreve milimetricamente a vida cotidiana do edifício anunciado, lançando peças avulsas que podem se encaixar a qualquer momento. Essas peças de *puzzle* são “embriões de vida comunitária que vão sempre se deter nos

patamares”. Jane, Marcia, Gaspard, Celia e muitos outros são peças que têm sempre a chance de encontrar-se nas escadarias, eixo central das “partes comuns” do prédio, num espaço-tempo indeciso.

Em desuso por causa do elevador, as escadarias como espaço comum dos edifícios perderam a capacidade de abrigar momentos fortuitos. O constrangimento das quatro paredes do elevador em sua lotação máxima nos expõe a todos naqueles infundáveis, embora velozes, segundos de ascensão. Essa máxima eficiência, que uma taxa de condomínio consideravelmente encarecida proporciona, não permite mais a autonomia da velocidade dos encontros e dos desencontros nessa interface entre público e privado situada ainda no interior da construção.

Ao subirmos as escadarias construídas temporariamente pelo artista japonês Tatzu Nishi em fachadas de edifícios públicos de várias cidades, não sabemos muitas vezes o que vamos encontrar lá em cima. Não se trata de escadarias típicas de

edifícios históricos, mas de escadarias feitas de andaime, percurso característico de obras em processo, imaginário inegável da construção civil. No caminho, frequentemente cruzamos com pessoas descendo com um leve sorriso no rosto e um enigma a guardar.

A imagem do quebra-cabeças evoca a possibilidade da diversidade das peças – o que pode indicar o nível de complexidade do *puzzle* –, mas, como mostrou Perec, elas são peças-tipo que se repetem: “homenzinhos”, “cruzes de Lorena” ou simplesmente “cruzes”. Se olharmos para o conjunto das intervenções de Nishi, podemos enxergar o *puzzle*. São peças-tipo que tentam se conectar umas às outras. No caso da transposição das peças-tipo de Perec para as intervenções de Nishi, as peças são cozinhas, quartos, salas de estar, varandas: espaços privados típicos que subitamente são expostos e dispostos adjacentes a fachadas de edifícios públicos monumentais.

Trata-se de uma tentativa construtiva – mas não menos metafórica – do ensaio

→ **neste ensaio:** intervenções temporárias de Tatzu Nishi, artista nascido em Nagoya, que vive em Berlim e Tóquio. As fotos são cortesia do artista e da galeria Arataniurano.

↓ A casa no ar | 8ª Bienal do Mercosul em Porto Alegre, 2011, na fachada da Prefeitura Velha. Foto de Flávia de Quadros.



da demolição de paredes, da supressão dos limites que separam, por míseros centímetros de alvenaria, a vida pública da vida privada. Uma operação de avizinhar o doméstico e o monumental, o íntimo e o compartilhado. As novas instalações híbridas nos fazem perguntar: afinal, o que entendemos sobre a vida pública? Até que ponto estamos envolvidos com ela? Como a trasladamos para a nossa casa?

No inesperado cômodo doméstico construído nas alturas, cheio de visitantes desconhecidos – contudo, subitamente familiares na condição similar de espectadores –, encontramos objetos cotidianos genéricos que, ao mesmo tempo, podem ser de todos e de nenhum de nós. O doméstico massificado pelas lojas de móveis populares cria um simulacro de intimidade e identidade, bem ao gosto da cenografia da decoração. Mas a ascensão acontece sobre um prédio público, uma instituição que tem também a sua crise de identidade. A quem pertence? O que de fato lhe confere a categoria de pú-

blico? Não residiria a noção de público justamente na experiência coletiva dos hábitos de cada um de nós?

Paralelamente, conduzidos pelas escadarias, alcançamos o mais profundo do edifício escalado: a proximidade com seus aspectos invisíveis ao olho nu da rua e ao corpo incapaz do voo, o que torna esses aspectos levemente gentis e amigáveis, destruindo toda a pretensão de monumentalidade. A experiência de ascensão permite tornar o monumento próximo de nós, reambientando-o como doméstico e decorativo – um novo monumento *kitsch*.

Módulos de domesticidade deslocados e moventes constituem um investimento em “obra pública” como nenhum outro. Domesticar o público é a pista oferecida pelo passeio, num inventário possível e digno de Perec: relógio Masson, brasão do Brasil, quatro colunas coríntias, dois bustos de pedra em nichos com semiabóboda circular, cama em mogno com lençol floral, armário em pau-marfim com puxadores cromados, tapete, abajur, chinelos,

livros, etc. Eis a última notícia da Prefeitura Velha de Porto Alegre.

O que avistamos nas intervenções de Nishi é uma espécie de vizinhança *puzzle*, globalmente editada, localmente experimentada e ressignificada. Nessa estratégia de vizinhança, fragmentos da cidade se deslocam e suas peças são encaixadas fisicamente num *puzzle* cartográfico em escala real, bem ao gosto de Jorge Luis Borges.

Sequestro de monumentos, mantidos em cativeiro público, adotados como adorno esvaziado das suas implicações históricas ou ideológicas e colocados na mesma categoria dos móveis produzidos em série. O relógio e as estátuas são peças de *puzzle* que se encaixam instantaneamente, por meio da construção efêmera do quarto acoplado, no seu mobiliário em escala humana. A superfície de contato ou interface da (nova) Velha Prefeitura de Porto Alegre torna o público e o privado vizinhos inseparáveis, um protótipo de cidade onde o público se constrói a partir da relação de vizinhança. ■

↓ As escadas mais próximas do céu | Intervenção temporária de Tatzu Nishi na Torre da Igreja de São Francisco em Bogotá, Colômbia, 2009. Foto de Laura Rico. Em 3 semanas de exibição, a torre teve mais de 6.000 visitantes. A condição apresentada pelos sacerdotes da comunidade responsável para que a intervenção se realizasse foi "um acordo de manutenção da cruz e a possibilidade de que fossem eles os primeiros a subir!"





## JANE JACOBS REVISITADA

*Michael Bourne*

---

Escritor, articulista da revista *The Millions* e professor da *Fordham University*. Vive no Brooklyn, NY.

---

Há algumas semanas, deixei de lado o livro *Morte e Vida de Grandes Cidades*, de Jane Jacobs, para visitar o quarteirão da rua Hudson, em Manhattan, onde a autora viveu quando escrevia seu clássico livro sobre o planejamento urbano. Um quarteirão à frente as lojas exibiam marcas icônicas da moda – Steve Madden, Juicy Couture, Coach, Michael Kors – mas o antigo quarteirão de Jacobs mantém seu charme despojado, misturando pequenos prédios residenciais com um restaurante, um bar, um salão de manicure, uma bodega e uma lavanderia. Parei então no número 555, o edifício onde Jacobs viveu com seu marido e três filhos, agora ocupado por uma loja chamada GlassyBaby. É um empreendimento curioso. A loja dedica-se a um único produto: porta-velas baixinhos e redondos, feitos à mão, disponíveis em dois tamanhos e numa gama de cores que vai do rosa choque ao marrom.

Seria a loja um exemplo daquele tipo de negócio único que, segundo Jacobs, as cidades devem atrair para permanecerem vivas? Ou haveria algo vagamente sinistro no fato do edifício que já abrigou Jane Jacobs, a rainha da diversidade urbana, ter se tornado uma loja que estoca prateleiras e mais prateleiras de objetos inúteis e idênticos, exceto por sua cor? Jacobs teria certamente algo a dizer sobre o assunto, mas ela morreu em 2006 e tudo que te-

mos agora são seus livros, entre os quais o mais conhecido completa 50 anos.

*Morte e Vida de Grandes Cidades* é uma leitura formidável, cáustica, carregada de críticas e observações sobre o funcionamento das grandes cidades, apresentadas numa prosa clara e direta. Entretanto, não é preciso ser economista para perceber que as observações de Jacobs sobre as virtudes de ruas generosas e vizinhanças diversas abordam pouco aquilo que realmente matava as grandes cidades americanas na metade do século passado: a perda de sua base produtiva. É por isso que qualquer um que queira entender Jacobs deveria ler os livros que publicou em seguida, particularmente *The Economy of Cities* (ainda sem tradução). Junto ao livro anterior, formam um tratado único e revolucionário sobre como cidades prosperam ou falham. A mensagem de Jacobs é simples: uma cidade, e portanto uma sociedade, vive e morre de acordo com sua capacidade de construir um ambiente criativo por e para seus cidadãos. Argumento que pode ajudar a decifrar um enigma: Nova Iorque, que 40 anos atrás ia em direção à bancarrota enquanto o resto da nação prosperava, agora prospera enquanto o resto da nação vai para o buraco. Há muitas razões por trás disso, mas quem estiver atrás de uma boa explicação para o renascimento milagroso de Nova Iorque faria bem em ler Jane Jacobs.

Nascida em 1916 e criada na Pensilvânia, Jacobs mudou-se para Nova Iorque nos anos 30. Sem formação em planejamento urbano, ela se destacou na política nova-iorquina graças a seu trabalho na liderança do bairro, opondo-se ao conhecido planejador Robert Moses, que queria construir uma via expressa de 10 pistas sobre Manhattan, um projeto que, se construído, teria arrasado os bairros Little Italy e Soho. Moses é mencionado somente de passagem nos livros de Jacobs, mas eles são uma contraposição explícita a sua visão de cidade. Moses e arquitetos com pensamentos similares, como Mies van der Rohe e Le Corbusier, queriam limpar as cidades, substituindo cortiços por grandes complexos residenciais circundados por parques e grandes avenidas. Na prática, isso significava demolir bairros inteiros e amontoar milhares de pessoas pobres em edifícios que logo se tornariam locais inseguros e marginalizados.

O primeiro grande *insight* de Jacobs foi perceber que as cidades não são máquinas para se viver, mas organismos vivos. Futuros planejadores, dizia, devem pensar as cidades em sua complexidade. Mas se uma cidade é um ser vivo, ela também pode morrer, e o segundo grande *insight* de Jacobs foi perceber que cidades são espécies que se autopropagam. Injetar dinheiro indiscriminadamente em uma cidade é

como enfiar um tubo de alimentação goela abaixo de um doente terminal: pode impedir que ele morra, mas dificilmente vai ajudá-lo a se levantar da cama. A melhor forma de estimular a economia de uma cidade é livrá-la dos obstáculos arquitetônicos, governamentais e econômicos que impedem as pessoas de levarem seus empreendimentos pessoais e coletivos adiante.

Jacobs inicia seu estudo urbano no nível do quarteirão, utilizando seu pedaço da rua Hudson como laboratório. Com uma visão aguçada e muito bom senso, ela descreve como um quarteirão bem sucedido atrai usuários diversificados, não só residentes, mas comerciantes e visitantes de outras áreas da cidade, que acabam por cuidar uns dos outros. Quando funciona, um quarteirão de sucesso é o cenário para o intrincado balé no qual os dançarinos têm papéis diferentes que reforçam milagrosamente uns aos outros, e compõem o todo. O balé de uma boa calçada nunca se repete e está sempre repleto de improvisações. Num bom quarteirão, as ruas devem ser curtas, com calçadas amplas, com prédios novos e antigos, e ter uma variedade de negócios que atraia uma diversidade de residentes e comerciantes.

As ideias contidas em *Morte e Vida de Grandes Cidades* são tão sensatas, em sua promoção da diversidade e da tolerância, que é fácil esquecer que, enquanto as habitações sociais de Moses eram socialmente problemáticas, também o eram os cortiços que elas substituíam. Por mais de um século, de 1840 a 1950, ondas de imigrantes vindos de toda parte do mundo desembarcaram nos bairros mais pobres de Nova Iorque. Esses imigrantes se dispunham a conviver com a criminalidade e a infestação de ratos porque, por piores que fossem essas condições, eram mais promissoras do que em seus países de origem e porque sabiam que seus filhos e netos poderiam deixar os guetos e se tornar parte da classe média americana. Isto aconteceu década após década, expandindo a base produtiva do país – até que, no final dos anos 1950, os empregos começaram a diminuir.

Em *Morte e Vida*, Jacobs não aborda os dinamos econômicos que engrandeceram Nova Iorque e cuja falência quase mergulhou a cidade na bancarrota. Se pararmos na leitura de *Morte e Vida*, poderíamos concluir que, enquanto Jacobs era uma planejadora visionária, ela pouco entendia de economia urbana. Talvez ela mesma tenha pensado isso, porque ela parece ter passa-

do os anos seguintes estudando o assunto. Esse estudo prolongado resultou em dois livros, *Economy of Cities* (1969) e *Cities and the Wealth of Nations* (1984). É neles que Jacobs discute como grandes cidades como Nova Iorque podem renascer.

A história da reviravolta de Nova Iorque é sobretudo econômica. Depois de décadas de estagnação causada pelo declínio da indústria local, a cidade embarcou na onda da globalização, que demandava capital nas finanças, na mídia e no *design* de produtos de alta tecnologia. A ascensão dessas indústrias gerou uma economia de serviços efervescente, que absorveu novas ondas de imigrantes, e a cidade se tornou de novo um colosso mundial.

Mas por que uma cidade como Nova Iorque se recuperou quando uma cidade como Detroit, que tinha uma base industrial mais sólida, entrou em decadência? Para Jacobs, a resposta está na capacidade dos habitantes de uma cidade para inovar. As cidades crescem, segundo ela, por um processo que chama de substituição da importação. Isso ocorre quando comerciantes locais produzem, eles mesmos, os bens e serviços que costumavam importar. E então usam as habilidades obtidas com

essa produção local para criar novos produtos, que podem exportar. Detroit, ela argumenta, começou como um porto de distribuição de farinha pelos Grandes Lagos. Logo, os fabricantes locais começaram a construir seus próprios barcos e ficaram tão bons nisso que começaram a fabricar navios. Isso não só trouxe dinheiro para os cofres locais, como foi a base da cultura de fabricação de motores, apropriada por Henry Ford quando ali fundou sua fábrica de automóveis.

A indústria automobilística, no entanto, foi tão bem sucedida que, com a maior inovação de Ford, a linha de montagem, passou a dominar Detroit de forma tão absoluta que não havia mercado local para mais inovações. E, como Jacobs aponta, foi só uma questão de tempo para que outras cidades (neste caso, no Japão) incrementassem as ideias de Ford e passassem a produzir carros melhores e mais baratos. *The Economy of Cities* previa o dilema que Detroit enfrenta hoje, de uma indústria automotiva moribunda, ultrapassada pelos competidores estrangeiros, que teve de ser resgatada pelo contribuinte americano para evitar o colapso.

Como Detroit, Nova Iorque começou como uma cidade portuária, mas seu principal subproduto foi um setor bancá-

rio robusto, que sobreviveu ao colapso da indústria na cidade. Mesmo quando Nova Iorque pediu ajuda financeira do governo em meados dos anos 1970, jovens empreendedores, muitos deles filhos e netos de imigrantes que um século antes viviam nos guetos, foram inventando novas maneiras de ter e financiar grandes empresas. Sim, os banqueiros não são flor que se cheire e recentemente o setor bancário precisou de uma ajuda financeira do governo maior que a indústria automobilística. Mas, queira-se ou não, Nova Iorque é hoje a grande cidade mais segura da América, com uma economia e uma diversidade cultural relevantes. Em grande parte porque soube reinventar suas atividades produtivas a partir de mecanismos de crédito diversos.

Isso nos traz de volta à loja GlassyBaby. Ao sair dali, tinha certeza de que Jane Jacobs teria concordado comigo que a loja era uma triste nota de rodapé sobre o que havia se tornado o seu bairro. Uma loja inteira dedicada a porta-velas? E depois, haveria uma loja que só vende bandeirolas tibetanas? Um *petshop* especializado em brinquedos mastigados orgânicos? Agora, vejo que estava errado,

principalmente porque eu, que tenho a mente menos sutil que a de Jacobs, deixei que meus preconceitos pessoais me influenciassem.

Apesar do que Jacobs poderia pensar da GlassyBaby, ela teria visto a loja de outra forma: um negócio pequeno, especializado, que traduz suas teorias econômicas. De acordo com o seu *website*, a GlassyBaby teve início quando sua fundadora lutava contra o câncer e encontrou alívio nas velas que espalhava pela casa. Ela logo começou a fazer seus próprios porta-velas e a distribuí-los, primeiro como presentes para amigos e depois vendendo a desconhecidos. O mercado para o produto se revelou tão forte que ela ensinou outros sopradores de vidro a fazer *glassybabies* e abriu outras lojas. Em 2009 o CEO da Amazon comprou 22% da jovem empresa.

Como Jacobs descreve, uma pessoa esperta adaptou um produto importado a suas necessidades, contratou outras pessoas para ajudá-la a produzir e vender, e agora tem suporte financeiro para exportá-lo a outras cidades. A proprietária da GlassyBaby, com nada mais que um pouco de vidro colorido e uma boa ideia, criou uma economia criativa. ■

# SUBÚRBIOS IMAGINÁRIOS

*Ross Racine*

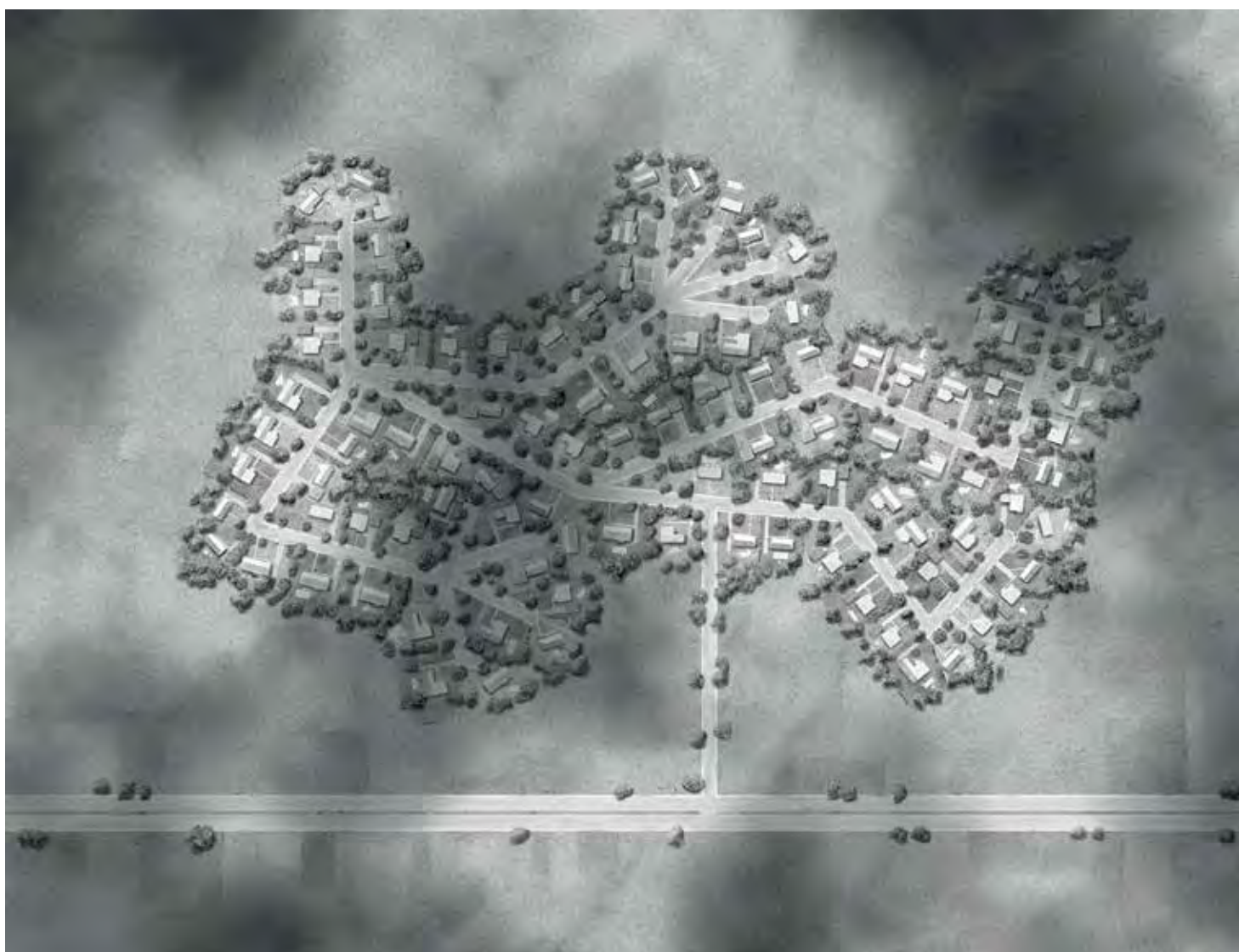
---

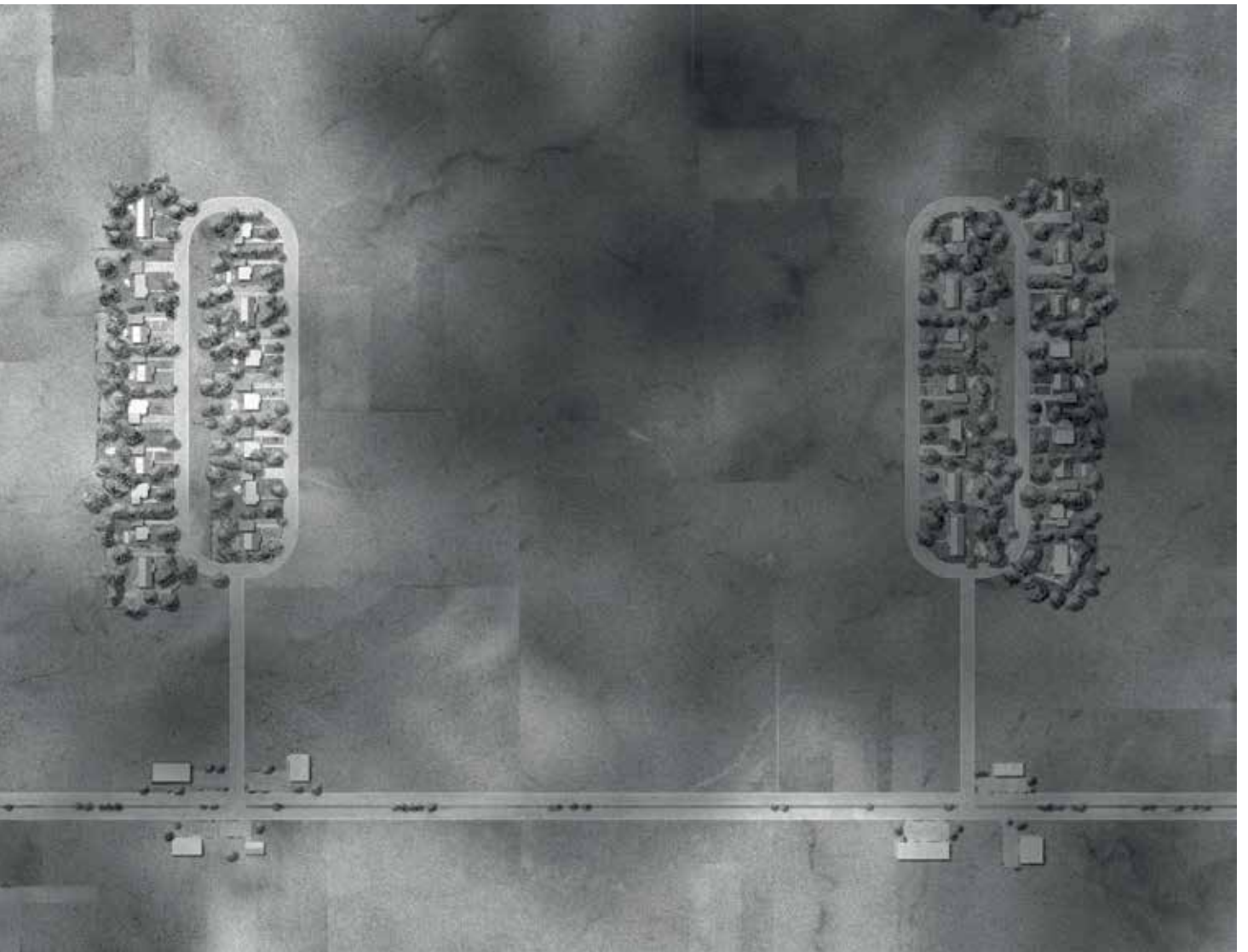
Artista, trabalha com desenho digital e construção de paisagens imaginárias. Vive entre Montreal e NY.  
[www.rossracine.com](http://www.rossracine.com)

---



VEJA MAIS NO SITE







## DAS TUPPERWARE PARTIES ÀS CIDADE RECIPIENTES

Ana Paula Assis

---

Arquiteta e professora.

---

No dia 5 de maio deste ano o *New York Times* anunciava, sob a manchete “The Tupperware Party Moves to Social Media”, a decisão da tradicional marca de vasilhames de explorar as novas redes sociais como estratégia de marketing e vendas. O anúncio provavelmente teria passado despercebido, mas o fato de trazer, no mesmo enunciado, dois universos de convivência tão desconectados no tempo e no espaço me pareceu irônico e, por isso mesmo, merecedor de uma reflexão. Uma reflexão em torno das relações de proximidade estabelecidas nessas novas redes sociais juntamente com um produto ou marca que, a seu tempo, se tornou símbolo de um modelo de vizinhança paradigmático que teria uma grande influência na conformação ainda pouco amadurecida das cidades brasileiras: o subúrbio norte-americano.

Em 1947, Earl Silas Tupper, inventor e químico da DuPont, desenvolveu um sistema de vedação à prova de ar e água, derramamento e deterioração, que seria usado para o armazenamento de comida. A sua invenção, batizada de “Tuper Seal”, passou a ser aplicada a uma linha de vasilhames de polietileno produzida pela empresa nos anos anteriores. Os *Tupperware*, assim batizados, logo viriam a se tornar um símbolo do *american way of life* dos anos 50.

O lançamento desse produto no mercado coincidiu com um cenário pós-guerra, pré-feminista e de afirmação dos subúrbios como um modelo de vizinhança aprovado por grande parte da população

americana, que abandonou os centros urbanos em troca da promessa de um ambiente adequado ao cotidiano da família, livre da indesejada convivência com grupos ou indivíduos que não se encaixavam no perfil de normalidade estabelecido pela sociedade.

Os pioneiros *Tupperware* tiveram uma curta temporada de vendas nos grandes magazines americanos antes de serem retirados do mercado para poderem ser adquiridos apenas em encontros organizados entre as donas de casa de uma mesma comunidade: as *Tupperware Parties*.

Brownie Wise, uma mãe divorciada vinda do interior e com um estilo de vida um pouco distante do ideal feminino da mulher americana dos anos 50, foi a responsável pela criação da estratégia de *marketing* da marca, que alcançaria cifras de centenas de milhões de dólares por ano. Tudo começou com um telefonema à fábrica, no qual a senhora Wise – que costumava vender eletrodomésticos, panelas e vassouras em casa –, irritada com o atraso na entrega de suas encomendas, insistiu em conversar pessoalmente com o Sr. Tupper, presidente da marca. Ao perceber que a insolente reclamante era uma revendedora autônoma que, sozinha, tinha alcançado vendas maiores do que qualquer um dos grandes magazines, o senhor Tupper decidiu contratá-la para uma transformação no modelo de comercialização dos seus produtos.

Ms. Wise iniciou então o seu projeto de recrutamento de colaboradoras. A oportu-

nidade de se ter renda própria, trabalhando em casa e com um horário flexível que não prejudicasse as funções de mãe e esposa foi suficientemente atrativa para conquistar adeptas de todo o país. Em pouco tempo, Ms. Wise liderou um crescente exército de vendedoras sustentado por uma rede de cooperação e vizinhança, distinta do competitivo e agressivo *marketing* associado ao tradicional modelo masculino de negócios. Logo, as *Tupperware Parties* tomaram conta dos subúrbios. Nas animadas tardes só para mulheres, entre receitas, *drinks* e dicas de como armazenar melhor o jantar do marido, muitas encontraram uma boa remuneração, fato que configurou, segundo estudiosos, o princípio de uma autonomia feminina no mercado de trabalho.

Alguns anos mais tarde, esse mesmo projeto não entusiasmaria o movimento feminista, então latente. Muitas mulheres entenderam que tal modelo de trabalho reforçava estereótipos femininos suburbanos, por representar uma espécie de desvio do propósito que buscava igualar as condições e oportunidades do trabalho feminino às dos homens. Além disso, as feministas argumentaram que a exploração econômica das redes de vizinhança e família era extremamente destrutiva, uma vez que se sustentavam pela comercialização das relações afetivas.

Mas o incremento das vendas a níveis que escapavam à compreensão dos executivos formados nas *business schools* fez com que o sucesso alcançado pela senhora Wise



confrontasse a precária situação feminina no mundo dos negócios na época. Em 1954, ela se tornou a primeira mulher a aparecer na capa da *Business Week Magazine*. Com seu *Cadillac pink* e os seus característicos vestidos de renda, Wise era a personificação do sonho de liberdade de grande parte das mulheres americanas.

Ela foi demitida do cargo em 1958, aparentemente devido à puritana desaprovação do Sr. Tupper ao seu estilo de vida independente. Mas a estrutura operacional criada por ela já tinha autonomia e começava a se espalhar para outros continentes.

As *Tupperware Parties* tornaram-se bastante populares no mundo todo, assim como o modelo de expansão dos subúrbios, ambiente que parece ter sido perfeito para a organização dessas festas. Em 1963, a empresa chegou à Europa, Japão e Austrália. No Brasil, as primeiras *Tupperware Parties* datam dos anos 70, época em que também apareceram por aqui os primeiros condomínios horizontais fechados. O AlphaVille Residencial, ícone pioneiro dessa tipologia, foi lançado em 1975.

Os subúrbios americanos surgiram nos anos do pós-guerra, alavancados por um movimento de revisão dos valores e da família e por um déficit habitacional que, a princípio, foi associado às novas famílias formadas pelos jovens veteranos da guerra. A partir de então, a população americana testemunhou uma mudança significativa no conceito de moradia e vizinhança. A crescen-

te demanda por moradia, juntamente com as políticas públicas de incentivo ao mercado imobiliário suburbano, aceleraram a indústria da pré-fabricação e impulsionaram a rápida expansão e afirmação dos subúrbios. A produção em série de subúrbios como *Lewittown* e *Park Forest* redefiniu os antigos modelos de espaço público com a nova estética da pré-fabricação e da propriedade privada inserida num espaço coletivo contínuo. Em *Lewittown*, as taxas de produção alcançaram 30 casas por dia em julho de 1948.

Como um modelo de moradia e convivência sem precedentes na história das cidades, o empreendimento suburbano encontrou suporte numa ideologia política e estética associada a conceitos de eficiência e assepsia, não somente no planejamento espacial, como também no plano social. Os subúrbios parecem ter sido especialmente desenhados para a típica família branca de classe média americana. Grupos sociais fora desse perfil não encontrariam as mesmas facilidades ou qualquer tipo de identificação. Os modelos das casas propostos pelo *Federal Housing Administration* apresentavam uma tipologia única e segregadora, de arquitetura exclusivamente voltada para as famílias nucleares, razão pela qual eram excluídos grupos sociais como os solteiros, casais sem filhos e idosos. Já os mecanismos de controle étnico dos subúrbios eram menos discretos. Em *Lewittown*, uma cláusula contratual restritiva estipulava que as casas somente poderiam ser vendidas ou alugadas para “membros da raça caucasiana”.

Entre os equipamentos que compunham o convidativo conjunto dos subúrbios estavam as novas escolas públicas aclamadas nacionalmente, a facilidade de conexão com a cidade por um eficiente sistema de trens e *railways*, os modernos centros comerciais, os *playgrounds*, igrejas e sinagogas, dispostas sobre os intermináveis jardins coletivos. Somados à sedução dos baixos impostos, esses fatores configuravam um cenário atrativo o suficiente para justificar a adesão de milhões de famílias americanas nos anos 1950. No entanto, por trás dessa aparente liberdade de escolha, os baixos juros cobrados no financiamento das casas suburbanas e as hipotecas garantidas pelo governo atestavam que o sucesso da empreitada era patrocinado por um projeto político que almejava a liberação das cidades para a implementação dos projetos federais de renovação urbana.

No Brasil, o modelo de expansão periférica das cidades que mais se aproxima dos subúrbios americanos são os já citados condomínios horizontais fechados. Mas, nesse contexto de transposição, há que se considerar o frágil equilíbrio das nossas cidades, assoladas por um conflito social muito mais dramático do que o das cidades americanas. O conflito vivenciado no Brasil faz com que as palavras violência e segurança funcionem como passe de mágica na construção das arquiteturas mais contraditórias de que se tem notícia.



↓ Quem é Carol Andrews e onde ela está?

Melissa Easton comprou este cartão no eBay enquanto projetava uma série de recipientes para a Tupperware | <http://melissaeastondesign.com>



Em essência, os nossos condomínios fechados, “enclaves fortificados”, definem relações de vizinhança bastante distintas do seu modelo de inspiração. Os moradores dos subúrbios americanos compartilham um sentimento coletivo de pertencimento a um grupo social coeso e aparentemente bem integrado, sentimento este que justifica críticas: a aparente monotonia dos padrões e comportamentos dos seus integrantes.

No caso brasileiro, a migração das classes média e alta para os condomínios fechados, em porcentagens muito inferiores, foi motivada principalmente pela busca da segurança prometida pelos muros fortificados. Muitos desses condomínios trazem também a proposta de um isolamento campestre, que garante, no seu projeto de urbanização paisagística, o equivalente aos metros quadrados de jardim coletivo suburbano sob a forma de coeficiente em área de preservação da vegetação nativa.

Mas a lógica do isolamento fortificado não se limitou apenas aos condomínios periféricos. Podemos verificar, com lamentável frequência, o mesmo princípio de segregação aplicado aos edifícios particulares que inevitavelmente colaboram com a conformação do espaço público das nossas cidades. Dessa maneira, estabelecem-se os princípios de convivência contraditórios que caracterizam as cidades brasileiras e que têm como principal consequência a deterioração qualitativa do espaço das cidades como local de convivência e trocas.

E é nessa esfera das convivências e trocas que o deslocamento das *Tupperware Parties* para as redes sociais inspira uma reflexão sobre o novo ambiente de vizinhança surgido quase meio século depois da exportação endêmica do modelo suburbano. As redes de convivência no *facebook* se consolidam sob o argumento promissor de uma cartografia que eliminaria as limitações espaciais e reconfiguraria o território virtual segundo critérios democráticos de afinidades que poderiam ser confortavelmente operados pelo usuário, construtor do seu espaço público. Trata-se, obviamente, de uma categoria bastante particular de espaço público, cuja grande conquista parece ter sido a exclusão do corpo físico e de todas as limitações a ele associadas. Essa exclusão permite estabelecer os novos parâmetros de proximidade e vizinhança.

Diante da metáfora do espaço público aplicada ao espaço virtual seria possível dizer, também metaforicamente, que aos usuários das redes sociais cabe o papel de articuladores de seu próprio espaço público. As ferramentas disponibilizadas pelo sistema permitem selecionar o perfil dos frequentadores do seu círculo de amigos, bem como erradicar da sua porção particular de espaço público qualquer manifestação que não esteja de acordo com os padrões estabelecidos pelo administrador. Esse movimento constante de construção e manutenção do espaço de convivência em seu estado ideal reproduz, ainda que remotamente, as ações dos urbanistas ortodoxos dos subúrbios

e dos enclaves condominiais em seu esforço de ordenação asséptica do território.

Nem os subúrbios e condomínios, nem as inovadoras redes sociais se aproximam do que há de mais instigante no modelo de vizinhança aparentemente caótico das cidades reais: o privilégio do encontro com o outro. Um outro que é em essência diferente de mim, e que me confronta regularmente com uma demanda de reposicionamento, adaptação e afirmação diante do coletivo. Nos dias de hoje, com todos os avanços das telecomunicações, que permitem modos de vida, trabalho e relacionamento desvinculados da condição de proximidade física, viver na cidade deveria ser uma escolha. E, como em toda escolha, há que se entender o que está em jogo antes de realizá-la. Viver na cidade significa conviver com o outro, com a diversidade – e é sob esse paradigma que seus habitantes deveriam optar ou não pelo modelo de moradia e vizinhança urbana.

Condomínios e *facebook* em coexistência com a metrópole contemporânea poderiam configurar alternativas de vizinhanças diversas, possíveis escapes para a intensidade da convivência urbana, e não o contrário. Não se pode esperar da metrópole a garantia *Tupperware* de vedação contra vizinhos inconvenientes, e nem o acondicionamento perfeito dos seus habitantes em recipientes separados e rotulados numa logística de reconhecimento e identificação que vai um bocado além da cartela de cores disponibilizada à clientela das *Tupperware Parties*. ■

## VARAIS

*Adriana Galuppo*

---

Filósofa e fotógrafa, professora da Escola de Arte e Tecnologia Oi Kabum!

---

ASSISTA NO SITE



Foram dois anos observando o varal de vizinhos que nunca viria a conhecer. Morava na “Polônia” – apelido que demos ao nosso bairro, no Brooklyn, em NY. O território fora habitado originalmente pelos índios Keshachqueren, uma subtribo dos Lenape. No século XVII, os primeiros imigrantes europeus começaram a estabelecer suas fazendas na região e algumas ruas ainda levam o nome daquelas primeiras famílias de fazendeiros, como a Meserole e a Calyer. A partir do século XVIII, várias ondas de imigrantes poloneses começaram a chegar na América, principalmente em Chicago e NY (ali, em Greenpoint).

A área residencial de Greenpoint foi sendo mapeada ao longo do século XIX. Havia muitas fábricas de corda na divisa com Williamsburg, bairro irmão que abrigava grandes galpões industriais e que hoje se transformou num dos bairros mais caros de NY – habitado por judeus ortodoxos, latinos, artistas plásticos e músicos de nacionalidades diversas. O McCarren Park (conhecido antigamente por Greenpoint Park) é como um divisor dos dois bairros – simples, gostoso e, quase sempre, vazio.

Cheguei sem conhecer muito bem essa parte do Brooklyn. Uma amiga, que morava num pequeno apartamento no quarto andar de um predinho espremido na Manhattan Avenue, topou me receber

por uns tempos. Acabei ficando por lá durante dois anos, morando na sala. Por sorte fiquei com a parte de trás do apartamento. “Minhas janelas” não davam para a avenida e, assim, além de me esconder do barulho, tinha a vista que acabou sendo, por um bom tempo da minha vida, uma das minhas paisagens preferidas.

Fiquei com os quintais de várias casas que se localizavam nas ruas atrás da minha. Na verdade, nunca soube muito bem se aqueles quintais estavam nos fundos ou ao lado. Aquelas casas nunca deixariam de ser um mistério, e, naquela geografia que nunca entendi muito bem, não saber exatamente onde elas estavam fazia com que fossem mais interessantes e inatingíveis.

Numa vizinhança cercada de construções frágeis, em sua maioria de madeira, com alguns quarteirões de casas de pedra ou tijolos, Greenpoint abriga uma maioria de descendentes poloneses – dizem que a segunda maior concentração de poloneses nos Estados Unidos, depois de Chicago. A maior parte deles chegou aqui na virada do século XIX. O trabalho relacionado, na maior parte das vezes, com a vida portuária, também incluía comércio de cerâmica e trabalhos em vidro.

A Slodycze Wedel fica na esquina com a Meserole. Uma casa de doces e bombons deliciosos, tipicamente poloneses – tudo

polonês mesmo. As padarias, umas quatro, só na Manhattan Ave., vendem pães artesanais maravilhosos. Aprendi a falar bom dia, obrigada e mais algumas poucas palavras em polonês, o que me ajudou muito na lida com meus novos amigos de bairro. Também me acostumei com as várias garrafas de xixi, em tons variados de amarelo (depende da cerveja ou vodka ou o raio que se bebeu na noite anterior), que eram deixadas nas calçadas de madrugada, e com os lenços, sempre suaves, das senhoras polonesas em contraste com a maquiagem, nada suave, das jovens do bairro. Havia também o acordeom do Peter, um senhor polonês que tocava nas esquinas do bairro por uns trocados, e algumas brigas barulhentas de madrugada, entoadas pelos garotos do xixi.

Ao lado do meu prédio, ficava uma casa lotérica, que também fazia cópias e vendia alguns miúdos. A polonesa que trabalhava lá acabou se tornando uma boa amiga e sempre me atendia com muito alvoroço e alegria. Ganhei no jogo umas três vezes, somando um total de 350 dólares, muito bem gastos. Havia também a mulher dos relógios. Uma senhora que consertava relógios antigos e novos, a um quarteirão da minha casa – com seus óculos pesados e um sorriso largo, intrigante e charmoso. A Photoplay, melhor locadora de filmes que



conheci em NY, ficava a uns 3 quarteirões e seu estoque de bons filmes parecia não ter fim. Um YMCA muito bom e barato logo na esquina de baixo, com uma piscina aquecida e uma sala de ginástica, honestas e bem cuidadas.

Mas algo, além dos pães, da mulher das horas e dos jogos, me manteria ali, a despeito da vontade de ter um quarto de verdade, num pequeno estúdio mais próximo dos locais onde estudava e trabalhava: os varais que ficavam no quintal de uma daquelas casas que davam para as minhas janelas. Era uma casa maior, com uma estrutura aparentemente mais forte do que as outras, motivo pelo qual se destacava entre as casinhas e um prédio seminovo que espreitava, deslocado, tudo por ali. As janelas dessa casa e um pequeno *deck* de madeira, com cadeiras e coisas descoradas largadas lá num tempo qualquer, deixavam tudo mais feliz.

Mas, para mim, o que mais importava eram seus varais. Os varais sempre fizeram parte da cultura italiana e minha família, italiana, não era exceção. No começo da imigração italiana no Brasil, principalmente em São Paulo, muitas famílias que trabalhavam com lavanderias levavam as roupas das famílias ricas para lavar em casa – em especial, no Bixiga e no Bela Vista. Era onde, diziam os imigrantes, os ricos e

os pobres se encontravam. Em Belo Horizonte, foi no bairro da Lagoinha que os primeiros imigrantes italianos instalaram seus varais. Lá também havia varais por toda a parte. E eu cresci assim, visitando minhas tias e tios na Lagoinha, cercada por varais e encontros no céu.

**A**nos depois, numa cidade onde o frio dura cerca de oito meses, as lavanderias pareciam ser a única opção para se secar uma roupinha. Rolava as minhas trouxas pelos quatro andares abaixo em dia de “laundry” e ainda carregava o pacote até a lavanderia mais próxima para finalmente participar de um ritual que, até aquele momento, só tinha visto em filmes. Separar, carregar a máquina, colocar sabão e moedas – esperar o ciclo – mudar de máquina, colocar mais moedas e ver a roupa secando ali por um tempo, voando e saindo quentinha pronta para ser dobrada. Ler, ver TV ou ir adiantando alguma compra ao lado, enquanto tudo acontecia. Tudo muito legal no começo, mas bastante entediante depois. Algumas poucas casas possuem máquinas de lavar e secar e varais são raros de se ver, principalmente no inverno.

Havia um esquema de roldanas que permitia que meus vizinhos puxassem suas roupas de volta e para longe na medida em que iam enchendo ou esvaziando o varal. Era

um varal tão alto que jamais daria pé, então tudo era feito através do deck e pelas janelas. Provavelmente eles moravam naquele andar da casa e o andar de baixo era habitado por outra família.

Observei, contente, as primeiras roupas do outono sendo penduradas e, para minha surpresa, no inverno, tudo continuou sendo feito como sempre – roldanas, cordas, roupas, varais... O movimento das roupas era sempre lindo. Às vezes escutava uma música enquanto me deliciava com a imagem e acabava ficando horas olhando para as roupas se mexendo. Via minha vizinha dependurando as roupas e puxando os varais com a mesma disposição da estação anterior. Lençóis, calças jeans, pijamas e muitas camisetas. Por um período bem pequeno durante o ano, havia um pouco de neve e o varal ficava vazio: uma camisola esquecida, uma camiseta no chão – mas, logo, tudo voltava ao normal.

Comecei, com muita discrição, a registrar em vídeo o varal em suas variadas combinações pelas estações afora. Chegava do trabalho ou da escola e filmava o varal daquele dia. No frio, na chuva e no sol, as roupas se movimentando e as pessoas – braços, pernas e pés – se encontrando no céu do bairro polonês. Em muitas tardes de sábado e domingo, sentava na janela ou na escada de incêndio e ficava vendo as peças de roupa dançarem sem parar. ■

## EXÍLIO E CRIATIVIDADE

Vilém Flusser

---

Filósofo tcheco, viveu no Brasil por mais de 20 anos, publicou diversos livros, dentre eles *The Freedom of the migrant*, de onde foi extraído este ensaio.

---

Este ensaio não se propõe a examinar as conotações existenciais e religiosas do termo exílio, embora o que for dito aqui possa ecoar o que a tradição cristã entende por exílio do paraíso, o que os judeus místicos chamam de exílio do espírito divino do mundo e o que o existencialismo entende por ser estrangeiro no mundo. Tais desdobramentos estarão implícitos em todo o texto, cuja intenção é abordar o exílio como um desafio à criatividade.

Eis a hipótese proposta. O exilado foi arrancado (ou arrancou-se) de seu ambiente costumeiro. Costume e hábito são um véu sobre a realidade. Em nossa rotina, nos atentamos para as mudanças, mas não para o que permanece fixo, que é redundante. Mas no exílio tudo é incomum. O exílio é um oceano de informação caótica. A ausência de redundância no exílio não permite que as informações sejam absorvidas pelo exilado. Para poder viver, o exilado deve primeiro transformar a tempestade de informações em torno dele em mensagens significativas; ou seja, deve processar dados. Trata-se de uma questão de vida ou morte. Se ele não for capaz de processar dados, será inundado e consumido pelo tufão do exílio. Processar

dados é sinônimo de criação. Para não perecer, o exilado deve ser criativo.

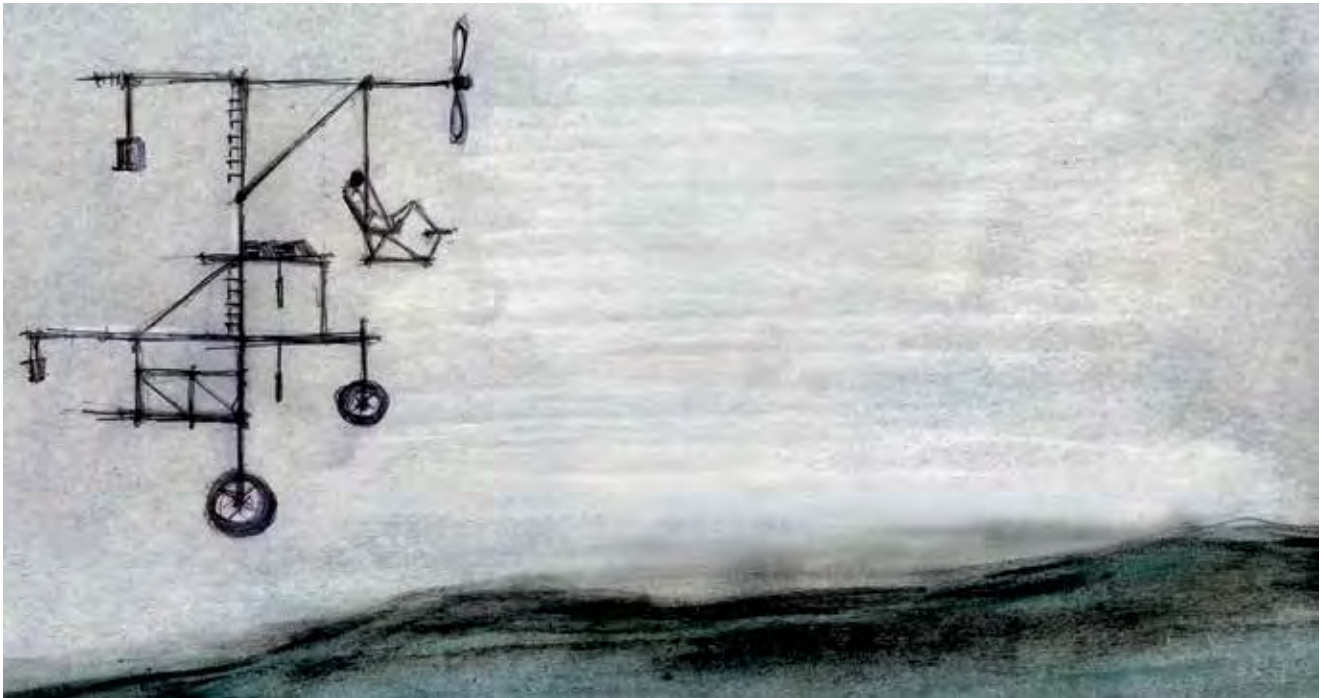
Antes de defender a hipótese, gostaria de atentar para o fato de que ela traz uma valoração positiva do exílio e da expulsão. Frente à costumeira piedade com a qual tratamos os exilados, tal valoração positiva já é incomum e informativa. Porque se evidência, de acordo com esta valoração, que aqueles que tentam 'ajudar' os refugiados a se adaptarem estão de fato enquadrando-os em sua própria ordem, tornando-os ordinários. Esta questão é informativa porque força a reconsideração do usual e do ordinário. O que não justifica aqueles que expulsam, mas explicita sua vulgaridade. Os exilados perturbavam a ordem e foram expulsos para tornar seu local de origem ainda mais ordinário. No entanto, surge a questão se aqueles que expulsam não estão, na verdade, a serviço dos exilados, apesar de nenhum deles ter esta intenção.

Falo especificamente de exilados e não de refugiados ou emigrantes, para ampliar a extensão do problema abordado. Porque não se trata somente do fenômeno dos que fogem em barcos, dos palestinos, ou dos judeus fugindo de Hitler, mas também da expulsão das gerações antigas do mundo de seus fi-

lhos e netos, e da expulsão de humanistas do mundo dos aparelhos. Vivemos um período de expulsão. Se valorarmos isto positivamente, o futuro parecerá menos desolador.

Este ensaio foi escrito por um exilado em múltiplos sentidos, que, tendo sido expulso diversas vezes, conhece bem a tristeza que cada exílio traz, e a sombra que essa tristeza projeta. A língua alemã cunhou a palavra *Heimweh* para expressar essa tristeza. Apesar de sua experiência, ou por causa dela, este autor fará um elogio da condição de exilado.

O hábito é um cobertor macio. Arredonda os cantos e amortece os barulhos. É portanto anestésico (de *aisthestai*, perceber) porque nos impede de perceber informações, como ângulos ou ruídos. O hábito é agradável porque bloqueia percepções e porque anestesia. É reconfortante. Torna as coisas agradáveis e tranquilas. Todo ambiente rotineiro é gracioso e tranquilo e sua graça é uma das fontes do amor pela terra de origem, que confunde graça com beleza. A descoberta começa quando se retira o cobertor. Então tudo se torna incomum, monstruoso e inquietante. Para entender tal estranhamento basta considerar o movimento das mãos e dos dedos pelo ponto de vista de um marciano. Surge uma mons-



truosidade cheia de tentáculos. Os gregos chamavam esta descoberta de *a-letheia*, uma palavra que traduzimos por *verdade*.

Claro que não se trata de ser expulso por sua própria mão direita, a não ser que ela seja amputada. A descoberta da monstruosidade de nossa contingência física resulta da estranha habilidade de exilar nosso corpo em nossos pensamentos. Tal exílio radical não se mantém por muito tempo. Uma saudade irresistível do corpo nos assola, e então remigramos. Esta experiência de exílio extremo é reveladora. Para o exilado é como se ele tivesse sido expulso do seu próprio corpo. Mesmo as coisas rotineiras causam estranhamento. Tudo se torna anguloso e barulhento. Ele se volta para a descoberta e a verdade.

O estado de transcendência no qual se encontra (ou se perde) o exilado faz com que tudo pareça provisório e transitório. No hábito, somente as mudanças são percebidas. No exílio, tudo parece estar em constante mudança, e o exilado vê absolutamente tudo como um desafio para suas transformações. Sem a cobertura do hábito, o exilado se torna um revolucionário, mesmo que sua meta seja somente a própria sobrevivência no exílio. O que justifica que ele seja tratado com

suspeitas em sua terra nova. Sua presença ali perfura o habitual e ameaça sua graça.

Mas a terra nova é nova somente para o exilado, e não para os habitantes que o recebem. O exilado descobrirá a América, não importa para onde esteja indo. Somente o imigrante na América é verdadeiramente um americano, e ele continua a ser americano ainda que seu destino seja uma terra antiga, como Jerusalém. Ele emana uma aura americana somente por ser exilado. Ele se torna o epicentro de um terremoto experienciado pelos habitantes antigos como uma reviravolta no curso natural das coisas. Mas da sua perspectiva trata-se do oposto: ele tenta com todas suas forças tornar o incomum (ou seja, quase tudo) habitável. Este desencontro mútuo pode proporcionar um diálogo criativo entre o exilado e o habitante.

O lugar do exílio não é irrelevante. É verdade que o exilado, em qualquer lugar, terá experiência da *Terra Nova*. Mas para o habitante antigo, cada lugar é diferente em seus hábitos e costumes, que distorcem a verdade. Há países que se consideram novos por hábito, como a América, a terra de nossos netos e aparelhos automáticos. E há terras que, também por hábito, se consideram antigas, isto é, sagradas. Como Jerusalém, a terra dos textos lineares

e dos valores burgueses. Quando o exilado chega a um lugar que se considera novo, força os habitantes a descobrirem sua senilidade, incrustada pelo hábito. Se ele chega a um país que se considera sagrado, força os habitantes a descobrirem que seu aspecto sacro também deriva do hábito. Por um lado, o exilado força americanos, netos e tecnocratas, a descobrirem que fazem parte de algo que sempre existiu. Por outro lado, os habitantes de Jerusalém, escritores e defensores de verdades eternas descobrem que são escravos do hábito. Há dois tipos de diálogo criativo entre exilados e habitantes. O primeiro (por exemplo, entre o exilado e um nova-iorquino) resultará numa renovação. O segundo (por exemplo, entre o exilado e um habitante de Jerusalém) resultará numa dessacralização. Essa classificação é necessária para entender o presente, inclusive o fenômeno do trabalhador imigrante ou a crítica dos aparelhos.

**E**xilados são pessoas desenraizadas que buscam desenraizar tudo à sua volta para criar raízes. Fazem isso espontaneamente. O mesmo processo ocorre com os vegetais, o que pode ser observado quando se replanta uma árvore. Ocasionalmente, o exilado terá consciência do lado vegetal/

vegetativo do seu exílio. Talvez ele descubra que o ser humano não é uma árvore. E que a dignidade humana consiste precisamente em não ter raízes. Que o ser torna-se humano somente quando arranca as raízes de vegetal que o prendem à terra. Existe uma palavra negativa em alemão: *Luftmensch* (literalmente, pessoa aérea). O exilado talvez descubra que ar e espírito são conceitos muito próximos e que *Luftmensch* talvez signifique pura e simplesmente humano.

Essa descoberta representa uma inversão dialética na relação entre o exilado e seus expulsores. Antes da descoberta, aquele que expulsa é um polo ativo e o exilado um polo passivo. Depois dela, o expulsor passa a ser a vítima e o exilado o agente. Descobre-se que a história não é feita por expulsores, mas por exilados. Os judeus não são parte da história nazista, mas os nazistas são parte da história dos judeus. Nossos avós não são parte de nossas histórias, mas nossos netos o são. Não somos parte da história dos aparelhos tecnológicos; eles é que são parte de nossa história. Quanto mais somos forçados ao exílio, mais história fazemos, mais transcendemos. Mas esta não é a parte mais crítica da descoberta de que não somos árvores, de que são os seres desenraizados que fazem história. O que é crítico é a descoberta do quanto é difícil não criar novas raízes. O hábito não é somente um cobertor macio sobre as coisas; também é uma piscina de lama, agradável de se estar. Saudade é *nolstogie de la boue* (“saudade do barro”) e é possível se sentir confortável em qualquer lugar, mesmo no exílio. *Ubi bene, ibi patria* (“onde as coisas estão bem, é a pátria”). A descoberta de que não somos árvores demanda do exilado que evite constantemente a tentação do barro. Continuar exilado significa permanecer aberto à expulsão.

Aqui entra a questão da liberdade. A descoberta de que a falta de raízes é a condição da dignidade humana parece tirar importância da liberdade de ir e vir, reduzindo-a a um suspiro do espírito. A questão da liberdade esbarra em saber se é possível desejar a expulsão. Haveria uma contradição entre “permitir” e “desejar”, e seria possível falar em destino? Eis uma velha questão. Mas para o exilado a questão não é

teórica, como uma dialética entre determinismo e liberdade, mas prática. A primeira expulsão foi consumada, e provou ser produtiva. Então o próprio exílio passa a se tornar hábito. O exilado deveria tentar puxar a si mesmo pelos cabelos para fora do hábito ou deveria provocar uma nova expulsão? Posta assim, a questão da liberdade não é a de ir e vir, mas a de permanecer estrangeiro, diferente dos outros.

Argumentei, no início do texto, que criar é sinônimo de processar dados. O que quis dizer é que a criação de informações novas depende da síntese de informações anteriores. Essa síntese consiste na troca de informações e seu armazenamento em memórias individuais ou coletivas. Podemos falar da criação como um processo dialógico. A chegada de exilados provoca diálogos, e uma colmeia de criatividade circunda o exilado. Ele se torna o catalisador da síntese de novas informações. Se, porém, ele se dá conta de que sua dignidade está na ausência de raízes, um diálogo interno acontece. Esse diálogo consiste na troca entre as informações que ele traz em sua bagagem e o oceano de ondas de informações que o banham no exílio. Quando esses diálogos internos e externos geram sentido, tudo e todos se transformam criativamente. Eis o que quis dizer quando afirmei que a liberdade do exilado consiste em permanecer estrangeiro. Trata-se da liberdade de mudar aos outros e a si mesmo.

O exilado é o Outro dos outros. Isso significa que ele é diferente dos outros e que eles permanecem diferentes para ele. Sua chegada no exílio permite que os outros descubram que podem criar sua identidade somente em relação a ele. Ocorre uma abertura do “eu” e uma abertura à alteridade. Um estar juntos. O espírito dialogal que caracteriza o exílio pode não ser de reconhecimento mútuo; ele é na maioria das vezes polêmico e até violento. Isso porque o exilado ameaça a singularidade dos habitantes antigos. Até o diálogo polêmico é criativo, porque também conduz a síntese de informação nova. O exílio, não importa sua forma, é incubador da criatividade a serviço do novo. ■



# MINHA CASA, ONDE NÃO POSSO ESTAR

*Baha Boukari*

---

Artista e cartunista, nasceu em Jerusalém.

---



A casa na Via Dolorosa, em Jerusalém, pertence à minha família há gerações. A casa e o arco ao seu lado já foram parte de um grande palácio que pertenceu a Pilatos de Roma. Minha casa costuma ser o primeiro ponto de visita em mapas e roteiros para peregrinos cristãos. Dentro dela há também uma mesquita, que fica aberta ao público, e há uma igreja que se conecta à casa através do arco. Costumávamos viver em harmonia e, apesar de ser muçulmano, eu também frequentava a igreja quando criança.

A história da minha família tem a ver com o estilo de vida palestino. Somos pessoas abertas e comuns, amamos a vida e queremos seguir em frente de forma civilizada. O islamismo nunca me impediu de ser artista e nunca impediu meu pai de ser arquiteto e piloto. Em 1948, quando eu tinha quatro anos, meu pai foi trabalhar como arquiteto em Damasco e deixamos Jerusalém. Quando voltamos, a situação política tinha mudado e, de repente, passamos a ser chamados de “imigrantes”.

Hoje não posso viver em minha própria casa, nem mesmo visitá-la, porque não posso entrar em Jerusalém com meu passaporte. Só posso ver minha casa quando os israelenses me dão permissão para entrar em Jerusalém – na ocasião, por exemplo, de um funeral de algum membro da família. É meu primo quem vive na casa, já que ele tem o passaporte que permite que esteja ali. ■

## EXTRACOMUNITÁRIOS

Fernanda Regaldo

Editora de PISEAGRAMA.

Às portas da cidade de Agrigento, na Sicília, hordas de turistas dispostos a consumir toda sorte de bugiganga se misturavam a hordas de imigrantes decididos a vendê-las. Uns vinham em busca de ruínas helênicas. Outros, da promessa vaga de reconstruir suas vidas. Agrigento é capital da província administrativa à qual pertence Lampedusa, principal ponto de entrada na Itália, via mar, para aqueles que deixam o norte da África. Na ilha, geograficamente mais próxima do continente africano que da Sicília, desembarcam milhares de imigrantes que, em precários barcos, adentram o eldorado velho europeu. Agrigento costuma ser a primeira parada de muitos.

Em meio ao caos de carros e ambulantes, um *carabiniere* bonachão e meio barrigudo se dispunha a dar informações. Depois de tecer elogios exagerados à cidade, desenhar mapas incompreensíveis, sugerir o restaurante de uma tia, e espiar as pernas de um grupo de alemãs, o policial se fez sério. “Procurem evitar a cidade medieval. Lá ficam os estrangeiros.” E diante de um silêncio incerto, completou, “não estrangeiros como vocês. Extracomunitários.” Mais silêncio. “Eles podem ser perigosos.”

Entre 1861 e 1985, a Itália teve mais de 26 milhões de emigrantes. Meu pai talvez dissesse que os italianos têm espírito desbravador. Mas para aqueles que deixaram seu país, cuja economia só deslanchou bastante recentemente, não sobravam muitas opções.

O Brasil já esteve entre os destinos mais almejados, junto à Argentina e aos Estados Unidos. Os três países absorveram grande parte da primeira onda migratória italiana. Só entre 1870 e 1920, chegaram ao Brasil cerca de 1,5 milhão de imigrantes italianos. No ano recorde de 1888, desembarcaram em São Paulo 91.826 imigrantes, dos quais 80.749 eram italianos. Hoje, cer-

ca de 25 milhões de brasileiros são descendentes de imigrantes italianos.

Trabalhavam sobretudo no campo, suprindo a demanda por mão de obra que sucedeu a proibição do tráfico de escravos e, em seguida, a Abolição. Os imigrantes eram trazidos por fazendeiros ou agentes de mediação. Mas as condições encontradas pela maioria eram tão pouco aprazíveis que em 1902 o governo italiano proibiu as migrações subvencionadas. Passou a ser cada um por si. Nas cidades, a grande maioria vivia em cortiços, se virando como operários, biscateiros, motoristas, sapateiros e vendedores ambulantes.

Os ianques foram ainda menos amáveis. Além de assumirem subempregos, os italianos nos Estados Unidos frequentemente sofriam agressões. O país também instituiu uma série de sistemas de quotas para imigrações, limitando drasticamente a entrada de italianos por meios legais – o *Immigration Act* de 1924 estabelecia um teto para a entrada de imigrantes que mal chegava a 10% do total de italianos que haviam entrado no país no ano anterior. E se no Brasil, com o tempo e a malemolência, os italianos acabaram por se integrar e até prosperar, nos Estados Unidos as discriminações foram mais duradouras.

Nos anos 30, quando o *Duce* decidiu botar ordem na casa, a primeira onda migratória italiana chegou a cabo. A segunda começaria logo depois da segunda guerra mundial, quando os emigrantes passaram a escapar para dentro da Europa – onde a Itália continuava a ser um país relativamente pobre. Os principais destinos eram França, Alemanha, Bélgica e Suíça; o preconceito enfrentado era o mesmo.

Foi somente na década de 80 que o número de imigrantes se tornou maior que o de emigrantes na Itália. Os italianos,

outrora (mal) recebidos alhures, passaram a receber (igualmente mal) uma crescente quantidade de estrangeiros, legais e clandestinos, vindos sobretudo do leste europeu, da China e do norte da África: os “extracomunitários”. A alcunha, que faz referência ao não pertencimento à Comunidade Europeia (braço econômico de origem da atual União Europeia) normalmente se aplica a qualquer pessoa de origem étnica não caucasiana – mesmo que residentes legalizados. Da mesma forma, dificilmente se aplicaria a um suíço ou americano.

Giovanni é um senhor na faixa dos 60. Naquela manhã de verão, vestia shorts, regata e alpargatas. Apoiado no guarda-corpo da varanda do palacete que transformou em pousada na cidade medieval, olhava os prédios vizinhos. Em outras varandas (de igualmente magníficos palacetes) revezavam-se flores, roupas íntimas recém-lavadas, cortinões listrados, pombos e, mais frequentemente, o abandono total.

Logo abaixo, entre vielas íngremes e apertadas, uma confusão de pessoas e carros (que qualquer não siciliano juraria ser impossível fazer entrar, veja lá subir, ali). Um velhinho reivindicava ferozmente, a toques de buzina e palavrões, a vaga imaginária de seu Fiat – tomada por outro carro de cujo dono não se tinha notícias. Negros passavam, subindo o morro em direção ao centro, com grandes sacolas carregadas de badulaques a serem vendidos aos turistas, e se espantavam com a cena.

Giovanni ignorava solenemente o caos da rua enquanto comentava a presença dos senegaleses no bairro histórico. “São gente boa”, dizia, “vêm por necessidade. Atravessam o mar naqueles barquinhos. Estão revitalizando o bairro que os próprios agrigentinos abandonaram durante o *boom*





econômico”. O *boom*, disse apontando com desgosto para um enorme edifício à frente, “desencadeou essa paixão pelo concreto armado”. A nova Agrigento parece um grande bloco de cimento sobre montanhas.

Os senegaleses que habitam parte do centro histórico formam uma das principais comunidades de imigrantes da cidade. Como no resto da Itália, são ali majoritariamente vendedores ambulantes. Nas cidades maiores, vendem principalmente bolsas de grife falsificadas, que dão mais lucro. “Aqui, é mais difícil conseguir material de qualidade”, afirmou Osman, de 35 anos, há 13 na Itália, que prefere vender óculos escuros – também falsificados. Os objetos vendidos são obtidos em grandes lojas e mercados especializados no assunto. Naquela região esse comércio pertence a sicilianos, mas em grande parte da Itália costumam ser tocados por chineses.

Os imigrantes que entram na Itália podem fazê-lo legalmente, com vistos de trabalho ou de turismo, ou ilegalmente, atravessando as fronteiras ao Norte ou chegando em barcos ao Sul. No segundo caso, uma vez em solo italiano, são normalmente enviados para centros de detenção onde o governo avalia possibilidades de permanência – e de onde muitos fogem. A burocracia é tamanha que muitas vezes aguardam em liberdade o processamento da ordem de extradição. No entanto, a grande maioria (64%) dos imigrantes clandestinos na Itália, segundo estatísticas do próprio governo, entra no país legalmente e se torna “clandestina” depois que seus vistos perdem a legalidade. Osman chegou por Paris, num voo da Air France. Seu visto venceu há anos.

Em 2009 a União Europeia, como parte de uma estratégia supostamente desenhada para selecionar novos imigrantes e combater a clandestinidade, instituiu sanções para aqueles que empregarem pessoas sem residência regularizada. Esse movimento “estratégico”, longe de desencorajar novas migrações, acabou simplesmente por aumentar a

quantidade de pessoas em atividades informais e, frequentemente, ilegais.

Tradicionalmente, os objetos à venda são dispostos sobre lençóis ou toalhas estendidos no chão. A qualquer sinal da polícia, os vendedores clandestinos fazem uma trouxa, agarram suas enormes sacolas, e correm em disparada. Somem.

Um grupo de crianças havia reunido uma porção de parafernália sobre um carrinho de mão. Eram parafernalias de São Calógero, o santo negro patrono de Agrigento. Os meninos pediam doações e, com dois euros na caixinha, repetiam confusamente informações memorizadas na catequese. – São Calógero é patrono de um grande número de cidades italianas, teria imigrado da África, talvez África do Sul, no século I, talvez no V, à ilha italiana, onde se dedicou a uma vida de eremita e à conversão e catequização de novos fiéis, talvez à cura dos leprosos.

Muito já se disse sobre a função dos mitos. Na Sicília, o santo negro parece a negociação, em outro plano, de uma relação que socialmente não se dá. A vida dos imigrantes ilegais tem se tornado mais difícil em toda a Europa. Na Itália, a situação é particularmente drástica e vem só piorando, com a chegada de milhares de barcos vindos da Líbia e da Tunísia. O governo estima que mais de 50 mil imigrantes tenham desembarcado nas costas italianas em 2011. A ONU estima que somente este ano mais de 1.500 pessoas morreram durante as travessias. Os recém-chegados têm de lidar com anfitriões conhecidos por seu racismo e com frequentes abusos por parte das autoridades.

Berlusconi, primeiro ministro e bufão italiano, se reelegeu em 2008 prometendo dar um jeito na questão da imigração. Se encarregou pessoalmente, a partir daquele ano, de conduzir negociações diplomáticas entre Itália e Líbia, um dos principais pontos de partida de migrantes de toda a África em direção à Europa, prometendo a Gaddafi, o ditador recentemente derrubado, gordos investimentos no país – que já foi colônia da Itália. A Líbia, em troca, se encarregaria da repressão de emigrantes e daria passe livre para que a Itália pudesse interceptar barcos e “acompanhá-los” de volta antes que chegassem à Europa. Acordos similares foram assinados também com a Tunísia.

Mas depois da Primavera Árabe, com a queda desses regimes e a instabilidade sociopolítica, emigrantes começaram a deixar seus países em massa. Lampedusa, superlotada, tornou-se centro de questões políticas grandes demais para uma ilha de 20 km<sup>2</sup>. E os italianos, literalmente, não sabem o que fazer. Enquanto milhares de imigrantes são mandados de volta em aviões e até mesmo em barcos particulares sem terem a chance, garantida por lei, de provar que correm riscos em seus próprios países e pedir asilo político, outros tantos são aleatoriamente distribuídos por toda a Itália, em centros de detenção já abarrotados e em outros prédios públicos e até mesmo privados. Na província de Brescia, no norte da Itália, por exemplo, um grupo de africanos que desembarcou em Lampedusa aguarda desde junho, numa remota estação

de esqui, que sua situação seja regularizada. As entidades de controle não conseguem processar documentos e vistos.

**D**urante as festividades para o santo negro em Agrigento, os imigrantes exerceram com afinco seu papel de ambulantes. Papi, um marroquino de 32 anos na Itália há poucos meses, vendia pulseiras fluorescentes a juvenzinhos devotos que, com calças justas e cabelos espetados, seguiam o santo em procissão. Senegaleses ofereciam isqueiros, brinquedos de plástico, carteiras, lenços, cintos e porta-celulares em meio à multidão.

Giovanni contaria que seus novos vizinhos acham irônico que se adore um santo negro e imigrante enquanto se rejeitam pessoas “com as mesmas características”. Papi afirmou achar engraçado que seus produtos vendessem tanto durante um evento religioso. Sobre o santo negro, levantou os ombros: tanto fazia. Papi chegou por Lampedusa. Passou alguns dias num centro de detenção e, enquanto as autoridades emitiam sua ordem de deportação, tratou de ir para o norte. Não gostou e, a convite de conhecidos, mudou-se para Agrigento. “Em Agrigento não tem tanta polícia”. Papi, no entanto, olha constantemente para os lados. Conta que está cansado de fugir.

Uma controversa lei aprovada em 2009 criminaliza os clandestinos. Se um imigrante for pego em território italiano sem licença de residência pode ser multado em 10 mil euros e até mesmo preso. A reincidência no “crime” implica em expulsão imediata. No mesmo ano foi aprovada uma lei que instituiu as Rondas, grupos de patrulhamento e vigilância compostos por cidadãos, que têm como função colaborar com a polícia no combate ao crime. As leis têm sido criticadas por institucionalizar a violência entre vizinhos e estimular a intolerância.

Legitimizando os preconceitos, no show de horrores que é a TV italiana os imigrantes são notícia constante, normalmente associados a crimes e ameaças à ordem em geral. Pesquisas recentes revelam que mais da metade da população italiana associa imigrantes à delinquência. Os magrebinos e romenos (estigmatizados como traficantes e estupradores, respectivamente) são particularmente perseguidos.

Berlusconi não hesita em falar de limpezas. Em março de 2011, aterrissou em Lampedusa para anunciar que havia comprado uma mansão na ilha. E que providenciaria para o bem comum, além de algumas árvores e um campo de golfe, a retirada dos imigrantes. Os turistas, prometeu, haveriam de voltar. Pela paciência, sugeriu que os habitantes de Lampedusa recebessem o prêmio Nobel da paz. E pediu ajuda aos vizinhos europeus na resolução do que chamou de “crise humanitária”.

Em setembro, nenhuma de suas promessas havia sido cumprida. Imigrantes tunisianos que protestavam contra as deportações forçadas incendiaram parte do Centro de Identificação e Expulsão, causando uma escalada ainda maior da crise em Lampedusa. Os habitantes da ilha têm sido vistos com cartazes furiosos e pedaços de pau nas mãos. Os vizinhos europeus, enquanto isso, falam em fechamento de fronteiras, o que violaria a lei Schengen, de livre circulação entre os países da União Europeia e, sobretudo, o projeto de comunidade que move o continente desde os anos 80. O mundo ocidental, que tanto se entusiasmou com as revoluções dos vizinhos árabes, prefere que as mudanças não transbordem para seu quintal, e que a liberdade conquistada não venha resultar em liberdade de ir e vir.

Giovanni se disse preocupado com a situação. Balançando a cabeça de forma dramática, afirmou que os italianos precisam finalmente reconhecer que os imigrantes são necessários, não só economicamente (o sistema previdenciário beira o colapso) mas também culturalmente. Seus vizinhos senegaleses, disse, injetam novidade numa sociedade estagnada e equivocada. “É claro”, confessou, “que às vezes é preciso ensinar a eles alguma disciplina. Algumas regras de convivência.” Contou que os senegaleses têm o hábito de conversar alto até de madrugada. Nessas ocasiões, aparece na varanda e polidamente pede silêncio. Enquanto Giovanni discursava, o velho do Fiat mantinha a mão impiedosa sobre a buzina, sem deixar de cumprimentar os conhecidos – dentre eles uma senhora de vestido florido que saía sorridente para a missa. ■

# A RELIGIÃO QUE NÃO TOLERA VIZINHOS

Antônio Risério

---

Poeta e antropólogo, este texto é parte do livro *A utopia brasileira e o movimento negro*, publicado pela Editora 34. Versão editada por PISEAGRAMA.

---

O candomblé experimenta hoje, simultaneamente, o forte sabor da vitória e o gosto amargo da derrota. Bola inflada no campo da elite política cultural; bola murchando na várzea popular. Assistimos a uma grande e predatória ofensiva neopentecostalista, agredindo terreiros, atacando a feitiçaria, promovendo exorcismos *en masse* e para as massas, em grotescos espetáculos televisuais. Operando como ímãs em meio à classe média e, sobretudo, às classes populares. Sugando devotos dos templos católicos, desviando adeptos das tendas dos pretos-velhos, drenando gente dos terreiros.

Nunca o panorama religioso brasileiro tinha sido tumultuado de tal forma. Nunca a cena tinha sido tomada, e com tanta rudeza, por uma gente que não faz ideia do que sejam coisas como tolerância e cordialidade.

Um texto de Patrícia Birman e Márcia Pereira Leite traz, como título, a pergunta: “O que aconteceu com o Antigo Maior País Católico do Mundo?”. Depois de um exame da espantosa propagação do neopentecostalismo pelo país, as autoras hesitam. Concluem que não podem responder à pergunta de forma conclusiva. Mas observam que não existe “uma marca única capaz de expressar um destino religioso comum para a totalidade deste país”. Numa pastoral de 1938, o cardeal da Silva chegou a conclusão semelhante, afirmando que considerar o Brasil o maior país católico do mundo era pura demagogia.

O Brasil sempre foi o país com o mais alto número de católicos da-boca-para-fora. Aqui, é possível distinguir entre catolicismo oficial e nominal, entre católicos convictos

e católicos censitários. Vale dizer, os que se declaram católicos – por tradição, comodismo ou preguiça – sempre que topam com o perguntador do censo. Neste sentido, o Brasil é o maior país católico-censitário do planeta. O país dos católicos que seguem conselhos de ultratumba e acreditam em figas, despachos e bolas de cristal. Temos católicos macumbeiros, teosóficos, freudianos, espíritas, esotérico-orientais, marxistas e até ateus, que não acreditam em Deus, mas se benzem ao tomar um avião.

Quando era secretário-geral da CNBB, Ivo Lorscheiter fazia uma distinção entre cultura e religião católicas. A cultura católica permeia a vida brasileira. Já a religião é prática de poucos. Na comparação de Cubertino, “o católico brasileiro é mais ou menos como o branco brasileiro”. Coisa realmente rara, entre nós, é um católico – ou um branco – de verdade. O catolicismo brasileiro sempre foi milagreiro, visagente, mediúnico e messiânico.

O Concílio Vaticano II foi o marco de uma nova *práxis* da Igreja Católica. Foi, também, o marco inicial do êxodo dos fiéis. Naquela época, a igreja começou a se tornar mais sociológica e política. O neopentecostalismo não perdeu tempo. Passou a oferecer, em doses transbordantes, o que a Igreja Católica deixara de servir: conforto e esperança espirituais diante da dor e das adversidades. Exaltação da fé. Vivência religiosa. No caso, traduzida em milagres, presença do Espírito Santo, terapia de grupo, veemência mística. E tudo vinculado a soluções para problemas práticos e dramas banais do dia a dia da população,

de traições conjugais a dívidas financeiras, passando pelo alcoolismo. Também as religiões brasileiras de origem africana vêm assistindo à sangria de seus templos.

Veja-se a campanha contra a umbanda carioca. Na década de 1970, o umbandismo era a religião que contava com o maior número de seguidores nas favelas do Rio. Naquela época, umbandistas e pentecostais disputavam o predomínio no campo da religiosidade popular no Brasil. E ambos esbanjavam otimismo. Acreditavam que seus credos desbancariam as religiões tradicionais, assumindo a primazia na esfera da fé popular.

Os umbandistas tinham razões para o otimismo. Signos da umbanda ultrapassavam de longe a presença de imagens univocamente católicas nos barracos das favelas cariocas. Mas também os pentecostais da Assembleia de Deus e similares vinham avançando. E a umbanda caiu – ironicamente, numa encruzilhada. De uma parte, pela projeção nacional do candomblé, como a verdadeira e profunda religião de origem e base africanas no Brasil. De outra, pela militância catequética dos pentecostais, que a destruíam por seu primitivismo e sua natureza de agência terrestre dos interesses demoníacos.

Mas quem são mesmo os “neopentecostais”? A expressão vem da narrativa bíblica. “Pentecostes” é o nome da festa católica em homenagem ao dia da “descida” do Espírito Santo sobre os apóstolos, quando cada um deles passou a falar em línguas que desconheciam. O fenômeno chamado “glosso-

lalia”, a capacidade de falar línguas estranhas em estado extático. Do dia passou-se à ideologia. Ao “pentecostalismo”, palavra forjada para designar um novo tipo de protestantismo, nascido em Los Angeles, em 1906.

Esta corrente protestante acredita na cura espiritual milagrosa, no discurso extático glossolálico e busca a união do ser humano com o Espírito Santo. Na prática, o que prepondera é o utilitarismo terrestre. No final da década de 1960, articularam o Movimento de Jesus, em reação à contracultura. Enquanto os cabeludos da contracultura, em sua excitação religiosa, procuravam ignorar barreiras raciais e culturais, os pentecostais se fechavam em seu próprio credo, promovendo manifestações públicas, empunhando cartazes com a imagem do Cristo, com frases do tipo “Jesus me ama”.

Os primeiros pentecostais começaram a chegar ao Brasil nas primeiras décadas do século passado. Mas foi só na década de 1940 que seu número começou a crescer. No início dos anos 50, as congregações brasileiras lançaram uma primeira grande campanha popular – a Cruzada Nacional de Evangelização. Era uma transição entre o protestantismo discreto do início do século e a exposição midiática que viria mais tarde. Na década de 1960, ao tempo em que combatia a Pomba-Gira, a grande maioria dos protestantes brasileiros já se agrupava em igrejas de orientação pentecostal. O *boom* estava inteiramente armado. Faltava a guinada do bispo Edir Macedo, fundando a Igreja Universal do Reino de Deus, em 1976, dando origem ao *neopentecostalismo*.

Suas igrejas são administradas em bases empresariais, como unidades lucrativas no mercado mundial dos bens simbólicos. Sua arrancada foi espetacular demais – e inexplicável na ponta do lápis. Seus pastores são profissionais, de carteira e contrato assinados. Tudo funciona na base do *franchising*. Entre as cláusulas contratuais, de resto, pode figurar a obrigação de o pastor fechar determinado número de terreiros de candomblé ou centros de umbanda. Esta igreja sugere uma *jukebox* do sobrenatural. É só introduzir a moeda e apertar o botão, que a máquina oferece um milagre ao freguês.

O neopentecostalismo é um protestantismo de massas, fundado no emprego intensivo, extensivo e agressivo dos meios de comunicação. Uma igreja empresarial, midiática e mercadológica. Mas não só. Distingue-se, ainda, por sua participação no sistema político-partidário do país, disputando posições de poder.

Segundo a antropóloga Maria Lúcia Montes, a prática neopentecostal está assentada em dois princípios doutrinários: a “teologia da prosperidade” e a “guerra espiritual”. De acordo com o princípio da prosperidade, todo aquele que se converte, nasce novamente em Cristo. Torna-se “filho de Deus”. E este, senhor do universo, tudo coloca à disposição de seus filhos, de modo que venham a ter sucesso em seus empreendimentos terrestres. A pobreza é obra do diabo. Entre a prosperidade a que se tem direito pela conversão e a vida que o converso realmente vive, interpõem-se as forças do Mal. O fiel está obrigado a levar adiante, sem descanso, a “guerra espiritual” contra Lúcifer. E o campo dessas batalhas incessantes é o templo. A participação nos cultos neopentecostais.

Ao *democratizar* os desígnios divinos, fazendo Deus estender potencialmente a todos os homens Sua graça mediante o simples ato da conversão, a teologia neopentecostal incorporou o *espírito do capitalismo*, mas fazendo economia da *ética protestante* do trabalho. Basta o sujeito ser fiel. A mediação do trabalho, como mecanismo de conquista da prosperidade, desaparece. É a cara da malandragem brasileira. E de uma sagacidade diabólica: tudo se centraliza no templo – e não há responsabilidade alguma no plano da existência individual. O que fazemos de mal é obra não nossa, mas do demônio.

Maria Lúcia viu lucidamente: “Ao fazer da ‘guerra espiritual’ uma agressiva arma de combate às demais religiões, ao catolicismo e ao universo religioso afro-brasileiro, identificando neles a obra do Demônio (...) a Igreja Universal conseguiu reapropriar em seu benefício, mas pelo avesso, um rico filão da fé já dado na tradição das religiosidades populares no Brasil. E é nes-

sa retradução doutrinária em termos das linguagens espirituais mais imediatamente próximas, no contexto brasileiro, que reside um dos fatores fundamentais do seu êxito”.

É assim que a liturgia neopentecostal vai aparecer como uma apropriação, com sinal trocado, das religiões brasileiras de extração africana. Como exorcismo de caboclos, pretos-velhos, inquices, voduns, orixás, todos então classificados nas legiões do diabo. Os evangélicos conhecem a forma e o conteúdo dessas religiões brasileiras. Dominam a técnica do transe. E invertem o jogo: expulsam o diabo (da umbanda, do candomblé) que possui o corpo do fiel.

O exorcismo ocupa um lugar especialíssimo no culto neopentecostal.

Sintomaticamente, seus pastores não empregam a palavra “exorcismo”. Usam a palavra corrente no candomblé e na umbanda: descarrego. Não se nega a realidade do transe. Não se nega o poder de práticas populares de origem africana ou raiz indígena. Não se nega a existência dos deuses do candomblé ou das entidades da umbanda. Todos são chamados aos templos neopentecostais, mas para dali serem escorraçados. Ou seja: o repertório das crenças populares do Brasil é incorporado, mas negativamente. Daí a força de atração evangélica. O brasileiro pobre se sente em casa, entre feitiços, trabalhos e macumbas. Mas para saber que aquilo é obra do diabo e que ele, se tiver forças para tanto, pode se sentar sob o manto protetor do verdadeiro Deus. É de uma esperteza demoníaca.

Em seu livro “Orixás, Caboclos & Guias: Deuses ou Demônios?”, Edir Macedo define o sincretismo religioso brasileiro como “uma mistura curiosa e diabólica de mitologia africana, indígena brasileira, espiritismo e cristianismo”. E parte para o ataque: “... quando temos problemas, Satanás se apresenta imediatamente e, supostamente, se coloca à nossa disposição para resolvê-los. É aí que entram a umbanda, quimbanda, candomblé e práticas espíritas de um modo geral, que são os principais canais de atuação dos demônios, principalmente em nossa pátria”. Bem vistas as coisas, diabólico, mesmo, é o neopentecostalismo. ■

# EBÓS

*Francisco Magalhães*

---

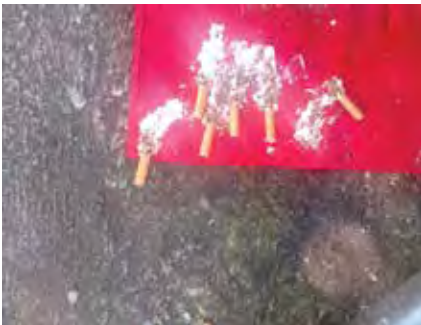
Artista e diretor do Museu Mineiro.

---



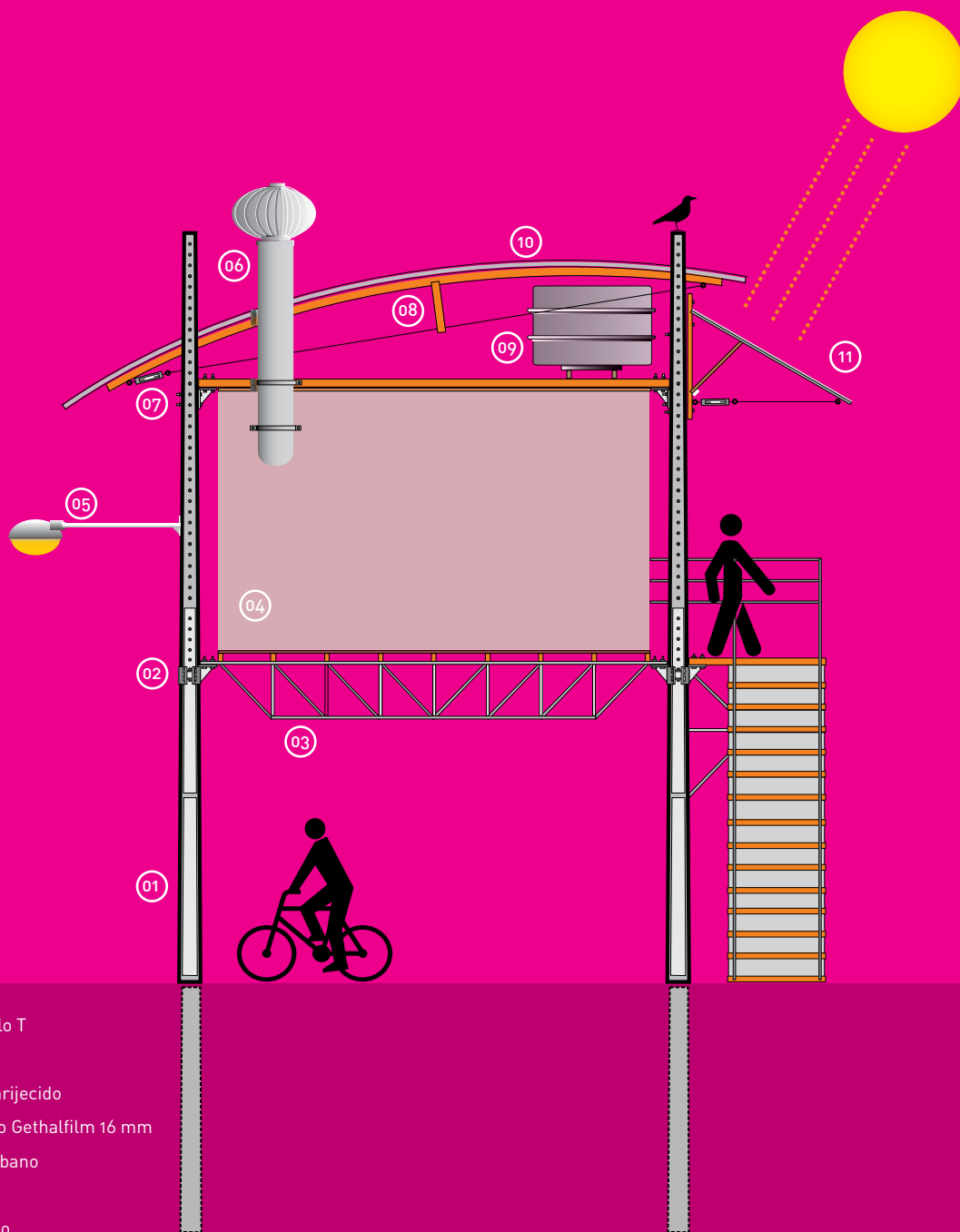
↓ As imagens reunidas sob o título **Ebós** constituem um conjunto de 210 fotos, que não são apenas registros de trajetos noturnos por ruas vazias, esquinas e encruzilhadas, mas uma espécie de arqueologia do lugar e das práticas de cultos afrobrasileiros, que resistem pelas bordas do traçado cartesiano da cidade.







## APRENDA A CONSTRUIR UMA ARQUITETURA-POSTE NO SITE



- 01 | Poste de concreto duplo T
- 02 | Junção metálica
- 03 | Viga treliçada perfil enrijecido
- 04 | Placas de compensado Gethalfilm 16 mm
- 05 | Luminária de poste urbano
- 06 | Exaustor eólico
- 07 | Esticador + cabo de aço
- 08 | Tesoura caibro 4x7 cm arqueado
- 09 | Caixa d'água aço inox 1.000L
- 10 | Telha metálica sanduíche
- 11 | Placas energia fotovoltaica



## EXPEDIENTE

### Ministério da Cultura

Ana de Hollanda | Ministra

### Secretaria de Políticas Culturais

Sérgio Duarte Mamberti | Secretário

### Associação dos Amigos da Casa de Rui Barbosa

João Maurício de Araújo Pinho | Presidente

### Rede de Revistas

#### Programa Cultura e Pensamento

Sergio Cohn e Elisa Ventura | Coordenadores

Tatiana Louzada | Produtora

Luana Villutis | Coordenadora de rede

Filipe Gonçalves e Elisa Ramone | Assistentes de produção

### Editores de PISEAGRAMA

Fernanda Regaldo, Renata Marquez, Roberto Andrés, Wellington Cançado

### Colaboradores

Guto Lacaz, Grace Passô, Zoraide Sabaini dos Santos Amaro, Sara Lambranco, João H. Costa Vargas, Izabel Dias de Oliveira Melo, Brigadas Populares, Ernesto Oroza, Usina, Fugitive Images, Janete Viccari Barbosa e Maria Ivone dos Santos, Luiz Felipe Quintão e Silke Kapp, Elisa Marques e Nian Pissolati, Michael Bourne, Ross Racine, Ana Paula Assis, Adriana Galuppo, Vilém Flusser, Baha Boukari, Antônio Risério, Francisco Magalhães, Lígia Milagres, Adriano Mattos Corrêa.

### Projeto Gráfico

Fernanda Regaldo, Renata Marquez, Roberto Andrés, Wellington Cançado, Clarice Lacerda

### Editoração e Diagramação

PISEAGRAMA e Orbi Design | Matheus Faria e Rubens Rangel | [www.orbidesign.com](http://www.orbidesign.com)

### Revisão

Janine Rocha e Gabriel Schuneman

### Tradução

Roberto Andrés e Fernanda Regaldo: "Jane Jacobs revisitada" e "Exílio e criatividade" do inglês; Wellington Cançado: "Casa potencial" do original em espanhol.

### Capa

Intervenção de PISEAGRAMA sobre fotografia *Espectadores*, de Haruo Ohara, do acervo do Instituto Moreira Salles.

### Segunda e terceira capas

Intervenção de PISEAGRAMA sobre publicidades da revista *Ilustração Brasileira* publicadas em novembro de 1922.

### Impressão e Distribuição

Programa Cultura e Pensamento/MinC

### Tiragem

10 mil exemplares

Número 04 | Ano 01 | Setembro 2011

ISSN 2179-4421

IMPRESSO NO BRASIL



### Editora

Instituto Cidades Criativas - ICC

[www.cidadescriativas.org.br](http://www.cidadescriativas.org.br)

[www.piseagrama.org](http://www.piseagrama.org) | [contato@piseagrama.org](mailto:contato@piseagrama.org)

### Apoio



Você pode utilizar, copiar, distribuir, exibir, transformar ou reproduzir em qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, incluindo fotocópia, desde que não tenha objetivo comercial e sejam citados os autores e a fonte. Se você alterar, transformar ou criar outra obra com base nesta, você somente poderá distribuir a obra resultante sob uma licença idêntica a esta.

# MODELO SIMPLIFICADO DE REGIMENTO INTERNO DE CONDOMÍNIO

Este regimento, aprovado pelos presentes na Assembléia Geral Extraordinária, realizada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_, tem como finalidade indisciplinar a conduta e o comportamento de todos quantos residem neste Condomínio.

## É PERMITIDO

- Pisar ou brincar nas partes que compõem o jardim, bem como nele intervir, adicionando ou removendo plantas ou mudando-lhe o arranjo.
- O uso de bola, *skate*, patins e bicicletas.
- Afixar cartazes, *stickers*, anúncios e/ou avisos nas áreas comuns, exceto os de ordem legal.
- Estender e secar tapetes, lençóis e quaisquer roupas, bem como colocar plantas nas janelas ou outros sítios fronteiros, nos quais também é permitido instalar varais de qualquer tipo, inclusive visíveis do exterior e compartilhados com edifícios vizinhos.
- Modificar as disposições das paredes internas e divisões de seu apartamento, bem como a forma ou aspecto externo do edifício.
- Fazer uso de fogão que não a gás ou elétrico, inclusive outros tipos, que não são considerados como de uso doméstico. Por exemplo: lenha, carvão, etc.
- Espalhar vasos de plantas de quaisquer espécies nas janelas para a rua ou nas áreas comuns, no piso dos corredores, escadas ou elevadores, pilotis e demais dependências do condomínio.
- Compartilhar internet sem fio com vizinhos do condomínio, da rua e/ou do bairro.
- Utilizar, alugar, ceder ou emprestar no todo ou em parte os apartamentos para fins que não sejam estritamente residenciais.
- Estacionar bicicletas em qualquer área.
- Realizar compostagem do lixo orgânico nas áreas verdes bem como triagem e reciclagem do lixo não orgânico nas áreas comuns.

## É DIREITO

- Silêncio, em qualquer horário.

## DAS ÁREAS DE LAZER

- O salão de festas será utilizado para a realização de festas, eventos ou reuniões dos moradores, amigos, amigos dos amigos, parentes, conhecidos, curiosos, passantes, vizinhos, etc.
- É permitida música (desde que respeitado o direito ao silêncio).
- Fica ilimitado o número de convidados.
- Será permitida a utilização do salão de festas para a prática de jogos, lutas e brincadeiras de rua.
- As áreas de lazer ficarão disponíveis ininterruptamente durante 24 horas não havendo restrições de horários (desde que respeitado o direito ao silêncio).

## VEÍCULOS

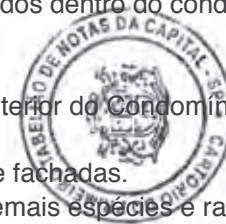
- É terminantemente proibida a presença e o trânsito de veículos motorizados dentro do condomínio.

## DISPOSIÇÕES GERAIS

- Fica estabelecido que não haverá vagas de garagem para veículos no interior do Condomínio.
- Serão permitidas mudanças em quaisquer dias e horários.
- Serão permitidas reformas e modificações, inclusive nas áreas comuns e fachadas.
- Animais em extinção, poodle e pitbull estão expressamente proibidos, demais espécies e raças são bem vindos (gatos, tartarugas, peixes, chinchilas, etc.).
- É proibida a existência do cargo de Síndico, devendo todas as decisões serem tomadas coletivamente e todas as atividades de gestão e manutenção serem compartilhadas entre os condôminos, na atribuição de seus direitos.

## PARÁGRAFO ÚNICO

- Os casos omissos neste regulamento, na Convenção Condominial ou na Lei de Condomínios, são irrelevantes.



**MAPPIN STORES**  
Sociedade Anonima



## A ARTE DE MOBILIAR

— CONSISTE EM ACERTAR NAS COMBINAÇÕES DIVERSAS DE CORES E ESTYLOS, ESCOLHENDO PARA CADA APOSENTO NÃO SÓ MOBILIA MAS TAMBEM DECO- RAÇÃO ADEQUADA, DE MODO A FORMAR TUDO UM CONJUNCTO QUE TRADUZA GOSTO APURADO ELEGANCIA E GRAÇA !

A NOSSA SECÇÃO DE STUDIO INCUMBE-SE DE PREPARAR DESENHOS E ORÇAMENTOS PARA QUALQUER TRABALHO DESTA GENERO, SUGGERINDO IDEAS NOVAS.

Rua Senador Vergueiro, 147

Tel. Beira Mar 4015

**MAPPIN STORES**

(Filial)

**C. LAUBISCH, HIRTH & C.**

FABRICA DE MOVEIS

Decoração geral de interiores artisticos por architectos da casa

IMPORTANTE STOCK DE SEDAS, TAPEÇARIA FINA

MOVEIS DE COURO E CORTINAS NA MAIS ALTA PERFEIÇÃO

Rua Riachuelo, 83|87

Telephone C. 4754 — RIO

## HAUPT & C.

Os srs. HAUPT & C. são estabelecidos no Rio de Janeiro, á rua de São Pedro, 50, com o commercio de Importação e Exportação.

Da firma social fazem parte os srs. HERMAN HAUPT e JOSEPH DRECKER, dois nomes muito conhecidos e conceituados no alto commercio desta capital.

A casa foi fundada em 1823, ha 99 annos, portanto; e uma firma que tem a extrema satisfação de, dentro de um anno, comemorar o primeiro centenario da fundação do seu estabelecimento commercial, é facto que constitui, por si só, a prova eloquentissima da solidez e da confiança illimitada de que goza, e envolve o maior e o melhor elogio e o mais seguro conceito que della se possa fazer.

O systema de administrar e de operar é a base da prosperidade em todas as emprezas commerciaes. Ordem e methodo são os dois mais poderosos auxiliares do trabalho.

Os srs. HAUPT & C. devotaram-se a esses preceitos e, os praticando com perseverança, tiveram o orgulho de ser considerados, nos circulos do commercio e da industria brasileira, como membros cultos e operosos.

Administrada pelo processo da honradez absoluta, a casa HAUPT & C. se impoz no Rio de Janeiro, onde é bastante conhecida e conceituada.

Em S. Paulo e Porto Alegre, em cujas praças tem filiaes, segura é a marcha progressiva dos negocios da firma.

Surtem-se, principalmente, na Alemanha e vendem em todo o Brasil.

O endereço telegraphico é — Haupt — Rio de Janeiro.

**ANUNCIE AQUI**



*Brasil Plantations* era o nome da companhia fundada na Inglaterra, na década de 1920, para explorar o plantio de algodão no norte do Paraná. O negócio não deu certo e os ingleses resolveram lotear mais de 500 mil alqueires de terra, que obtiveram em troca da implantação da malha ferroviária.

O baixo preço e o *slogan* "terra sem saúva" contribuíram para o *boom* nas vendas já na década de 30, quando começaram a chegar, além de mineiros e paulistas, imigrantes italianos, alemães, russos, eslavos, espanhóis, holandeses, poloneses, ucranianos.

Mas os primeiros foram os japoneses, em caravana. Quando a "pequena Londres" contava poucas centenas de moradores, um deles era Haruo Ohara, filho mais velho de Kuniju e Massaharu Ohara. Haruo acompanharia a derrubada da mata para plantio de café, o rápido adensamento e a industrialização de Londrina.

No pós-guerra, quando a imagem do Japão estorvava nipodescendentes mundo afora, ele veria suas terras (e a de outros colonos pioneiros) desapropriadas para a construção do novo Aeroporto - o que não impediu que Haruo continuasse na região por mais 50 anos, que esta se tornasse a segunda maior colônia japonesa do Brasil, e que ele ali fizesse milhares de fotografias, dentre as quais a destes *espectadores* assistindo a vida passar pelas frestas de um muro de madeira.



Ministério da Cultura e



apresentam

**PETROBRAS**


parceria |

apoio |

realização |


**Brasileira USP**

**REDE DE REVISTAS**

**RNP**

Ministério da Educação



Associação dos Amigos da Casa de Rui Barbosa

Secretaria de Políticas Culturais

Ministério da Cultura

**BRASIL**  
 PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA